



LSPA

INSTITUTO UNIVERSITÁRIO
CIÊNCIAS PSICOLÓGICAS, SOCIAIS E DA VIDA

A EXPERIÊNCIA DE HOMICÍDIO COMETIDO POR MULHERES

RAFAEL MARTINEZ CLÁUDIO

Orientador de Dissertação:

VÍCTOR AMORIM RODRIGUES

Coordenador de Seminário de Dissertação:

VÍCTOR AMORIM RODRIGUES

Tese submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de:

MESTRE EM PSICOLOGIA

Especialidade em Clínica

2016

**Dissertação de Mestrado realizada
sob a orientação de Vítor Amorim Rodrigues,
apresentada no ISPA – Instituto Universitário
para obtenção de grau de Mestre na especialidade
de Psicologia Clínica**

À minha Mãe

Ao meu Pai

À Irene

À Minha Avó

Agradecimentos

Quero deixar algumas palavras de agradecimento a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho.

Ao Prof. Vítor Amorim Rodrigues, pela sua dedicação e constante acompanhamento na realização da dissertação. O seu forte incentivo, bem como o seu conhecimento foram uma mais-valia de que espero ter feito bom uso.

Ao meu pai pelo constante apoio em todo o meu percurso académico e por sempre ter apoiado as minhas escolhas e me ter fornecido os valores certos para as fazer. Seriam precisas demasiadas palavras para descrever o enorme orgulho que tenho em ser seu filho, bastando-me por isso a agradecer-lhe.

À minha mãe por me ter ensinado a valência de nunca desistir e por me ter sempre apoiado ao longo do meu percurso. Mais uma vez, o orgulho de ser seu filho não se coaduna com as palavras que este espaço me permite.

A Andreia, não por erro de construção frásica mas porque quando há tanto para agradecer que qualquer palavra escolhida parece parca, não resta outra via que não agradecer a pessoa ao invés dos seus actos.

À Dr.^a Alexandra Anciães não só por todo o apoio nas várias fases da dissertação e pela sua ajuda preciosa, mas também por ser um modelo de trabalho nesta área da psicologia, que muito me inspira.

À Dr.^a Hélia e a todo o *staff* do Estabelecimento Prisional de Odemira pela forma como me receberam e auxiliaram na recolha dos depoimentos.

À Joana Pereira e restante *staff* do Estabelecimento Prisional de Tires pela sua disponibilidade e auxílio na recolha dos depoimentos.

Às participantes que se disponibilizaram para visitar um assunto doloroso e que preferiam ver esquecido.

Aos colegas do ISPA que ao longo deste período se tornaram bastante mais que isso e são hoje amigos que espero manter por longos anos.

Aos meus familiares e amigos pelo seu apoio e paciência constantes.

“Homicídio é o assassinio de um ser humano por outro. Existem quatro formas de homicídio: criminoso, desculpável, justificável e louvável. No entanto, para a pessoa assassinada não faz grande diferença se morreu por causa de um ou de outro. Esta clarificação só é vantajosa para os advogados”

Ambrose Bierce

*“Nesta terra nunca mais se morre
todos os dias toda a gente
nasce ou renasce
porque os que morrem nem dão por isso
excepto num instante mesmo
o que é pouco para um capítulo tão peremptório”*

Herberto Helder

Resumo

Esta investigação incide sobre a experiência da perpetração de um homicídio numa população composta por quatro mulheres. Para a realização deste estudo foi utilizado o método qualitativo de Amedeo Giorgi. A análise do estudo focou-se nos processos cognitivos associados à decisão de cometer o homicídio, bem como, no contexto em que este fenómeno emerge. Os resultados obtidos são consistentes com a perspectiva do homicídio enquanto fenómeno multifactorial. Verificámos ainda que a determinação da acção homicida nem sempre antecede a prática do facto.

Palavras-chave: Homicídio, Mulheres Homicidas, Método Fenomenológico, Investigação Qualitativa, Processos de Tomada de Decisão.

Abstract

This research focuses on the experience of the perpetration of a murder in a population composed of four women. For this study we used the qualitative research method of Amedeo Giorgi. We focused the study analysis in the cognitive processes, associated with the decision to commit the murder, and in the context in which this phenomenon emerges. The results are consistent with the perspective of murder as a multifactorial phenomenon. We have further found that the resolution of the homicide not always precedes the practice thereof.

Keywords: Homicide Experience, Killer Women, Phenomenological Approach, Qualitative Research, Decision Making.

Índice

Introdução	1
Enquadramento teórico	2
<i>Teorias do Crime</i>	2
<i>Definição de homicídio e enquadramento legal</i>	7
<i>Homicídio Involuntário</i>	7
<i>Homicídio reactivo e homicídio em contextos de violência</i>	8
<i>Homicídio e Perturbação Mental</i>	9
<i>Homicídio de Companheiro(a)</i>	12
<i>Filicídio, Infanticídio e Neonaticídio</i>	13
<i>Processos de Tomada de Decisão</i>	16
<i>Especificidades do homicídio cometido por mulheres e factores com interferência na tomada de decisão de um acto criminal</i>	19
Método	22
<i>Investigação Qualitativa</i>	22
<i>Método Fenomenológico</i>	23
<i>Método de Giorgi</i>	24
<i>Objectivos do Estudo</i>	25
<i>Participantes</i>	25
<i>Procedimentos</i>	26
<i>Material</i>	27
Resultados	28
<i>Constituintes Essenciais da Experiência</i>	28
<i>Homicídio surge sem planeamento explícito</i>	28
<i>Homicídio é sucedido de arrependimento</i>	30
<i>Homicídio é vivido como momento marcante na história de vida do sujeito</i>	32
<i>Homicídio dissonante da percepção que o participante tem de si</i>	34
<i>Fragilidade dos processos pensamento que conduzem ao acto</i>	36
<i>Ausência de acções para ocultação do crime</i>	37
Estruturas da Experiência.....	40
<i>Estrutura A</i>	40
<i>Estrutura B</i>	41
<i>Variações entre a estrutura A e a estrutura B</i>	42
Discussão.....	44
<i>Diálogo com a literatura</i>	44
<i>Implicações do Estudo</i>	56
<i>Limitações do Estudo e propostas de investigação futura</i>	58

Conclusões	60
Referências	62
Anexos.....	75
Anexo 1: Consentimento Informado	75
Anexo 2: Ofício de Autorização de Investigação pela Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.....	76
Anexo 3: Transcrição e Análise de Conteúdos P1	78
Anexo 4: Transcrição e Análise de Conteúdos P2	107
Anexo 5: Transcrição e Análise de Conteúdos P3	147
Anexo 6: Transcrição e Análise de Conteúdos P4	178

Índice de tabelas

Tabela 1	30
Tabela 2	32
Tabela 3	34
Tabela 4	35
Tabela 5	37
Tabela 6	39

Índice de esquemas

Esquema 1	51
Esquema 2	52
Esquema 3	53
Esquema 4	54
Esquema 5	55

Introdução

Este trabalho tem por objectivo a compreensão da experiência de homicídio, levando em linha de conta a sua estruturação, os processos e factores que lhe estão associados e a sua repercussão no perpetrador. Centrám-nos na população feminina pois, como iremos expor infra, a criminalidade cometida por mulheres é um fenómeno menos frequente mas com uma tendência de crescimento. É também, talvez por consequência da sua raridade, uma realidade menos estudada, se utilizarmos como elemento comparativo a criminalidade levada a cabo por homens.

A escolha pela metodologia qualitativa funda-se na convicção de que a profundidade descritiva que se obtém com este tipo de método poderia beneficiar e muito um trabalho como este. Parece-nos que só através da descrição profunda da experiência será possível mergulhar na mesma, de forma a compreender todos os seus constituintes.

Já o enfoque dado aos processos de pensamento e decisão do acto homicida resulta de uma convicção partilhada com Zilhão (2010) que afirma que “*os agentes serão racionais na medida em que as suas acções são tidas como racionais*”. Acompanhamos esta ideia e perfilhamos a de que o inverso também será verdade, assim parece-nos essencial compreender de forma aprofundada quais os processos subjacentes a estas tomadas de decisão.

Enquadramento teórico

Teorias do Crime

Entre algumas das teorias do crime mais controversas contam-se as teorias biológicas do crime (Marsh, Melville, Morgan, Norris, Walkington, 2006). Entre elas consta a teoria comportamental dos genes.

Analisando vários estudos verticais feitos ao longo das últimas três décadas com gémeos e com crianças adoptadas e separadas à nascença, Marsh, Melville, Morgan, Norris e Walkington (2006) concluem que existe algum consenso na ideia de que a genética tem um papel importante na determinação comportamental, mas que a sua influência é mediada pelo meio. Ou seja, os genes fornecem uma base propícia mas a manifestação e o impacto da mesma está dependente do papel do meio (Marsh, Melville, Morgan, Norris & Walkington, 2006).

Ao nível do funcionamento cerebral, podemos verificar que o córtex orbital frontal funciona como modulador, usando as pistas sociais e do meio como referência do comportamento agressivo, aumentando-o e diminuindo proporcionalmente. Funciona, assim, como modulador da violência reactiva mas não da violência instrumental (Blair, 2004). Ao nível dos processos de tomada de decisão verificamos que nos sujeitos com lesões no córtex pré-frontal o processo de tomada de decisão está à partida condicionado e toldado por uma hipersensibilidade à recompensa imediata, uma insensibilidade à punição e uma insensibilidade às consequências futuras da adopção do comportamento (Bechara, 2000). Já Gleichgerrcht, Torralva, Roca, Pose e Manes (2011) verificaram uma diminuição da empatia nos sujeitos com demência no lobo frontotemporal. Em sentido semelhante estão os resultados encontrados por Nakano, Asada, Yamashita, Kitamura, Matsuda, Hirai, e Yamada (2006) verificando a prevalência de comportamentos antissociais, agressivos e disruptivos em sujeitos com demência frontotemporal, algo que já tinha sido verificado anteriormente por Miller, Darby, Benson, Cummings e Miller (1997). Por seu turno, Marsh, Melville, Morgan, Norris e Walkington (2006) vêm destacar a ideia de que o papel dos factores biológicos se conjuga com outros factores (psicológicos, sociais e contextuais) para promover a adopção de um comportamento criminal. Esta ideia é reforçada pela evidência de que a

interacção com o meio é um dos factores que interfere no desenvolvimento cerebral (Mackey, Chaarani, Kan, Spechler, Orr, Banaschewski & Cattrell, 2016).

Por entre as teorias criminais de inspiração psicológica, emergiu nos anos 70 a ideia de que a inteligência se correlacionava com o comportamento criminal, definindo que os sujeitos com menores quociente de inteligência teriam uma maior propensão para praticar actos criminais (Marsh, Melville, Morgan, Norris & Walkington, 2006). Esta ideia é reforçada com várias investigações como a de Farrington (1992), citado por Marsh, Melville, Morgan, Norris e Walkington (2006), que verificavam realmente que entre a população com uma pontuação significativamente abaixo da média (nos testes de inteligência) os índices de condenação por práticas criminais eram muito superiores do que na restante, repare-se que outras investigações se seguiram com resultados semelhantes. Marsh, Melville, Morgan, Norris e Walkington (2006) alertam, contudo, para a descredibilização de vários destes estudos, por virtude de estes se encontrarem enviesados pela existência de variáveis parasitas, como o facto de sujeitos que habitam em meios socio-económicos mais desfavorecidos terem um menor investimento e frequência escolar, o que os prejudica neste tipo de avaliação. Outro ponto a ter em atenção prende-se com o facto de muitos destes estudos serem feitos junto da população prisional, algo que os pode condicionar, na medida em que não é de descurar a hipótese de as pessoas com menores quocientes de inteligência serem aquelas que mais facilmente serão descobertas pelas autoridades após a prática de um crime (Marsh, Melville, Morgan, Norris, Walkington, 2006). Assim na óptica destes autores, ainda que se considere a inteligência como uma variável que interfere na prática criminal, será redutor considerar que por virtude de obter um QI baixo num teste de avaliação determinado sujeito tenha maior tendência a tornar-se um criminoso.

No âmbito da relação entre o comportamento criminal e a personalidade importa destacar a teoria de Eysenck e Eysenck (1976), mais tarde actualizada por Eysenck e Gudjonsson (1989). Para estes autores existe uma personalidade criminal que resulta da intersecção entre três grandes traços de personalidade que foram denominadas como: Psicoticismo, Extroversão e Neuroticismo (Eysenck & Gudjonsson, 1989). Dentro do Psicoticismo integram-se traços como a agressividade, o egocentrismo, a impulsividade, a falta de empatia, a frieza e a criatividade. Dentro da Extroversão integram-se traços como a sociabilidade, a assertividade, a insurgência, a dominância e a ousadia. Por fim, no Neuroticismo integram-se traços como a ansiedade, a depressão, a culpa, a baixa

auto-estima. Nesta teoria, a relação entre estes três traços maiores funcionaria como um factor de condicionamento e limitação das capacidades de sociabilização num comportamento não criminal. Segundo ela, sujeitos com uma elevação simultânea destes três traços detinham um padrão de comportamento tipicamente criminal (Eysenck & Gudjonsson, 1989). Numa investigação mais recente, Fuller (2012) verificou a existência de uma correlação positiva entre o comportamento criminal e os conceitos de extroversão e neuroticismo definidos por Eysenck. Já Costa e McCrae (1990) apresentam o “*Modelo dos cinco factores*”, que contém a Extroversão, o Neuroticismo a Conscienciosidade, a Abertura à experiência e a Afabilidade. Van Gelder e De Vries (2012) verificaram, a nível de traços de personalidade, a existência de uma correlação entre a decisão criminal e a conscienciosidade, a afabilidade e o auto-controlo. Tendo por base estes conceitos Jones, Miller e Lynam (2011) notaram que níveis baixos de afabilidade e de conscienciosidade se relacionavam positivamente com a prática de actos criminais. Van Gelder e De Vries (2012) notaram ainda que a correlação mais alta prende-se com a dimensão de “*Honestidade-humildade*” que consiste numa medida para aferir a predisposição para usar outros com o intuito de obter ganhos para si mesmo.

Já Konvalina-Simas (2014) afirma que “*o estado de empatia ou de entendimento empático consiste em perceber correctamente o marco de referência interno do outro, com os significados e componentes emocionais que contém, como se fosse a outra pessoa, porém sem perder nunca essa condição de como se*” (pp.121). Ainda neste âmbito importa destacar a distinção que Farrington (2015) faz entre empatia cognitiva, que o autor define como a capacidade para compreender aquilo que os outros estão a sentir, e a empatia emocional, que o autor define como a capacidade de sentir o que os outros estão a sentir. Destacando o autor a existência de uma correlação mais estreita entre os baixos níveis de empatia cognitiva e a adopção de comportamentos criminais, do que a existente entre a empatia emocional e os mesmos comportamentos. Turvey (2012) alerta, contudo, para a ideia de que a empatia é uma emoção complexa e que as pessoas são capazes de cometer actos que denominam como “*horríveis*” e viver com a angústia que eles geram. Deste ponto de vista, afirma o autor que não se pode inferir a ausência de empatia apenas pelo facto de o agressor cometer um crime que gera na vítima sofrimento e dor. De forma ilustrativa, Turvey (2012) fornece exemplos de acções empáticas como o do violador que estende um casaco para que a sua vítima não

se deite no chão durante o acto, ou o violador que negocia com a vítima e aceita usar preservativo a seu pedido.

No contexto sociológico, Merton (1938) apresenta a teoria da pressão na qual parte de dois conceitos, por um lado, os objectivos de determinado grupo ou conjunto de pessoas que variam ligeiramente consoante o posicionamento social do grupo em apreço, por outro lado, os meios institucionais e sociais que permitem aceder a esses objectivos. Para este autor, estes dois conceitos mantêm-se normalmente em equilíbrio mas quando se desequilibram emerge o comportamento criminal. Merton (1938) diminui assim o papel dos factores subjectivos e biológicos do sujeito na adopção de comportamentos criminais, considerando que o comportamento criminal é uma reacção esperada do sujeito em determinados contextos sociais. Num estudo recente, Schaible e Altheimer (2016) verificaram que as sociedades estáveis (onde o equilíbrio entre os dois conceitos referidos é maior) têm uma taxa de homicídios significativamente menor do que as sociedades desinstitucionalizadas (onde o referido equilíbrio é menor).

Já a teoria de Hirschi e Gottfredson (1994), citados por Marsh, Melville, Morgan, Norris e Walkington (2006), sustenta a ideia de que a prática criminal depende de dois factores, a oportunidade e a socialização. Nesta teoria, a socialização é o processo através do qual os sujeitos aprendem a medir e compreender as consequências dos seus comportamentos, por sua vez, a oportunidade refere-se ao momento em que surge a oportunidade de cometer um crime. Segundo esta teoria, quando esse momento aparece se o sujeito não estiver socializado vai enveredar pela acção criminal, pois não levará em conta as consequências da mesma.

Por sua vez, Bandura (1977) é responsável pela teoria da aprendizagem social, que postula a ideia de que o comportamento é apreendido por observação e imitação e depois de executado é reforçado quando os seus resultados são positivos, voltando por isso o sujeito a recorrer a ele. Bandura (1977) estrutura esta ideia como um modelo social de aprendizagem mas destaca a relevância de factores individuais psicológicos e biológicos. Ramoutar e Farrington (2006) verificaram, mais tarde, que a teoria da aprendizagem social se revelava útil para explicar a participação de sujeitos em actividades criminais, mas não se verificava capaz de explicar as variações de frequência do comportamento criminal.

Helfgott (2015), numa revisão de literatura, aborda a temática da criminalidade por imitação e da influência dos meios de comunicação, bem como, de alguns veículos culturais (televisão, cinema, literatura e música) na influência do comportamento criminal. Helfgott (2015, pp.51) afirma que “*a quantidade de crime e violência tratado e abordado nos media, tem o potencial de aumentar a criminalidade por imitação não por causa da violência em si, mas pela glorificação da violência e a transmissão da ideia de que cometer crimes violentos é uma forma e um caminho para obter fama e notoriedade*”. Este autor categoriza assim diversas características, que interagem de forma a determinar a acção criminal, nas quais se incluem a idade e género do sujeito, os “*factores criminógenos*” (nos quais se inclui a presença de perturbação mental, perturbação de personalidade, problemas a nível do desenvolvimento, distorções cognitivas, isolamento social, traços agressivos), a “*relação com os média*” (nos quais se incluem aspectos como a confiança depositada nos média, a literacia, quer ao nível da literatura, quer nos restantes veículos culturais, a identificação com os agressores retratados, a condição de utilizar ou não os media como fonte de informação), as “*características dos média*” (existência de narrativas que confundem as fronteiras entre realidade e ficção, a existência de características apelativas e atraentes nas personagens, a existência de resultados positivos resultantes da agressão) e, ainda, os “*factores culturais-contextuais*” (a existência de uma valorização cultural intensa da fama e da notoriedade, relação cultural com o crime e violência, na medida em que os restantes sujeitos do meio aceitam ou rejeitam os media como fonte de informação). Complementarmente, Gitter Ewell, Guadagno, Stillman e Baumeister (2013) vieram a concluir que se a apresentação da violência for introduzida num contexto pro-social, ou seja, se a violência for utilizada para salvar algo ou alguém, esta não provocará um aumento da agressividade tão acentuado como nos casos em que a violência é introduzida sem esta utilidade de base.

Já Widom (2014) vem explanar a ideia do impacto da falência das relações familiares na determinação criminal. Verifica esta autora que a presença de negligência ou maus tratos na infância tem uma relação estreita quer com a prática de acções violentas numa relação directa, quer com o desenvolvimento de síndrome de stress pós-traumático que se virá a associar à prática de acções violentas.

Definição de homicídio e enquadramento legal

No ordenamento jurídico português, o homicídio é definido legalmente pelo artigo 131º do Código Penal (doravante CP) de forma claramente simplificada: “*Quem matar outra pessoa*”.

As especificidades de cada homicídio são abordadas nos artigos seguintes, onde se contempla o homicídio qualificado (artigo 132º do CP, “*e a morte for produzida em circunstâncias que revelem especial censurabilidade ou perversidade*”); o homicídio privilegiado (artigo 133º do CP, “*Quem matar outra pessoa dominado por compreensível emoção violenta, paixão, desespero ou motivo de relevante valor social ou moral, que diminuam sensivelmente a sua culpa* ”); o infanticídio (artigo 136º do CP “*A mãe que matar o filho durante ou logo após o parto e estando ainda sob a sua influência perturbadora*”); e ainda, o homicídio por negligência (artigo 137º do CP, “*Quem matar outra pessoa por negligência*”).

Partindo assim da nossa premissa legal, podemos definir homicídio recorrendo a um simples axioma: “*Quem matar outra pessoa*”. Mas tal como o próprio texto legal se prontificou a evidenciar, dentro do âmbito do homicídio podemos discernir diferentes formas, contextos, vítimas, motivações, entre outros factores. Todos eles contribuem para que o homicídio deva ser abordado e compreendido como um fenómeno multifactorial que deve ser analisado com base nos seus diversos componentes.

Homicídio Involuntário

Cumprindo em primeira linha fazer a distinção entre o homicídio que acontece por consequência de um acidente e o homicídio que resulta de uma acção dolosa e intencional. Kastenbaum e Aisenbreg (1979), citados por Rassool e Nel (2012), definem homicídio acidental como um desastre que ocorre subitamente, inesperadamente e sem planeamento ou intenção e que tem como resultado a morte de uma pessoa. Como consequência deste tipo de homicídios, verifica-se frequentemente (nos sujeitos responsáveis por causar uma morte acidental) a presença de duas emoções, a culpa e a vergonha (Lowinger & Solomon, 2004; Rassool & Nel, 2012). Kugler & Jones (1992) definem a culpa com um estado de disforia que se associa a um reconhecimento por parte do sujeito de que terá violado um normativo moral ou social, que o próprio

valoriza subjectivamente. Na investigação de Lowinger e Solomon (2004) os resultados evidenciam que existem nestes sujeitos duas fontes primordiais de culpa, a primeira relaciona-se com o facto de o seu comportamento ter sido causador de uma morte, a segunda prende-se com o facto de ter ultrapassado os limites dos valores sociais e morais bem como da própria lei. No que toca à vergonha, Orth, Robins e Soto (2010) referem que esta implica a percepção ou temor da perda de estatuto social bem como o falhanço no objectivo de viver de acordo com os padrões de excelência, que o próprio sujeito definiu para si, predominando um foco em causas internas, estáveis e incontroláveis.

Num outro registo, Sherman (2014) vai destacar a existência de uma culpabilidade associada a estas mortes, esta culpabilidade não está necessariamente dependente de uma imputação real da culpa, podendo existir a primeira sem a segunda. A prevalência destes dois elementos em sujeitos responsáveis por uma morte acidental, evidencia que esta experiência é previsivelmente indesejada e dotada de uma valência emocional negativa, sendo esta morte experienciada pelos sujeitos como um momento marcante que altera profundamente a sua vida (Rassool & Nel, 2012). Outro factor relevante prende-se com as evidências notadas por Clark, Chen e Ditto (2015) numa revisão de literatura, onde verificam que os comportamentos tendem a ser considerados como dotados de maior intencionalidade quando os seus efeitos são considerados moralmente errados. Assim a consideração da gravidade do acto será proporcional às consequências do mesmo. Ou seja, o mesmo acto será considerado moralmente mais grave caso tenha uma consequência mais gravosa, ainda que a sua substância seja exactamente a mesma (Clark, Chen & Ditto, 2015).

Homicídio reactivo e homicídio em contextos de violência

Vários estudos (Maguen, Lucenko, Reger, Gahm, Litz, Seal & Marmar, 2010; Maguen, Vogt, King, King, Litz, Knight & Marmar, 2011) relacionam o facto de matar alguém em combate com a emergência do síndrome de stress pós-traumático. Este por sua vez, como referem Maguen e Litz, 2012, tem entre as suas possíveis causas a existência de “feridas morais”, definidas por estes autores como o resultado do impacto dos vários actos ou omissões em contexto de guerra que produzem um conflito interno no sujeito.

Esta circunstância é agravada por virtude dos actos em apreço serem normalmente ilegais na larga maioria dos contextos e ordenamentos.

Por outra monta, fica também claro o forte impacto da culpa e da vergonha na experiência e vivência destas situações (Paul, 2014) tal como acontece no caso dos homicídios acidentais (Lowinger & Solomon, 2004; Rassool & Nel, 2012). Noutro sentido, Jensen e Simpson (2014) verificaram que alguns soldados não manifestam ter sofrido qualquer impacto resultante do acto de matar, racionalizando a acção e despersonificando-a. Os autores vão relacionar estes processos com o modelo de desenraizamento moral proposto por Bandura (1999), citado por Jensen & Simpson, (2014), que sugere a ideia de que os sujeitos constroem um conjunto de crenças que lhes permite desvalorizar os actos cometidos neste contexto pois “*criam uma distância entre a percepção de humanidade que têm de si mesmos e a humanidade que percebem naqueles contra quem combatem*” (Jensen & Simpson, 2014. pp. 472). Os mesmos autores destacam o impacto emocional superior de uma morte cometida com as próprias mãos de outra cometida usando uma arma.

Homicídio e Perturbação Mental

Após um violento massacre cometido por um jovem nos Estados Unidos, Barack Obama (à data Presidente) fez as seguintes declarações: “*Os Estados Unidos não têm o monopólio dos loucos. Não é o único país do mundo onde há psicose, ainda assim os nossos índices de homicídios em massa são exponencialmente maiores do que em qualquer outro país. A diferença do nosso caso é que estas pessoas cá têm imensas munições disponíveis em casa (...)*” (Siddiqui, 2014). Fica patente que subjacente às palavras do Presidente norte-americano está um raciocínio que encontra eco no senso comum, a ideia de que a perturbação mental tem uma estreita relação com a criminalidade (Howitt, 2009). A questão que se coloca é: estamos perante uma assunção verdadeira que resulta da verificação de um conjunto de factos ou perante um mero estereótipo sem correspondência real? Ao longo das últimas décadas foram produzidos vários estudos em torno desta relação dos quais apresentamos aqui alguns exemplos. Primeiramente, verificamos a existência de uma miríade de estudos que nos demonstram que existe uma interacção entre a existência de perturbação mental e a prática de crimes (Brennan, Mednick & Hodgins, 2000; Shaw, Appleby, Amos,

McDonnell, Harris & McCann, 1999; Tehrani, Brennan, Hodgins & Mednick, 1998;). A questão consiste em perceber o que está na base dessa interação.

Como afirma Taylor (2004), a relação entre perturbação mental e crime pode existir apenas porque tanto um como outro são comuns e por consequência desse facto irão inevitavelmente ocorrer ocasionalmente em simultâneo. Por outro lado, também poderão ter uma relação causal entre si, ou partilharem a mesma causa, sendo essas singularidades da interação que têm sido investigadas ao longo das últimas décadas. No início do milénio um estudo de Shaw et al. (1999) iria verificar que existe uma significativa taxa de incidência de doença mental entre a população condenada pela prática do crime de homicídio. Contudo dados do mesmo estudo indicam que neste âmbito na sua maioria não se integram na categorização de doença mental grave, entendendo por grave aquela que obriga a recorrer a serviços de cuidados de saúde. (Shaw et al, 1999).

Já Hodgins (1992), citado por Howitt (2009), num estudo longitudinal verificou que existia uma associação entre o desenvolvimento de uma perturbação mental major e a prática de um crime até aos 30 anos. Ressalva, contudo, o autor que a presença de certos sintomas, como a alucinação – no caso da psicose – poderão ser vistos como factores preditivos de violência e criminalidade. Tehrani, Brennan, Hodgins e Mednick (1998) vão, por sua vez, considerar que existe uma maior probabilidade das pessoas portadoras de perturbação mental terem cadastro criminal e estendem esta probabilidade também aos filhos de pessoas portadores de perturbação mental. Afirmam estes autores que as pessoas portadoras de doença mental têm uma maior probabilidade de reincidência na prática de um crime do que a restante população. Em sentido contrário o estudo de Teplin, Abram e McClelland (1994) verifica que no âmbito da reincidência, a existência de perturbação mental não aumenta a probabilidade de uma nova condenação pela prática de crime. Por seu turno, Crichton (1999) afirma que a relação entre a perturbação mental e a prática de um crime é reduzida.

De novo no âmbito da reincidência, Matejkowsk, Draine, Solomon e Salzer (2011) sugerem uma perspectiva diferente, centrada no risco, afirmando que não é a perturbação mental que se associa com elevada probabilidade à prática de um crime, mas sim os factores de risco dela emergentes que vão funcionar também como factores de reincidência criminosa. Alguns dos factores de risco a que estão sujeitas as pessoas portadoras de doença mental são: as dificuldades de empregabilidade (Sharac, Mccrone,

Clement & Thornicroft, 2010) e, por consequência, uma maior probabilidade de inserção em comunidades potenciadoras de violência (Howitt, 2009); o isolamento social (Linz & Sturm, 2013); a discriminação e o estigma (Stuart, 2008). Sendo estes também factores de risco para a prática criminal (Farrington, Loeber & Ttofi, 2012). Kinderman (2015) reforça a ideia da necessidade de se combater a separação dicotómica entre o “normal” e a perturbação mental e as suas categorias diagnósticas, alertando para a necessidade de uma compreensão qualitativa e integrada das problemáticas do sujeito. No mesmo sentido, Peay (2012) afirma que priorizar exclusivamente a doença mental do sujeito levará a que inevitavelmente se negligenciem outros aspectos possivelmente mais pertinentes.

Hodgins (1997), citado por Howitt (2009), enumera três factores que contribuem para esta elevada associação entre ser portador de doença mental e a prática de crime. O primeiro refere-se ao facto de, para este autor, ser mais fácil haver registos criminais de pessoas portadoras de doença mental, pois é mais provável que sejam capturados pela polícia, uma vez que os seus ataques são menos ponderados, muitas vezes praticados em público, sendo os seus perpetradores, frequentemente, incapazes de abandonar a cena de crime com a prontidão necessária. Neste âmbito, Howitt (2009) destaca o facto de as pessoas portadoras de doença mental deterem uma maior tendência para confessar os seus crimes. O segundo factor prende-se com a dificuldade de prestar o tratamento adequado quando as pessoas portadoras de doença mental estão fora de instituições, onde esse cuidado seja prestado de forma constante e especializada. E por fim, o terceiro factor prende-se com a conjugação entre a perturbação mental e o abuso de substâncias como álcool e drogas (Hodgins, 1997, citado por Howitt, 2009).

O terceiro factor merece atenção especial pelo facto de o abuso de substâncias ser uma problemática muito associada à perturbação mental (Hartz, et al., 2014; Swendsen, et al., 2010; Wilson & Cadet, 2009) e fortemente relacionada com a prática criminal quer em adultos (Boden, Fergusson & Horwood 2013) quer em jovens (Popovici, Homer, Fang & French, 2012). Nesta senda, Van Dorn, Volavka e Johnson (2012) testaram se esta associação entre a prática de crime e ser portador de mental se mantinha quando excluído o abuso de substâncias como mediador, concluindo que a associação se mantém mesmo sem o abuso de substâncias, mas é significativamente maior com a presença deste.

Homicídio de Companheiro(a)

O crime de homicídio conjugal é mais frequentemente cometido por homens do que por mulheres (Bourget & Gagné, 2012). Dados da Direcção-Geral da Política de Justiça (doravante DGPI) em Portugal revelam que, no ano de 2013, 82,8% dos condenados pelo crime de homicídio conjugal eram homens e apenas 17,2% eram mulheres. Esses valores são, contudo, bem diferentes dos referentes a 2012, onde 96,3% dos condenados por homicídio conjugal foram homens. Bourget e Gagné (2012) consideram como factores de risco o abuso de substâncias e o historial de violência doméstica e afirmam, ainda, que o risco de ocorrência de um homicídio conjugal será tanto maior quanto mais jovem seja o casal e quanto maior seja a diferença de idades entre os elementos do mesmo. No caso das mulheres, o risco aumenta após a separação, pois esta funciona como factor potenciador da acção homicida por parte do companheiro. Por oposição, é incomum que as mulheres cometam homicídio após a separação (Johnson & Hotton, 2003; Caman, Howner, Kristiansson & Sturup, 2016).

No âmbito da violência doméstica, Peltzer e Pengpid (2013) verificaram que o consumo de substâncias não é apenas preditor da existência de agressões, mas também um preditor da maior severidade das mesmas. Por outra monta, podemos verificar numa meta-análise de Devries, et al. (2014) que não só o consumo de álcool por parte do agressor é preditor de comportamentos violentos, como os comportamentos violentos são preditores do consumo de álcool por parte da vítima. O consumo de álcool ou substâncias também se manifesta como factor potenciador de comportamentos violentos no caso de agressões cometidas por mulheres (Caman, Howner, Kristiansson & Sturup, 2016; Stuart, et al., 2013). A relação entre a violência doméstica e o homicídio conjugal é particularmente estreita, dado que o homicídio de mulheres cometido pelo companheiro é frequentemente precedido por episódios sucessivos de violência doméstica (Mamo, Bianco, Dalmaso, Giroto, Mondo & Penasso, 2015; Mcfarlane Campbell, Wilt, Sachs, Ulrich & Xu, 1999). Brookman e Robinson (2012) apresentam dados de Inglaterra, em 2009/2010, onde se verifica que 54% das mulheres com mais de 16 anos vítimas de violência doméstica tinham sido assassinadas. Por outro lado, a violência doméstica perpetrada pelo companheiro é também um factor preditor de homicídio cometido pela mulher (Smith, Moracco & Butts, 1998) que surge com frequência como comportamentos de legítima defesa, ou como forma de reacção a uma situação de vitimização prolongada (Smith, Moracco & Butts, 1998; Caman, Howner,

Kristiansson & Sturup, 2016). Caman, Howner, Kristiansson e Sturup (2016) identificaram outros factores que variam consoante o género, veja-se a título de exemplo, o desemprego que funciona como variável potenciadora nos homicídios cometidos por mulheres mas não nos perpetrados por homens, algo que parece evidenciar a relevância das carências económicas na acção homicida das mulheres (Caman, Howner, Kristiansson & Sturup, 2016). Já Belknapp, Larson, Abrams, Garcia e Anderson-Block (2012) verificaram que a maioria dos homicídios cometidos por mulheres tem como motivação dois factores: a legítima defesa, como forma de afastar uma ameaça presente, ou seja, as mulheres reagem à agressão de que estão a ser vítimas matando o companheiro; e a retaliação após um longo historial de agressões por parte do companheiro.

Filicídio, Infanticídio e Neonaticídio

O filicídio é um crime que causa bastante impacto a nível social. Nas palavras de Almeida (2012): *“Poucos crimes provocam emoções mais fortes do que aqueles que envolvem a morte de uma criança. Que um adulto possa causar deliberadamente a morte a uma criança é algo inexplicável, especialmente nos casos em que se mate o seu próprio filho. Quando a morte acontece pelas mãos de uma mãe, é natural que se pergunte o porquê de a tragédia não ter sido evitada”* (pp. 315).

Romo e Pajón (2015) recorrem a diversas investigações para fixar a definição de neonaticídio como o homicídio de uma criança cometido pelo seu pai ou mãe tendo a criança menos de 24 horas de vida. Por sua vez, o infanticídio é definido como o homicídio de uma criança cometido pelo seu pai ou mãe quando a criança tenha menos de um ano de vida. Importa aqui ressaltar, que no texto da lei penal portuguesa, esta distinção não segue os mesmos termos, sendo o neonaticídio denominado por infanticídio.

Neste âmbito, Barone, Bramante, Lionetti e Pastore (2014) citam diversos estudos para afirmar como factores de risco para o neonaticídio: as crianças não serem desejadas; as mães serem jovens ou a falta de relação parental estável; e a falta de cuidados pré-natais. Por sua vez, o desemprego e as carências económicas funcionam como factores de risco para o filicídio. Já a presença de perturbação psiquiátrica surge como factor de risco quer para o filicídio, quer para o neonaticídio (Barone, Bramante,

Lionetti & Pastore, 2014). O neonaticídio é um crime cometido na sua maioria por mulheres (Eke, Basoglu, Bakar & Oral, 2015; Jaffe, Campbell, Olszowy & Hamilton, 2014). Já no caso do infanticídio não existem diferenças significativas a nível do género dos perpetradores (Benitez-Borrego, Guàrdia-Olmos & Aliaga-Moore, 2013). Numa revisão de literatura de Porter e Gavin (2010) as autoras verificaram algumas diferenças significativas entre as mulheres que cometem um neonaticídio e as mulheres que cometem um filicídio. As mulheres que cometem neonaticídio tendem a ter menos de 25 anos, ser emocionalmente imaturas, solteiras, viverem com os pais, serem desempregadas ou estudantes (Porter & Gavin, 2010). Por seu turno, as mulheres que cometem um filicídio tendem a ter mais de 25 anos, comumente são casadas e possuem uma boa educação (Porter & Gavin, 2010). Já MckKee e Egan (2013) destacam ainda a presença de problemas nas relações íntimas, dificuldades sociais, bem como a percepção de ameaça ao seu papel enquanto mãe, como factores associados às mulheres que cometem filicídio. De referir ainda, que na maioria dos casos de neonaticídio não é comum a presença de perturbação mental nem um suicídio posterior por parte das mães (Porter & Gavin, 2010).

A investigação de Barone, Bramante, Lionetti & Pastore (2014) refere que a maioria das variáveis associadas ao filicídio e ao neonaticídio não são determinantes quando consideradas individualmente mas que se demonstram relevantes quando associadas a um não estabelecimento de vínculo, constituindo-se assim a vinculação como um dos factores decisivos no âmbito do filicídio. O período de maior risco de homicídio da criança compreende os primeiros seis meses de vida da criança, por virtude de ser esse o período de duração de uma eventual perturbação pós-parto mais comum (Romo & Pajón, 2015). Já Porter e Gavin (2010) referem alguns estudos que demonstram que as alterações hormonais não têm um impacto significativo na alteração da saúde mental da mulher, contrariando uma crença comum de que a prática deste crime está associada a flutuações hormonais típicas do período pós-natal (Porter & Gavin, 2010). Shelton, Hoffer e Muirhead (2015) referem que mesmo quando as crianças não são assassinadas no primeiro ano de vida, não é incomum que já sofram violentos abusos físicos e maus tratos no decorrer do mesmo período. Jaffe, Campbell, Olszowy e Hamilton (2014) verificaram ainda assim que alguns dos principais factores de risco associados ao filicídio cometido por homens são: o consumo de álcool, uma separação recente e a existência de ameaças posteriores, entre outros (Jaffe, Campbell, Olszowy & Hamilton,

2014). Eke, Basoglu, Bakar e Oral (2015) elaboraram uma tipologia classificativa dos motivos que determinaram o filicídio, nos casos por si observados. Assim, estes autores referem os seguintes tipos de filicídio:

- a) *Filicídio para se desfazer de um bebé não desejado.* Neste tipo de filicídio, foram referidas, primordialmente, as dificuldades económicas e a incapacidade de cuidar da criança como factores determinantes da actuação;
- b) *Filicídio determinado por uma psicose aguda.* Ressalva-se que os sintomas de psicose podem ser encontrados em vários outros tipos de filicídio, o critério distintivo deste tipo de filicídio prende-se com a intenção de matar. Apesar de se saber que os homicídios, nestes casos, ocorrem por consequência ou estão relacionados com alucinações e confusão paranóide, os motivos determinantes da acção não são contudo fáceis de determinar. As mulheres que cometem este tipo de filicídio são normalmente mais velhas, casadas e a viver com os companheiros;
- c) *Filicídio por sacrifício da criança.* Este tipo de filicídio contém duas vertentes possíveis. Uma delas em que a mãe tenciona suicidar-se e por isso mata também a criança para que esta não fique sozinha, para a proteger de perigos reais ou não. A outra vertente, em que a mãe acredita que a criança está em sofrimento, seja por motivos reais ou fantasiados, e por consequência disso mata-a para a livrar dessa situação. Associadas a este tipo de filicídio estão comumente mulheres com problemas relacionais com os companheiros;
- d) *Filicídio por abuso ou negligência.* No caso da negligência, consiste em causar a morte da criança ao privá-la das suas necessidades básicas. Esta negligência poderá começar ao nível físico ou psicológico. A negligência física baseia-se no não suprimento das necessidades do menor (ao nível do vestuário, da saúde física, etc), ou na ausência de supervisão o que coloca o menor em risco (Agulhas & Anciães, 2014). Já a negligência psicológica poderá consistir em omissões no acompanhamento escolar, desenvolvimento e saúde mental do menor (Agulhas & Anciães, 2014). O filicídio por abuso consiste num homicídio de uma criança causado agressões severas e violentas. Verifica-se, neste estudo, que as mulheres que cometeram este tipo de homicídios são normalmente mais velhas, casadas e têm mais de um filho (Eke, Basoglu, Bakar e Oral, 2015);

- e) *Filicídio por vingança*. Consiste no filicídio cometido por forma a vingar-se do companheiro. Verifica-se neste estudo que não existe diferença nestes casos no facto de o filho ser biológico ou não, sendo o factor determinante a ideia da criança como objecto do qual a mãe ou pai são proprietários (Eke, Basoglu, Bakar & Oral, 2015).

Benitez-Borrego, Guàrdia-Olmos e Aliaga-Moore (2013) verificaram na sua investigação que algumas das diferenças predominantes entre mães e pais que perpetraram um filicídio são a idade, os homens tendem a ser mais velhos (mais de 31 anos) e estavam maioritariamente empregados, enquanto as mulheres tendem a ser mais jovens (menos de 31 anos) e metade estavam desempregadas. Verificaram ainda que usualmente as mães matam crianças mais novas e os pais matam crianças mais velhas. Os autores não encontraram diferenças significativas a nível do género no tocante à presença de factores psicopatológicos, nem no consumo de substâncias. De referir que o consumo de substâncias psicotrópicas foi um factor encontrado em quase um quarto dos perpetradores de filicídio avaliados no estudo que temos referido.

Por sua monta, Eriksson, Mazerolle, Wortley e Johnson (2016) verificaram diferenças de género também ao nível das motivações para o homicídio sendo que no caso dos pais estes acontecimentos seriam tendencialmente resultados acidentais de uma disciplina extrema, uma vingança relativamente ao companheiro ou uma doença mental aguda. Já no caso das mães, as motivações centram-se na negligência e na existência de um stress extremo. Já Ferranti, McDermott e Scott (2013) verificaram uma prevalência significativa de alucinações de carácter religioso entre várias mulheres que cometeram filicídio e foram consideradas como inimputáveis.

Processos de Tomada de Decisão

Uma decisão é uma escolha tomada entre várias alternativas possíveis. As decisões são tomadas diariamente, algumas delas têm um resultado certo ou quase certo, outras têm um resultado desconhecido ou inesperado, algumas são triviais, outras são muito sérias e podem mudar a vida (Wortley, 2011).

Uma das importantes teorias sobre a tomada de decisão denomina-se modelo da utilidade esperada. Esta teoria parte do pressuposto de que as pessoas procuram

maximizar o seu prazer ou ganhos e minimizar os seus danos ou perdas. Supõe ainda que as pessoas tomam as suas decisões racionais com base numa avaliação das alternativas, tendo como fim atingir os objectivos que lhes permitem maximizar ganhos ou prazer (Wortley, 2011). Assim, segundo esta teoria, as decisões são tomadas tendo em consideração o valor do resultado e a probabilidade do resultado ocorrer. Levando em linha de conta que é impossível, em muitos casos, as pessoas tomarem decisões absolutamente racionais, na medida em que não é possível conhecer todas as opções alternativas, as pessoas recorrem a uma racionalidade limitada, ou seja, as pessoas exploram por entre várias opções possíveis e procuram aquela que lhes preenche certos requisitos que consideram essenciais, e será por essa que optarão (Simon, 1957, citado por Wortley, 2011).

Neste âmbito, Johnson e Payne (1986) vão destacar que na decisão de cometer um crime tem uma grande relevância a forma como a informação é percebida pelo sujeito, por exemplo, ao nível da percepção de alternativas ou da falta delas. Estes autores destacam a importância da forma como a informação é apresentada e conseqüentemente processada pelo sujeito, o que determinará as representações que o mesmo vai construir e que condicionarão a sua acção, dado que será essa a informação que este levará em linha de conta. Os mesmos autores vão destacar a relevância da ponderação de alternativas ao nível da tomada de decisão, segundo o modelo da utilidade esperada. Assim, sustentam Johnson e Payne (1986), o sujeito terá em consideração as várias alternativas que lhe permitem obter o mesmo resultado, optando por aquela que acarrete um menor risco. Completa-se assim uma ponderação absoluta entre o risco e o benefício, onde o sujeito tenderá sempre a procurar as opções que minimizem o risco, maximizando o benefício.

Por seu turno, Tuck e Riley (1986) revisitam a Teoria da Acção Racionalizada (Fishbein, 1963, citado por Tuck & Riley, 1986). Na análise a esta teoria, os autores explicam que a mesma se pode aplicar a qualquer acção humana intencional. Segundo Tuck e Riley (1986) podemos reduzir esta teoria à determinação de duas variáveis que vão condicionar toda a acção. A primeira variável consiste na atitude do sujeito para com o acto, ou seja, o sujeito percebe o acto de forma positiva ou negativa. A segunda variável consiste nos normativos do sujeito em relação ao acto, ou seja, se o sujeito percebe o acto como algo que os outros, por ele valorizados, consideram que ele devia ou não devia fazer. Tuck e Riley (1986) salientam ainda a relevância da

integração das expectativas de resultado para a formação das variáveis anteriormente expostas. Segundo estes autores, a atitude do sujeito perante o acto está dependente do resultado que ele espera que advenha do mesmo. Da mesma forma que os resultados esperados do acto vão condicionar aquilo que o sujeito percepção como esperado dele por parte dos outros relevantes na sua vida.

Já Murdoch, Vess e Ward, (2012) apresentam um modelo de exaustiva descrição da definição de uma acção violenta por parte sujeitos do sexo feminino. A sua estruturação define-se nos seguintes termos, o processo inicia-se com um espoletador da agressão, ou seja uma variável emergente no contexto relacional entre a agressora e a vítima que vai originar uma resposta afectiva negativa, que corresponde ao segundo estágio do processo. Dessa resposta afectiva negativa, emergem processos de regulação do humor. Caso haja sucesso na regulação do humor, ou seja na gestão do impacto emocional do fenómeno, então o processo dá-se por terminado sem que se desencadeie qualquer acção violenta. Caso não exista uma regulação de humor bem-sucedida, o processo tem seguimento e dessa resposta afectiva negativa vão emergir cognições que suportam a agressão. Estas cognições poderão sustentar-se em sentimentos de diferentes tipos. Um deles será a impotência, que é reforçada por uma representação do meio social e familiar como pouco protector, bem como uma percepção dos serviços públicos (órgãos policiais, associações de apoio) como pouco eficazes. Outro dos sentimentos possíveis, associados a estas cognições é a defensividade, esta surge reforçada pela representação da existência de abuso, hostilidade e agressividade nos diferentes meios (familiar, social, residencial) da vida do sujeito. Tendo como impulsionador estas cognições de reforço da acção violenta, o sujeito passará a formação do objectivo, que poderá ser de dois termos, ou a procura de atingir determinado benefício, ou a procura de fazer cessar determinado prejuízo ou dano. Definido o objectivo, o sujeito entrará na última fase do processo, que consiste no planeamento da execução da acção. Este planeamento poderá ser sistemático e explícito ou não sistemático. O primeiro envolve a ponderação dos vários factores que interferem na acção desde o momento, o método, os instrumentos utilizados, etc. O segundo surge tendencialmente de forma reactiva e num contexto impulsivo. Este não é contudo desprovido de planeamento total, na medida em que envolve uma ponderação de custos e benefícios. A este tipo de acções está associada, normalmente, uma incapacidade para a ponderação das consequências da acção (Murdoch, Vess & Ward, 2012).

Especificidades do homicídio cometido por mulheres e factores com interferência na tomada de decisão de um acto criminal

É facto assente que o número de homicídios cometido por mulheres é muito menor que o número de homicídios cometido por homens (Heidesohn & Silvestri, 2012; Murdoch, Vess & Ward, 2012). Verifica-se, contudo, uma tendência actual para a convergência em termos de prática criminal entre ambos os géneros, ou seja, os valores dos crimes cometidos por mulheres têm vindo a aproximar-se dos valores de crimes cometidos por homens (Heidesohn & Silvestri, 2012). Verifica-se igualmente que os factores que influenciam, de forma mais determinante, quer a prática de um comportamento criminal, quer a prevalência do mesmo, não são os mesmos para homens e mulheres (Ramoutar & Farrington, 2006). Entre alguns dos factores considerados de risco podemos verificar que no caso dos homens, existe uma maior taxa de agressões violentas entre sujeitos que não estão casados e vivem uma situação económica instável, do que entre aqueles que não vivem nestas circunstâncias (Marcus, 2009, citado por Salvatore & Markowitz, 2014). Por oposição, podemos verificar no caso das mulheres que os homicídios cometidos por estas tendem a ter como vítimas, na sua esmagadora maioria, pessoas com quem estas têm relações próximas ou íntimas (Yourstone, Lindholm & Kristiansson, 2008). Deste ponto de vista, no caso das mulheres a existência de relações familiares é um pressuposto que torna mais provável a ocorrência de uma agressão violenta ou fatal (Yourstone, Lindholm & Kristiansson, 2008). Por outro lado, Salvatore e Markowitz (2014) verificaram que o interesse pelos estudos era um factor significativamente relevante na prevenção da criminalidade cometida por homens, mas não na criminalidade cometida por mulheres. Já Ogilvie, Newman, Todd & Peck (2014) numa meta-análise verificaram uma relação entre a existência de uma vinculação menos segura e a prática de algum tipo de criminalidade violenta. Salvatore & Markotiz (2014) verificaram ainda que a satisfação no emprego é um factor significativamente relevante na prevenção da criminalidade cometida por mulheres, mas não na criminalidade cometida por homens. Num estudo realizado junto de várias mulheres que cometeram homicídio, Hellen Lange-Asschenfeldt, Ritz-Timme, Verhülsonk e Hartung (2015) verificaram que os determinantes maioritários da acção homicida centravam-se primordialmente num isolamento e falta de apoio sentido pela mulher. Num segundo plano, verificaram a presença de um ou mais destes factores: a existência de um cuidado prévio por parte da mulher à vítima (ao ponto de a segunda ser

vista como um fardo); um historial de abuso por parte da vítima; traços de personalidade patológica por parte da mulher que comete o homicídio; e sentimentos de impotência ou dependência por parte da mulher que comete o homicídio. A maioria dos homicídios estudados por estes autores resulta, assim, de uma situação de reacção a um abuso anterior, legítima defesa perante um abuso actual, ou para pôr termo a um “fardo” causado por uma situação de cuidado prolongado à vítima (Hellen, et al, 2015). Esta autora vai salientar algumas das diferenças entre os determinantes homicidas dos homens e das mulheres, entre as quais se destaca a existência de mais factores intensos de stress na vida da mulher homicida, algo que nem sempre se encontra nos homens que cometem homicídio. A existência de uma situação de desemprego e a inexistência de antecedentes criminais também são factores mais frequentes nas mulheres do que nos homens (Hellen et al, 2015). Em sentido semelhante, De Vogel, Stam, Ter Horst e Lancel (2015) verificaram que o historial de vitimização das mulheres que cometem crimes violentos é maior e mais complexo do que nos homens condenados por criminalidade idêntica.

Murdoch, Vess e Ward (2010) estudaram os processos de agressão em mulheres que cometeram crimes violentos. Estes autores verificaram em primeira linha, a influência dos componentes do background destas agressoras e verificaram que uma larga maioria relatou relações familiares disfuncionais na infância, onde o ambiente familiar é descrito como problemático, desorganizado, imprevisível, com presença de consumo de substâncias, contacto com vida criminal dos pais, e existência de abusos físicos e sexuais (Murdoch, Vess & Ward, 2010). As mulheres estudadas referem ainda terem sido vítimas de negligência parental, inexistência de relações afectuosas com as figuras parentais de referência, terem assistido a conflitos entre os progenitores, existindo violência física nos mesmos (Murdoch, Vess & Ward, 2010). Estes factores que compõem o background psicossocial destas mulheres vão conduzir a uma adopção de um “estilo de vida violento”, que contém factores como “violência normativa”, ou seja a experiência e a exposição a violência integrada no quotidiano, o que leva em muitos casos a uma transição de vítima para agressor tendo em vista prevenir vitimizações futuras (Murdoch, Vess & Ward, 2010). Neste “estilo de vida violento” cabem também factores como a “percepção negativa de si e do mundo”, manifestando os sujeitos desconfiança e sentimentos de traição associados aos outros e ao mundo (Murdoch, Vess & Ward, 2010). Bem como, uma deficiente “gestão emocional e regulação de

afectos" que resulta de uma "globalização de afectos negativos" bem como "a experiência de um humor negativo prolongado ou crónico" o que leva a uma "desvalorização das consequências dos actos" (Murdoch, Vess & Ward, 2010).

Método

Investigação Qualitativa

Tal como explica Willig (2013) a investigação qualitativa tenderá a preocupar-se essencialmente com o significado. Ou seja, a investigação qualitativa irá interessar-se pela forma como as pessoas atribuem significado ao mundo e às suas experiências. O objectivo da investigação qualitativa passará por entender o que se sente ao experienciar determinadas condições ou eventos. Assim, nas palavras desta autora, a preocupação central da investigação qualitativa baseia-se na compreensão da textura e qualidade da experiência e não nas relações de causa-efeito da mesma.

Skrapec (2001) destaca a importância de utilizar uma perspectiva subjectiva na interpretação dos actos humanos, o que segundo esta autora tem falhado no âmbito da investigação do homicídio, existindo uma tendência para atentar na mesma como se de um evento objectivo se tratasse. Focando-se na experiência do homicídio em série, mas utilizando um argumentário que poderá ser aplicado de forma analógica à experiência de homicídio, Skrapec (2001) refere que o fenómeno do homicídio só poderá ser compreendido no contexto do homicida, destacando daí a necessidade de a investigação se centrar na experiência individual do sujeito. É na senda desta perspectiva que nos parece da maior relevância encetar esforços na realização de uma investigação sobre o homicídio recorrendo a uma metodologia qualitativa. Parece-nos crucial no âmbito do estudo do homicídio (bem como de outros fenómenos que integram o estudo da psicologia criminal) compreender o acto no contexto do sujeito, ao invés de contextualizar o sujeito pelo seu acto – Willig (2013) destaca entre as várias funções da investigação qualitativa a de tentar interpretar o que as pessoas dizem, de forma a explicar o porquê de o terem dito.

Tal como Banister (2008) refere, a utilização de métodos qualitativos de investigação demonstra-se muito útil no âmbito da compreensão da prática criminal pois permite conhecer os processos cognitivos que conduziram e determinaram a acção, bem como as possíveis distorções e crenças que os fundaram.

Ficher (2006) elenca cinco âmbitos de validade a ter em linha de conta numa investigação qualitativa:

- a) *Validade testemunhal*: consiste em verificar se quem lê os dados e os resultados chega a conclusões semelhantes;
- b) *Validade de pontos em comum*: consiste em verificar se os resultados se relacionam com a teoria e com outras investigações de forma produtiva;
- c) *Validade de eficácia*: consiste em verificar se os resultados encontrados se demonstram úteis e se fazem a diferença quer a nível teórico, quer a nível prático;
- d) *Validade de ressonância*: consiste em verificar se os resultados têm ressonância nos leitores;
- e) *Utilidade revisionária*: consiste em verificar se os resultados contribuem para uma alteração do entendimento prévio sobre determinada matéria, quer essa mudança se dê a um nível académico, ou a um nível pessoal.

Método Fenomenológico

A fenomenologia é caracterizada como um movimento, é uma filosofia dinâmica que comporta várias correntes paralelas que ainda que estejam relacionadas não são homogêneas (Davidsen, 2013). Estas partem, contudo, de um ponto comum, a investigação descritiva de um fenómeno, quer seja objectivo ou subjectivo, em toda a sua extensão e profundidade (Spiegelberg, 1978, citado por Davidsen, 2013). Já Finlay (2009) considera que a investigação fenomenológica sê-lo-á sempre que envolva uma descrição aprofundada do vivido e quando o investigador tenha adoptado uma atitude fenomenológica, esta por seu turno envolve a não adopção de esquemas externos e precedentes na análise do fenómeno, bem como, não duvidar da veracidade do narrado. Assim, para esta autora, é obrigatório que se leve a cabo a redução fenomenológica para que uma investigação seja fenomenológica. Na redução fenomenológica ou *epoché*, “*a consciência passa a preceder ao mundo natural*” (Giorgi & Sousa, 2010, pp.49), ou seja o investigador terá de colocar entre parêntesis os seus conhecimentos pessoais passados, bem como qualquer outro conhecimento teórico que não se baseie em intuição directa, de modo a conceder atenção total e completa ao fenómeno em apreço (Giorgi, 2006). Esta redução envolve assim a suspensão de todos conhecimentos previamente adquiridos, quer estes tenham sido fornecidos ao nível científico, cultural ou social (Giorgi & Sousa, 2010).

Outra parte integrante do método fenomenológico é a análise eidética ou variação livre imaginativa (Giorgi & Sousa, 2010). Entendem estes autores que no âmbito da Psicologia Fenomenológica, esta análise tem o objectivo de atingir sínteses de significados psicológicos (Giorgi & Sousa, 2010). Estes autores referem ainda que “*Em Psicologia Fenomenológica, o objectivo não é alcançar essências universais, muito embora não se pretenda que permaneçamos cingidos ao particular. A finalidade é obter resultados generalizáveis*” (Giorgi & Sousa, 2010; pp. 61). Em sentido semelhante, Halling (2008, citado por Finlay, 2009) considera que a investigação ideográfica poderá ter um carácter geral, na medida em que numa investigação desse tipo se poderão identificar estruturas gerais da experiência. Assim, para este autor, numa primeira fase o investigador irá atentar na experiência individual e particular. Numa segunda fase, irá focar-se nos temas comuns ao fenómeno, e por fim, num terceiro momento irá focar-se em questões universais do ser humano que se relacionam com o fenómeno em apreço. Giorgi (2006) considera que esta análise é essencial para que no fim da investigação não se obtenha apenas um resumo que leva a uma generalização empírica, que tem diferentes características da generalização fenomenológica fundada em resultados eidéticos.

Método de Giorgi

A análise eidética não é, contudo, o único passo essencial para que se proceda a uma investigação pelo método fenomenológico. Partimos do exposto por Giorgi e Sousa (2010) para ordenar os vários passos de uma investigação de acordo com este método.

Passo 1

O primeiro passo sucede a uma recolha de entrevista e subsequente transcrição da mesma. Neste passo, o investigador deverá apenas ler toda a transcrição de modo a apreender o sentido geral da mesma, devendo manter-se sempre dentro da perspectiva científica da redução fenomenológica-psicológica (Giorgi & Sousa, 2010).

Passo 2

Mantendo a redução fenomenológica, o investigador deve determinar e dividir as unidades de significado. Para isto, o investigador deve seguir uma perspectiva psicológica, tendo em mente o tema de estudo (Giorgi & Sousa, 2010).

Passo 3

Neste passo o investigador deve transformar as unidades de significado, que contêm a linguagem de senso comum utilizada pelo participante, em expressões de significado psicológico. Neste passo o investigador terá de recorrer a análise eidética e explicitar factores até aí implícitos (Giorgi & Sousa, 2010).

Passo 4

Mantendo a referida redução fenomenológica-psicológica e aplicando a análise eidética, o investigador deverá usar as unidades de significado como base para descrever a estrutura psicológica geral da experiência vivida pelo participante.

Objectivos do Estudo

O presente estudo tem por objectivo a compreensão do fenómeno de homicídio cometido por mulheres. Pretende-se assim proceder à descrição exhaustiva da experiência, por forma a melhor compreender a mesma. É dada importância particular aos processos de tomada de decisão envolvidos num acto de homicídio e à forma como os mesmos são elaborados. Propomo-nos assim a entender a essência dos significados psicológicos que determinam e condicionam a acção, bem como, aqueles que a antecedem e lhe sucedem.

Participantes

A amostra deste estudo é constituída por cinco pessoas do sexo feminino entre os 18 e os 62 anos. Os critérios de selecção das participantes basearam-se na existência de uma condenação pelo crime de homicídio e no facto de se encontrarem a cumprir pena no território português. Veja-se, em seguida, uma muito breve descrição de cada uma das participantes do estudo.

P1: Mulher com cerca de 30 anos, detida recentemente pelo homicídio do companheiro através de estrangulamento com recurso a um cabo. O acto foi executado como resposta a agressões violentas de que estava, no momento, a ser vítima.

P2: Mulher na casa dos 30 anos, detida há um longo período em consequência do homicídio da filha no acto do nascimento da mesma. A gravidez foi ocultada da família e P2 não se recorda a acção homicida, tendo sabido apenas através das autoridades que a sua filha tinha sido colocada dentro de um saco de plástico, que foi encontrado no interior do seu armário.

P3: Mulher com mais de cinquenta anos, detida pelo homicídio do ex-marido com recurso a uma arma de fogo do próprio. O homicídio surge no seio de uma relação muito longa onde a violência física e verbal foi uma constante. O acto foi executado durante uma discussão entre o seu ex-marido e o filho de ambos.

P4: Mulher com mais de cinquenta anos, detida pelo homicídio de um homem que tinha esfaqueado o seu filho instantes antes, e com quem tanto a participante como o filho já tinham tido desavenças prévias.

Procedimentos

Numa primeira fase o investigador remeteu a apresentação do projecto de investigação, da qual constava uma breve fundamentação teórica, uma explicitação breve da metodologia a utilizar e uma indicação da população sobre a qual incidiria o estudo, à Direcção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais. Na mesma remessa seguiu um pedido para recolha de amostra nos Estabelecimentos Prisionais de Odemira e Tires e um comprovativo do ISPA-IU, certificando o âmbito da investigação. Após a recepção da resposta da Direcção-Geral de Reinserção Social e Serviços Prisionais, que se pronunciou positivamente e concedeu a autorização para a recolha da amostra dentro dos serviços prisionais, o investigador procedeu ao contacto com o Estabelecimento Prisional de Odemira. Em contacto telefónico foi agendada uma visita do investigador às instalações do referido Estabelecimento Prisional. Aquando dessa visita, o investigador reuniu com a Directora do Estabelecimento, bem como com a responsável pelo âmbito de investigação no estabelecimento prisional. A disponibilidade e apoio de todo o pessoal do Estabelecimento Prisional foi exemplar e as entrevistas foram agendadas logo para esse dia e para o dia seguinte.

Para a realização das entrevistas o investigador foi encaminhado para uma sala, munido de um leitor de MP3 que foi utilizado como instrumento de gravação. As reclusas foram

então encaminhadas por um funcionário até à sala onde o investigador se encontrava. Antes de iniciar as entrevistas foi explicado às participantes o âmbito da entrevista, os contornos da investigação e foi clarificado que a sua participação era de carácter voluntário. Foi ainda esclarecido que todos os dados identificativos seriam mantidos confidenciais e que qualquer informação prestada na entrevista que fosse susceptível de identificar a pessoa seria alterada. Perante a aceitação das reclusas em participar, foi-lhes fornecido um documento com o consentimento informado para a participação na investigação, após leitura do mesmo, as reclusas assinaram-no. Foi realizada apenas uma entrevista com cada uma das reclusas. As entrevistas foram gravadas em formato áudio num leitor de MP3. Após a realização da entrevista, o investigador agradeceu a participação das reclusas e estas foram acompanhadas de novo para a área interdita do estabelecimento.

Posteriormente foi contactado o Estabelecimento Prisional de Tires, tendo desta vez o contacto sido mediado por uma colega que lá se encontrava a realizar o estágio académico. Foram agendadas duas datas para proceder à recolha da amostra. O procedimento nessa recolha foi idêntico ao anteriormente referido.

Após esta fase, procedeu-se à transcrição integral das entrevistas. A esse processo sucedeu-se a análise das mesmas através do Método de Giorgi.

Material

As entrevistas foram gravadas num dispositivo de reprodução e gravação de áudio MP3. A sua transcrição foi feita posteriormente, bem como a sua análise através do método de Giorgi.

Resultados

Constituintes Essenciais da Experiência

No nosso estudo identificaram-se seis constituintes essenciais da experiência, patentes em todas as experiências por nós analisadas. São eles:

- a) *Homicídio surge sem planeamento explícito;*
- b) *Homicídio sucedido de arrependimento;*
- c) *Homicídio vivido como momento marcante na história de vida da participante;*
- d) *Homicídio dissontante da percepção que o participante tem de si;*
- e) *Fragilidade dos processos pensamento que conduzem ao acto;*
- f) *Inexistência de acções para ocultação do crime.*

Homicídio surge sem planeamento explícito

Em todos os casos analisados o homicídio surge sem que existisse um planeamento anterior do mesmo. Em todos os casos, o acto acontece sem que a autora do homicídio realize quaisquer actos de planeamento da consumação dos factos. O homicídio resulta assim de uma situação espoletadora que pode ser de ameaça ou não. Nos três casos de homicídio que envolvem vítimas adultas, as vítimas estavam sob o efeito de substâncias e esse facto contribuiu para espoletar a acção homicida. As participantes tendem a descrever a acção homicida como um acto momentâneo que relacionam com descontrolo da sua parte. O homicídio surge em contexto de grande tensão emocional e esta é percebida como elemento fundamental na definição da acção homicida. Não existe na acção das participantes uma ponderação total entre benefícios e prejuízos da acção cometida, sendo esta tomada sem uma aferição ponderada das consequências. O método da acção homicida não é estudado e a acção não é preparada de forma a facilitar ou sequer possibilitar a sua ocultação posterior.

Em dois dos casos (P1 e P4), o homicídio surge como resposta a uma ameaça que levou as participantes a sentirem que se não tomassem a acção homicida seriam elas próprias mortas, surgindo assim uma função de defesa na acção homicida e sendo essa função o elemento determinante para a execução do homicídio.

Participantes	Variações Empíricas
P1	<p>P1 comete o homicídio como forma de fazer cessar as agressões de que estava a ser vítima nesse momento. A utilização daquele objecto (cabo) como forma de defesa resulta do facto de se deparar com ele durante a agressão, sendo a acção determinada nesse momento.</p> <p><i>“Não sei o que é que me deu, só sei que à última ele empurra-me contra uma parede e nessa parede tinha uma ficha, onde estava ligada a aparelhagem e a televisão... não sei o que é que me deu, nervos, ou de estar farta de levar porrada, ou levar com a cabeça na parede, tudo... e puxei pela extensão, enrolei-a no pescoço”</i></p>
P2	<p>P2 revela expressamente que durante a gravidez não planeou a acção homicida e que não previa que o desfecho da mesma fosse a morte da filha, tendo revelado noutro momento da entrevista que estava indecisa entre dar a filha para adopção ou mantê-la.</p> <p><i>“Não. Não fazia ideia. Eu não tinha nada planeado.”</i></p> <p><i>“Eu pensava... pensei ou ficava com a bebé ou entregava para adopção.”</i></p>
P3	<p>P3 relata que a sua acção homicida resulta de um comportamento impulsivo perante o facto de o antigo companheiro estar a proferir insultos, primeiro direccionados a si e depois ao seu filho, algo que era recorrente.</p> <p><i>“Eu perdi a minha cabeça, não demorei um minuto, eu fui onde eu tinha a arma em cima... pois eu nunca pensei que eu tinha coragem para fazer, que aquilo acontecesse uma coisa daquelas naquele dia... eu pego em mim, até tinha o robe vestido, abalo a caminho do quarto, fui buscar...” é hoje que eu acabo contigo”, pronto, eu tinha-a carregada, eu nunca tinha mexido numa arma na minha vida, nunca</i></p>

	<i>na minha vida eu tinha mexido naquilo, eu consegui desprender aquilo, matei-o à primeira (...).”</i>
P4	<p>P4 relata que a sua acção homicida surge quando ao confrontar o homem que acabara de esfaquear o seu filho, apontando-lhe uma arma, ele a enfrenta e avança na sua direcção para a desarmar. P4 afirma textualmente que ao pegar na arma não tinha decidido o que ia fazer. P4 refere noutro momento da entrevista que se não tivesse sido aquela a reacção da vítima, não teria disparado.</p> <p><i>“apontei assim a pistola “e agora? Achas que fizeste bem?”. (...) ele levanta-se de repente naquela hora e ele convencia-se que me vinha tirar a pistola, mas eu também me lembrou logo que era isso que ele vinha fazer, foi quando eu disparei”</i></p> <p><i>“Não sabia, não sabia, não soube, eu fiquei... a minha ideia estava fixada no meu filho que me morreu e me ia apanhar outro”</i></p> <p><i>“só puxei pela pistola, e até nem lhe atiraria se não visse a reacção dele”</i></p>

Tabela 1

Homicídio é sucedido de arrependimento

O arrependimento pelo resultado da acção homicida surge em três das entrevistas (P1,P2 e P4) de forma mais explícita. Já no caso de P3, este surge associado à verbalização do desejo de obtenção do mesmo resultado (a morte da vítima) por outra forma que não envolvesse a sua acção homicida.

O arrependimento pela acção surge associado a diversos motivos, quer seja pela valoração negativa do acto de matar (tal como é feita expressamente por P2), quer pela culpabilidade resultante do mesmo acto (verbalizada por P4), quer ainda por existirem

alternativas ao acto homicida (referidas por P4), quer, por fim, pela existência de um dever de protecção daquela vida em específico (referida por P2).

Nos casos de P1 e de P4 entre o período que medeia a execução do acto e a confirmação do óbito, ambas as participantes verbalizam que desejaram fortemente que a vítima estivesse viva e sentiram como negativa a confirmação da morte. Assim, verifica-se nestes casos um arrependimento prévio à ideia da consumação do homicídio, bastando-se o mesmo pela possibilidade do facto.

O arrependimento que sucede à acção fica também patente na acção que sucede ao homicídio, onde nenhuma das participantes faz qualquer tentativa de ocultar a acção homicida ou de resistir à detenção efectuada pelas autoridades.

Participantes	Variações Empíricas
P1	<p>Neste caso, a participante não teve imediatamente a percepção de que o companheiro já estava morto e, durante todo o período que mediou entre a sua acção e a confirmação do óbito, P1 estava nervosa e desejando que o companheiro ainda estivesse vivo.</p> <p><i>“Eu estava cá em baixo e estava...mesmo para mim, falava sozinha: “Deus queira que não, Deus queira que não, Deus queira que não”. Só apertava era o telemóvel: “Deus queria que não”.</i></p>
P2	<p>P2 verbaliza expressamente que seria mais feliz se a sua filha não tivesse morrido.</p> <p><i>“porque eu hoje sinto que seria muito mais feliz também com a minha filha, na altura era bebé agora já teria 9 anos, e portanto eu sei que hoje seria mais feliz...”</i></p>
P3	<p>P3 não verbaliza expressamente um arrependimento pelo resultado da acção homicida, ou seja pela morte do ex-marido. Verbaliza, contudo, o desejo que o mesmo resultado se tivesse verificado de outra forma que não pela sua acção homicida.</p>

	<p><i>“Sim, sim eu às vezes... eu nunca pensei em fazer uma coisa dessas, nunca, mas às vezes ele abalava para a pesca... é verdade aquilo o que eu lhe vou dizer, isto é mesmo verdade, de coração: ele abalava para a pesca, estava um dia ou dois sem vir a casa, mas devia de ir e ficar lá, cair”</i></p>
P4	<p>P4 verbaliza que se arrepende da sua acção homicida logo após a execução do acto, ainda antes da confirmação da morte da vítima. Entre a sua acção e a confirmação do óbito refere ter desejado que a vítima não morresse”.</p> <p><i>“arrependi-me logo no momento do que fiz.”</i></p> <p><i>“Depois arrependi-me de ter feito o que fiz. E só queria que ele não morresse era o que eu queria, que ele não morresse...”</i></p>

Tabela 2

Homicídio é vivido como momento marcante na história de vida do sujeito

Em todos os casos analisados, o homicídio foi vivido de forma marcante e tornou-se um elemento destacado na história de vida das participantes. Assim, o homicídio não é sentido como um acontecimento desvalorizável mas como algo importante e que tem um impacto profundo nas participantes, bem como em terceiros (pessoas significantes para as participantes e pessoas significantes para as vítimas). P2 descreve o homicídio como um erro grave, fazendo o paralelismo com outros erros que considera de pequena monta (como a escolha de roupa) para evidenciar a diferença de dimensão. O acto homicida encontra assim uma valoração significativa para as participantes, quer pela sua dimensão moral (P4 refere que a hora para morrer chega para cada um e ninguém tem o direito de matar), quer pelo impacto emocional na participante da acção homicida (P4 refere o peso na consciência que resulta da acção), quer, ainda, pelo impacto em terceiros (P2 refere o sofrimento que a sua acção gerou à sua família bem como ao pai da sua filha). As consequências do resultado do acto, ou seja a morte da vítima, também têm um impacto valorado (P3 refere que a sua vida é melhor depois da morte do

marido) e também a condenação a pena de prisão é um factor relevado para a consideração do impacto da acção homicida (P4 refere o tempo de vida que a prisão lhe tirou). Assim, o acto homicida é sempre considerado como impactante para as participantes, estendendo-se o seu impacto a terceiros.

Participantes	Variações Empíricas
P1	<p>P1 define a acção e o seu resultado de forma negativa e significativa, não é contudo dado destaque ao impacto específico em si, mas à sua dimensão abstracta.</p> <p><i>“Olhe, não deu, não deu. O que é que deu? Desgraça....”</i></p>
P2	<p>P2 declara que após o homicídio houve uma parte de si que desapareceu. A essa percepção junta-se o temor de que volte a cometer uma acção semelhante.</p> <p><i>“É claro que é um bocadinho diferente, depois de ter noção daquilo que fiz porque... porque há uma parte que ficou morta ou adormecida, há uma parte que pensa, também, muitas vezes, que “se fizeste uma vez podes voltar a fazer”</i></p>
P3	<p>P3 define a sua acção homicida como o culminar de vários anos de agressões físicas e psicológicas. Resulta assim da sua acção homicida uma mudança no seu contexto e história de vida, referindo P3 que a sua vida está melhor após a morte do ex-marido, mesmo estando a cumprir pena na prisão.</p> <p><i>“Aquilo foi a tampa que rebentou, saiu. E eu aí disse assim “não tu não me chamas mais nomes, não chamas mais nomes ao meu filho e não ameaças mais” pronto”</i></p> <p><i>“Quando vivi com o meu marido, aqueles anos todos, estava mil vezes</i></p>

	<i>pior do que eu estou a viver aqui.”</i>
P4	<p>P4 refere que o acto homicida lhe tirou 20 anos de vida, o que está associado ao facto de ter sido presa em resultado desse acto. Num outro momento da entrevista P4 refere que o peso na consciência resultante da acção homicida irá permanecer para o resto da sua vida.</p> <p><i>“Tirou, 20 anos de vida porque arrependi-me logo no momento do que fiz.”</i></p> <p><i>“Era o peso na consciência que tenho, o peso na consciência que ainda tenho e nem nunca me vai sair”</i></p>

Tabela 3

Homicídio dissonante da percepção que o participante tem de si

Em todos os casos, as participantes referem-se ao acto homicida destacando-o daquilo que consideram ser o seu funcionamento estrutural e a sua história de vida até esse momento. As participantes posicionam a sua acção homicida como algo que não as caracteriza, estando em alguns casos em oposição àquilo que consideram ser o seu comportamento habitual e a sua história de vida.

As participantes posicionam assim a acção homicida como um acto que se integra em determinado contexto, valorando o contexto (momento, vítima e estado emocional) como determinante para a execução do crime.

Participantes	Variações Empíricas
P1	<p>P1 refere que antes da acção homicida nunca tinha tido comportamentos que considere como violentos, referindo expressamente que não tinha sequer proferido ameaças ameaçado.</p> <p><i>“Agora esta foi a primeira vez. Nunca ameacei ninguém...”</i></p>

<p>P2</p>	<p>P2 diferencia expressamente aquela que considera ser a pessoa que cometeu a acção homicida, da pessoa que ela é. Esta diferenciação leva a que ela chegue a relatar os factos relacionados como o homicídio na terceira pessoa.</p> <p><i>“Eu acho que era outra pessoa, porque... (pausa)... quem faz o que eu fiz não é uma pessoa minimamente... pessoa. E até àquele momento e horas depois daquilo, eu não era assim nem fui assim depois disso.”</i></p>
<p>P3</p>	<p>P3 define que é boa pessoa e que este seu acto se relacionou com o facto de sentir uma raiva intensa perante a figura da vítima usando como exemplo de contraste o facto de não conseguir fazer mal a animais.</p> <p><i>“Eu sou uma pessoa boa. Eu sou uma pessoa boa, eu sei que sou boa”</i></p> <p><i>“Eu não sou capaz de matar uma galinha, nem um pombo, nem um coelho, nadinha, nadinha, eu só dou a vida, nem que seja a um animal mais... mas aquela pessoa eu só tinha raiva.”</i></p>
<p>P4</p>	<p>P4 refere que a sua acção homicida resulta do facto de a vítima a ter enfrentado, e que se não fosse essa reacção por parte da vítima não teria cometido o acto homicida, dado que não é esse o seu funcionamento habitual. Para exemplificar faz um relato de um acontecimento na prisão.</p> <p><i>“é para te dar umas chineladas”, não tive coragem, ela ficou paralisada a mulher, não reagiu nadinha e eu não tive coragem. Não tive coragem, ele se reagisse de outra maneira, não acontecia o que aconteceu.”</i></p>

Tabela 4

Fragilidade dos processos pensamento que conduzem ao acto

Em todos os casos observados, as participantes revelaram uma grande dificuldade em definir, referir ou descrever os processos mentais que dominaram o seu pensamento e conduziram à acção homicida. Em três das participantes, a memória dos factos e da sua acção parece estar intacta, contudo não são capazes de definir o que pensaram antes e durante o acto, apesar de serem capazes de referir os elementos que contribuíram para a acção (como a raiva referida por P3, os nervos referidos por P1 ou o medo referido por P4). Esta incapacidade poderá relacionar-se também com o facto de não existir um planeamento prévio de acção que surge de forma reactiva a uma situação.

Participantes	Variações Empíricas
P1	<p>P1 refere que não sabe que pensamentos teve, ponderando o facto de estar nervosa e a vontade de cessar as agressões. Noutra momento da entrevista, P1 afirma textualmente não ter pensando em nada quando pegou no cabo para atacar o companheiro, referindo que a sua intenção era fazer com que ele parasse de a agredir.</p> <p><i>“(...) não sei o que é que me deu, nervos, ou de estar farta de levar porrada, ou levar com a cabeça na parede, tudo... e puxei pela extensão, enrolei-a no pescoço.”</i></p> <p><i>“Não pensei nada. Não pensei que o matava. Não sei, só peguei naquilo e pus, enrolei-lhe aquilo ao pescoço para o ver parado mais nada.”</i></p>
P2	<p>P2 não recorda de todo o acto homicida. P2 refere num outro momento da entrevista que seria importante para si compreender os processos de pensamento que determinaram a sua acção homicida.</p> <p><i>“Não sei! Eu lembro-me de ter ido à dispensa da casa, lembro-me de ter ido à cozinha... não me lembro como, não me lembro... só me lembro de estar nesses sítios”</i></p>

	<p><i>“de saber o que é que aconteceu e podia ser que eu viesse a compreender como é que se tinha passado tudo e acertar as peças que eu tinha colocado... perceber o que é que me levou a tomar aquela decisão”</i></p> <p><i>“Eu só queria compreender às vezes mais até do que aquilo que eu fiz, queria compreender em que é que eu estava a pensar no momento. Porque... era só isso que eu queria compreender”</i></p>
P3	<p>P3 refere textualmente que não sabe o que pensou quando deu início à execução do homicídio, pegando na arma e dirigindo-se à vítima.</p> <p><i>“Não sei, não sei doutor, eu não sei o que é que eu pensei...”</i></p>
P4	<p>P4 refere que não sabe o que pensou, referindo que o seu pensamento estava focalizado na memória da morte de um filho, associado ao receio de perder o outro. Refere num outro momento da entrevista que a sua acção foi impelida pelo receio de que a vítima se desarma-se e a matasse.</p> <p><i>“Não me lembra nada, não me passou nada pela cabeça, não me passou nada. Nada, não se me passou nada pela cabeça, só me lembrava o meu filho que já tinha morrido, que ainda hoje eu tenho...morreu de acidente... só era esse filho que me lembrava, que não queria ficar sem outro”</i></p> <p><i>“eu foi a minha ideia, quando ele salta do banco eu disse assim, fico já aqui eu”</i></p>

Tabela 5

Ausência de acções para ocultação do crime

Em todos os casos analisados, as participantes não realizaram acções tendo em vista a ocultação da acção criminal de forma a evitar as consequências legais e sociais da

mesma. Em alguns dos casos houve inclusivamente uma tomada de acção concreta no sentido de se apresentar perante as forças de autoridade. Não se verifica assim em nenhum dos casos a tentativa de fugir à condenação legal ou alterar os trâmites da mesma, procedendo para isso a actos de encobrimento do homicídio perpetrado ou da alteração das circunstâncias do mesmo.

Participantes	Variações Empíricas
P1	<p>P1 ao aperceber-se da possibilidade de ter cometido um homicídio, contactou de imediato as autoridades providenciando às mesmas a sua localização.</p> <p><i>“Eu pedi socorro mas ninguém me socorreu. Peguei no telemóvel, foi o que me deu, e liguei para a polícia: “olhe, eu acho que matei um homem.”. Mas depois de encontrar as chaves, vim cá abaixo ao fim do prédio, não vi ninguém na rua, estava tudo fechado. Não consegui quem me ajudasse, o que é que eu fiz? Liguei para a polícia. Veio a GNR, veio a PSP.”</i></p>
P2	<p>P2 perdeu a consciência após a realização do acto criminal. Ainda que o corpo da vítima tenha sido guardado num local fechado, essa não parece constituir uma tentativa de ocultação dado que não foram realizadas acções para ocultar os vestígios da acção criminal e que permitiam uma imediata identificação da mesma.</p> <p><i>“O meu ex-companheiro chegou a casa, viu-me e terá chamado... eu não sei exactamente como, ou melhor sei que foi ele, sei que foi ele que chamou socorro, e quanto ao resto não sei como é que se desenrolou, não sei se ele detetou alguma coisa, se terão sido os bombeiros”</i></p>
P3	<p>Ainda que P3 tenha atirado a arma com que perpetrado o homicídio, para um local de difícil acesso após a execução do mesmo, a participante esclarece que este acto não tinha em vista a ocultação da</p>

	<p>sua acção, fundando-se num temor de que a vítima não estivesse morta e a atacasse fazendo uso da arma. As autoridades foram chamadas logo depois da execução do crime.</p> <p><i>“depois peguei na arma ainda a fui jogar para dentro da fossa, com medo dele ainda se voltar contra mim, peguei na arma e fui jogá-la para dentro da fossa. E pronto e foi assim. E depois entrei em parafuso. Depois o meu filho saiu, depois ligou para a irmã, depois veio os bombeiros, claro mas ele morreu logo, logo...”</i></p>
<p>P4</p>	<p>P4 perpetrou o homicídio num local público e manteve-se no mesmo, estando inclusivamente perto de um agente da autoridade, sendo detida em seguida.</p> <p><i>“Depois estava lá um GNR de férias, eu virei as costas, virei-me para ali e ele deu um tombo para ali, eu não olhei mais para trás. Depois aí tive a consciência do que me ia acontecer, que vinha a morrer numa cadeia.”</i></p>

Tabela 6

Estruturas da Experiência

Estrutura A

Esta estrutura integra as experiências de P1, P3 e P4. Esta estrutura da experiência de homicídio pauta-se por vários factores comuns e definidores. Em primeira linha, verifica-se a existência de uma relação prévia com a vítima, sendo esta marcada por experiência e vivências negativas marcadas por episódios de violência física e verbal. Também no âmbito da vítima, verifica-se a interferência do consumo de substâncias, dado que em todos os casos desta estrutura, as vítimas se encontravam sob o efeito de álcool ou estupefacientes, tendo estas substâncias tendo interferência directa na acção homicida, ou por estarem associadas a agressões ou reacções agressivas por parte da vítima, sendo assim inegável o papel do consumo destas substâncias no espoletamento da acção homicida.

As acções homicidas desta estrutura são pautadas pela sua reactividade, ou seja, todos estes homicídios surgem de forma reactiva a uma acção da vítima, verificando-se assim a inexistência de um planeamento prévio da acção homicida., Por consequência, verificamos nestas acções uma fraca estruturação dos processos cognitivos associados à tomada de decisão, a acção homicida surge assim de forma impulsiva, com o intuito de por termo a determinado acontecimento que funciona como espoletador da acção. Associado a esse acontecimento, está também a percepção por parte das participantes de que há uma ameaça clara à sua integridade física e à sua vida, sendo nos casos de P1 e P4, uma ameaça imediata, dado que as agressões estavam já a acontecer ou seriam iminentes. No caso de P3, esta ameaça é percebida de forma mediata, já que a participante estava convicta de que a vítima a iria matar eventualmente, caso ela não o matasse.

Como resultado da acção homicida, surge arrependimento, sendo este verbalizado de forma expressa nos casos de P1 e P4, sendo nestas participantes o mesmo antecedido por um desejo de que a vítima não morresse, que as acompanha até à confirmação do óbito. No caso de P3, este arrependimento não é verbalizado de forma expressa mas através da constatação da própria participante de que o resultado era desejado (a morte da vítima) mas não através da sua própria acção. O homicídio é sentido nesta estrutura como um comportamento dissonante da sua percepção de si, dado que a acção homicida

é percebida como negativa, e não consistente com a percepção que as participantes têm de si próprias.

Estrutura B

Esta Estrutura integra a experiência de P2, onde a relação com a vítima se demonstra significativamente diferente da presente na Estrutura A. Neste caso, homicídio surge na sequência de uma gravidez não planeada que se verifica num momento que não considera como propício, dada a sua sobreocupação profissional. A possibilidade de ter filhos nunca tinha sido discutida com o companheiro, apesar disso P2 tinha o desejo de ser mãe, ainda que não naquela altura. Apesar destas circunstâncias, a gravidez foi vivida como positiva, ainda que tenha sido ocultada de terceiros. P2 desfruta da gravidez após tomar conhecimento dos trâmites para entregar uma criança para adopção, existindo sempre indecisão sobre se a entregaria ou não.

P2 nunca planeou matar a criança durante a gravidez e tomou os cuidados necessários durante a mesma. Durante a gravidez, P2 adquiriu alguns objectos para bebé mas não adquiriu outros que descreve como indispensáveis. P2 não tem qualquer recordação do parto nem do homicídio, tendo contudo consciência dos actos que cometeu. Associada ao crime está uma profunda incompreensão dos motivos que o determinaram, colocando P2 a hipótese de o mesmo ter sido determinado ou por um medo intenso ou por um motivo fútil.

Verifica-se nesta estrutura a fragilidade dos processos de tomada de decisão associados ao homicídio, dado que, apesar de a participante não recordar os processos envolvidos, a própria verbalização de que poderia ter caminhado para um lado e pedido ajuda, do mesmo modo que optou por caminhar para outro e encetar a acção homicida. Do mesmo modo, a incompreensão quanto aos motivos da acção homicida evidencia que não existiu quanto ao mesmo uma verdadeira ponderação. Assim, o homicídio surge no âmbito de um processo cognitivo precário que a participante não recorda, mas consegue esboçar de forma muito primária.

Da acção homicida resulta um arrependimento profundo associado a uma convicção profunda de que seria mais feliz caso estivesse com a sua filha. Na sequência deste

arrependimento, a participante vivenciou um abatimento profundo e a procura de isolamento e tentativas de suicídio.

Verifica-se nesta estrutura, uma profunda percepção do acto como dissonante da percepção de si da participante, estando presente uma forte clivagem entre a pessoa que cometeu o acto, que ela percebe como alguém diferente daquilo que ela é no seu quotidiano, e a própria. Associada a essa clivagem existe um temor de que essa parte de si reapareça.

Variações entre a estrutura A e a estrutura B

Uma das diferenças que importa destacar entre a estrutura A e a estrutura B relaciona-se com elementos constituintes relacionados com a vítima. Na estrutura A existe uma relação com a vítima pautada por experiências vivenciadas como negativas pelas participantes. Nesta estrutura, a acção homicida tem interferência dessa relação prévia que sendo negativa interfere na percepção da vítima, bem como do perigo que esta representa. No caso da estrutura B, não existe qualquer relação prévia com a vítima dado que esta é um bebé recém-nascido, assim a percepção negativa da vítima e a experiência relacional negativa com a vítima, não têm relação com a acção homicida de P2, ao contrário do que está presente nas restantes estruturas. Assim, enquanto as participantes que integram a estrutura A relatam episódios de valorização negativa para definir a sua relação com a vítima, no caso da participante da estrutura B existe uma absoluta ausência de relação prévia e por isso de definição da mesma recorrendo a elementos da história de vida. Outro dos elementos constituintes da experiência da estrutura A prende-se com o estado alterado das vítimas que estavam nos três casos sob o efeito de substâncias (álcool ou drogas). Nesta estrutura, o facto de as vítimas estarem sob o efeito de substâncias está na base dos comportamentos espoletadores da acção homicida, no caso de P1 e P3, os consumos estavam associados aos comportamentos agressivos para com as participantes ou terceiros, e em ambos os casos, esses comportamentos estiveram na origem da acção homicida. No caso de P4, os consumos estiveram na origem inicio dos comportamentos que levaram ao homicídio. Assim, o facto de a vítima estar sob o efeito de substâncias, teve um efeito espoletador ou potenciador da acção homicida, contribuindo para a execução da mesma. Este elemento está ausente da estrutura B. Por seu turno, a estrutura B apresenta um elemento

constituintes da experiência que não está presente em nenhuma das estruturas restantes. Este consiste na inexistência de qualquer memória da acção homicida. No caso da estrutura B, está ausente qualquer recordação da experiência, sendo que as suas acções são inferidas da constatação dos factos, não sendo a participante capaz de recordar o seu comportamento e os processos mentais a ele associados. Este elemento tem um efeito bastante significativo da participante que verbaliza a necessidade e desejo de compreender os pensamentos presentes na definição e condução da sua acção homicida.

Discussão

Diálogo com a literatura

Através da análise dos resultados obtidos, podemos dividir a experiência de homicídio em três momentos.

O primeiro momento consiste na preparação, contexto e espoletadores da acção homicida, dado que todas as acções homicidas emergem num determinado contexto, tendo um factor espoletador mais ou menos claro e uma preparação mais ou menos aprofundada.

O segundo momento consiste nos processos de pensamento e determinantes da decisão de cometer o homicídio.

O terceiro momento consiste nos processos emergentes e resultantes da acção homicida, assim este momento foca-se no impacto que o homicídio tem no seu perpetrador.

Começamos pelo primeiro momento da experiência de homicídio, onde encontramos como constituinte essencial a ausência de planeamento. Esta ausência de planeamento encontra eco no modelo de acção criminal de agressoras femininas proposto por Murdoch, Vess e Ward (2012), do qual se extrai que a acção resulta de um factor espoletador e este, por sua vez, irá gerar uma resposta afectiva de valência negativa. Esta resposta afectiva vai exigir uma regulação de humor, falhando esta regulação, existirá uma elaboração do objectivo de agressão à qual se sucede o planeamento da acção. Neste ponto específico, os autores sugerem dois caminhos: a existência de um planeamento sistemático ou a não existência de um planeamento sistemático. Na segunda categoria encontramos as acções determinadas de forma impulsiva, sendo o plano de acção elaborado durante a realização da mesma, ou de forma pouco estruturada nos momentos anteriores. Nos termos deste modelo, este tipo de acções são tendencialmente reactivas e poderão no seu início não ter como objectivo final a morte da vítima. A integração do objectivo não antecede assim necessariamente a acção, podendo definir-se no decorrer do acto. Neste processo de agressão, existirá tendencialmente uma ponderação de riscos associados à acção e por oposição à não tomada da mesma. Recordamos, neste ponto, a experiência de P1 que estava convicta de que se não reagisse às agressões, seria morta naquele dia. Bem como a experiência de P4 e a convicção de que se não tivesse feito uso da arma, antes da vítima se aproximar,

teria a vítima feito uso dela contra si. Daqui podemos retirar que em situações de ameaça à integridade física, a valoração do risco da inação será exacerbada e haverá uma maior tendência à ocorrência de um processo que os autores definem como “*falha na consideração das consequências*” (pp.419). Murdoch, Vess e Ward (2012) referem igualmente que neste tipo de planeamento não sistemático, tendencialmente, não são tomadas estratégias de ocultação do crime após a consumação do mesmo, sendo esse outro dos constituintes essenciais da experiência por nós verificado. Existe assim uma relação entre estes constituintes essenciais da experiência, de onde se retira que o homicídio sem planeamento sistemático tenderá a não ser sucedido por acções de ocultação do crime.

Num outro plano, verifica-se na experiência de P3 uma percepção pouco positiva da intervenção das autoridades após as denúncias por violência doméstica: “*(...)e eu ligava para a GNR todos os dias(...) A GNR nunca fez nada. Nunca fez nada*” (Anexo 6). Esta experiência negativa relativamente a casos de violência doméstica, onde é requerida com frequência a intervenção das autoridades, também foi notada por Li, Levick, Eichman e Chang (2015).

Ogle, Maier-Katkin e Bernard (1995), revendo uma miríade significativa de estudos, destacam que a grande maioria dos homicídios cometidos por mulheres ocorrem sem planeamento, dentro de casa, tendo como vítima uma figura próxima. Estes homicídios tenderão a acontecer no seio de relações de violência e abuso duradouras ou no período pré ou pós-parto. Os dados referidos são consistentes com os verificados no nosso estudo. A ausência de planeamento sistemático é algo que verificamos na totalidade das participantes deste estudo, sendo que, em três das quatro participantes o homicídio ocorreu dentro de casa, tendo como vítima uma figura próxima e no seio de uma relação de violência duradoura (P1 e P3) ou no período pós parto (P2). Dentro destes factores, foquemo-nos naquele que se verifica em todas as participantes do nosso estudo e que consiste num dos constituintes essenciais da nossa experiência: a ausência de planeamento sistemático.

Ao longo do nosso estudo, encontrámos outros elementos que, ainda que não sejam constituintes essenciais da experiência, se relacionam com a contextualização da experiência de homicídio na história de vida das participantes. Um desses elementos é a exposição a uma situação de violência prolongada no seio de uma relação íntima (presente em P1 e P3). Bourget e Gagné (2012) citam vários estudos onde se evidencia

que o homicídio de companheiro por parte da mulher surge frequentemente como uma reacção à agressão com o intuito de proteger a sua própria integridade física (como verificamos em P1), ou com o intuito de proteger os filhos menores (como verificamos na estrutura P3, ainda que estejamos perante um filho que já atingiu a maioridade). Os mesmos autores afirmam que a acção homicida tanto pode surgir como resposta a uma agressão actual e que está a decorrer (como no caso de P1) ou perante a iminência de uma agressão futura (como no caso de P3). Esta percepção de um risco de vida mais ou menos iminente está presente de forma inquestionável em ambas as estruturas, com a diferença fulcral de que em P1 ela não existia até ao momento das últimas agressões, e em P3 esta convicção de risco se foi-se construído ao longo de um extenso período. No mesmo sentido, Belknapp, Larson, Abrams, Garcia e Anderson-Block (2012) verificam uma elevada incidência de homicídios como forma de salvaguardar a própria integridade física perpetrados por mulheres em contextos relacionais pautados por violência. Os referidos autores classificam este tipo de homicídios como homicídios de companheiro em contexto de auto-defesa. Tal como se verifica em pelo menos um dos casos avaliados por estes autores, em que a acção homicida é precedida por uma tentativa de fuga, algo que também se verifica na participante 1 do nosso estudo.

Porter e Gavin (2010) verificam, numa revisão de literatura, que os neonaticídios tendem a ser cometidos num contexto em que a criança nasce em casa, estando a mulher sozinha, e não envolvem a utilização de qualquer arma, sendo comum a utilização do sufocamento. Todas estas características integram o contexto e execução do homicídio presente na estrutura B do nosso estudo. Verificamos na estrutura B a não existência do desejo de uma gravidez na fase em que esta ocorreu, algo que Mugavin (2008) integra como um factor de risco para o neonaticídio. Também na estrutura B, verifica-se que a participante, ainda que tenha conhecimento da gravidez, não a integra de forma consistente: *“Eu soube muito tarde que estava grávida... na altura (pausa)... Eu não sei, eu não devo ter processado bem a informação, fui deixando andar, fui deixando seguir, sempre com alguma aversão, embora tenha gostado de estar grávida”* (Anexo 4). Este fenómeno poderá estar relacionado com aquilo que Miller (2003) define como negação afectiva da gravidez. A autora descreve esta negação como uma experiência onde a mãe intelectualmente tem conhecimento e consciência da gravidez, mas sente poucas alterações emocionais relacionadas com a mesma e, por consequência, leva a cabo poucos actos de preparação para o nascimento, quer do ponto de vista da logística,

quer de um ponto de vista emocional. Esta negação da gravidez funcionará, por seu turno, como um factor de risco para o neonaticídio (Miller, 2003). A ocultação da gravidez, que também se verifica na participante da estrutura B, é outro factor de risco significativo para o neonaticídio (Putkonen, Amon, Weizmann-Henelius, Pankakoski, Eronen, Almiron & Klier, 2016). Já Mckee e Egan (2013) referenciam que apesar de haver por parte da mãe um esforço para ocultar a gravidez, tal não significa que o homicídio da criança seja ponderado durante a mesma, sendo tendencialmente um acto com uma caracterização mais impulsiva. Esta concepção vai de encontro ao referenciado pela participante da estrutura B, quando esclarece que não planeou, nem previu como desfecho da gravidez, a morte da sua filha.

O segundo momento, que cumpre apreciar, contém os processos de pensamento e de tomada de decisão associados à prática da acção homicida. No nosso estudo, verificámos como constituinte essencial a fragilidade da estrutura dos processos de pensamento que conduzem e determinam a acção homicida. Estes resultados revelam assim a inexistência de uma estruturação nos termos sugeridos por Johnson e Payne (1986) onde são contempladas as várias alternativas disponíveis, os vários resultados que se podem obter de cada uma delas e a probabilidade de ocorrência de cada um dos resultados. Verificamos nas participantes do nosso estudo a existência de um processo mais básico ao nível da estruturação dos processos de decisão que conduzem à execução da acção homicida. Nos casos em que é representado um risco para a sua integridade física ou vida as participantes demonstram processos de tomada de decisão ao nível da ponderação de custo/benefício, ou seja, a sua própria vida ou a vida da vítima, optando invariavelmente pela sua. Este processo de ponderação, ainda que integre o modelo da utilidade esperada (Johnson & Payne, 1986), fica aquém da sua complexidade e profundidade. Importa salientar que a ponderação racional de factores pode ser condicionada por uma série de variáveis como os enviesamentos cognitivos ou as alterações emocionais (Brookman, 2015), ou pela existência de um tempo limitado para a tomada de decisão (Johnson & Payne, 1986). Em todos os casos do nosso estudo existe nas participantes uma alteração emocional induzida pelo espoletador da acção homicida que, tal como explica Fontaine (2008), pode ter um impacto substancial na determinação da acção homicida. Recordamos neste âmbito a participante 4 quando afirma: *“não me passou nada pela cabeça, não me passou nada. Nada, não se me passou nada pela cabeça, só me lembrava o meu filho que já tinha morrido, que ainda*

hoje eu tenho... morreu de acidente... só era esse filho que me lembrava, que não queria ficar sem outro, era só isso que me vinha à lembrança”(Anexo 6) Ainda no caso de P4, destacamos as palavras da participante ao referir que “*E é isso que me punha lá a pensar, sei lá punha-me a pensar que podia ser de outra maneira... nem que tivéssemos saído de lá, nós que saíssemos da aldeia, vendia a minha casa na aldeia...*”(Anexo 6), verifica-se aqui que a ponderação de alternativas à acção homicida surge já após a execução do crime, algo que se demonstra em oposição ao proposto por Johnson e Payne (1986), que afirmam que a ponderação de alternativas é anterior à execução da acção e que interfere na tomada de decisão da mesma.

É também comum aos casos analisados, a existência de um tempo muito limitado para a tomada de decisão, que se relaciona com a inexistência de planeamento sistemático prévio. Os nossos resultados parecem assim reforçar a ideia de que o contexto quer exterior, quer interno do sujeito interfere de forma profunda ao nível da ponderação dos vários elementos, podendo inibi-la de forma significativa (Brookman, 2015). Esta interferência contextual poderá ser significativamente maior quando não exista um planeamento prévio sistemático da acção homicida, dado que tal como Brookman (2015) destaca, um número substancial de vezes o homicídio não é planeado nem intencionado pelo agressor, pretendendo este apenas infligir determinado nível de dano físico. Tal como destaca esta autora, nestes casos a aferição do processo de tomada de decisão deve ser feita em relação ao acto de atacar o outro e não ao acto de o matar. Como ilustrativo desta ideia, referimos o caso da experiência de P1, onde a acção homicida resultou de um acto defensivo sem intenção de matar. Não obstante, este processo de tomada de decisão determinante da acção de agressão bastou-se pela mera ponderação de risco, tendo a participante concluído que se não tomasse nenhuma acção reactiva iria ser assassinada.

Murdoch, Vess e Ward (2012) afirmam que mesmo nas acções homicidas onde não está presente um planeamento sistemático prévio, existe uma ponderação de custo e benefício levada a cabo pelo autor. Acompanhamos estes autores, mas não descurando duas ressalvas que resultam tanto dos nossos resultados, como do próprio modelo exposto pelos autores. A primeira delas prende-se com o momento dessa ponderação, esta não antecede necessariamente a acção, mas pode ir-se determinando no decorrer da mesma tal como referem os autores. Tendo esta premissa em linha de conta e somando-a ao exposto por Brookman (2015) sobre a determinação por vezes não contemplar (à

partida) o homicídio, mas sim outro tipo de violência, a que momento podemos determinar que existe uma efectiva decisão de encetar determinado resultado? Até que ponto as circunstâncias não determinam já que esse resultado deriva de um processo em curso, antes de ele ser pretendido pelo sujeito? Em segunda linha, os próprios autores referem que em casos de respostas afectivas extremas há uma falha na ponderação das consequências, algo que verificámos de igual modo nos nossos resultados. Ora se existe uma rudimentar ponderação dos riscos e benefícios, e essa não comporta sequer as consequências do acto, poderemos estar perante uma ponderação na verdadeira acepção? Consideramos que tal como estes autores expõem, os pressupostos racionais da decisão estão presentes, contudo acompanhamos a ideia de Brookman (2015) de que estes só podem ser aferidos usando como mediador o contexto e só podem ser compreendidos à luz do mesmo.

Recapitulando, quando não existe um planeamento sistemático prévio, os processos de pensamento associados ao acto e de tomada de decisão sobre o mesmo estarão mais permeáveis à interferência de factores internos como as alterações emocionais, ou externos, como a acção da vítima. Convém ressaltar que não raras vezes os factores internos resultam da interferência dos factores externos e vice-versa, como no caso de P3, onde a raiva intensa que a participante sente em relação à vítima, e que interfere no seu processo de tomada de decisão, resulta do longo historial de violência existente na relação entre ambos. Já no caso da estrutura B, a ocultação da gravidez, que é um factor interno, leva a que no momento do parto, a participante estivesse em casa totalmente sozinha e sem ninguém que a pudesse ajudar, o que consiste num factor externo com interferência na acção homicida.

Por fim, o terceiro momento que integra a experiência homicida situa-se no pós-homicídio. Ou seja, o impacto que este gera no seu perpetrador e de que forma o mesmo se relaciona com o próprio processo que origina a acção homicida. O impacto de um homicídio será mais significativo e potencialmente traumático para o seu perpetrador quando a acção homicida esteja contra aquilo que são as suas crenças quanto ao homicídio em si e quanto a si próprio. Assim, se a prática de um homicídio é um acto que o perpetrador representa e valora negativamente de forma grave, sendo algo que ele não considera integrado nos seus valores e princípios, este terá um impacto mais profundo, sendo gerador de uma maior culpabilidade e arrependimento (Pollock, 1999). Por consequência, os homicídios não planeados e os homicídios não intencionais

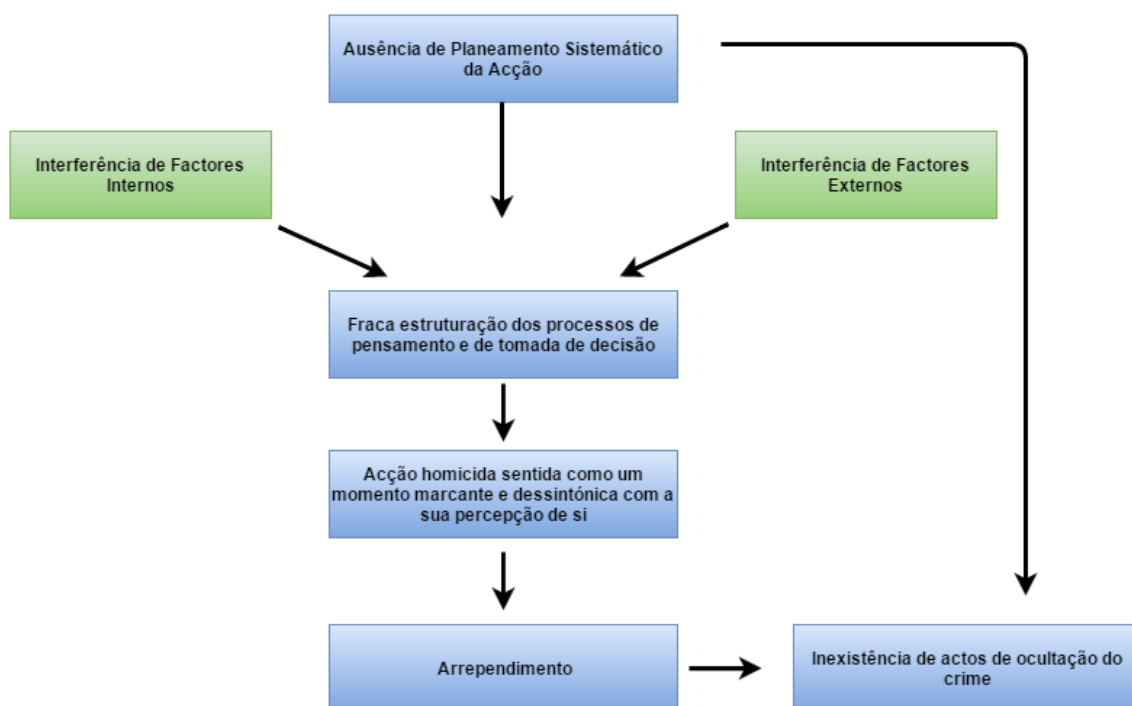
tenderão a ser aqueles com um impacto emocional de valência negativa mais significativo no perpetrador (Pollock, 1999). Os resultados obtidos no nosso estudo relacionam-se fortemente com o exposto por Pollock (1999), na medida em que a abordagem deste autor fundamenta a relação entre três dos constituintes essenciais por nós identificados. Assim, o não planeamento sistemático da acção homicida, que identificámos como constituinte essencial, vai-se relacionar com a percepção do homicídio como um acto não sintónico com a sua percepção de si, outro constituinte essencial por nós identificado. Por seu turno esta percepção vai levar, tal como exposto por Pollock (1999), a um maior arrependimento não só pela acção em si, mas também pela oposição desta aos valores que a perpetradora do homicídio percepção como seus (Rassool & Nel, 2012). É neste contexto que surge a necessidade de encontrar um significado para a acção homicida referidas por Lowinger e Solomon (2004), com o intuito de tentar integrar o acto na percepção que o sujeito tem de si. Como ilustrativo desta procura, citamos a participante da Estrutura B do nosso estudo: *“Eu só queria compreender às vezes mais até do que aquilo que eu fiz, queria compreender em que é que eu estava a pensar no momento. Porque... (pausa)... era só isso que eu queria compreender porque... (..) Provavelmente tinha que haver algo muito... (pausa)... alguma coisa que viesse justificar o que eu fiz, e se calhar nunca vou encontrar”* (Anexo 4).

No tocante a outro constituinte essencial por nós identificado, o arrependimento, relevamos que, tal como destaca Warr (2016), o arrependimento relaciona-se com a capacidade do sujeito realizar um pensamento contrafactual sobre a sua acção. Assim, quando o processo de pensamento e tomada de decisão não reúne condições para que sejam levadas em conta as alternativas à acção, isso levará a que essa ponderação seja feita apenas *a posteriori*, o que por consequência irá contribuir para o arrependimento do sujeito. Este autor refere, também, que o arrependimento se demonstra mais amplo que as emoções a ele associadas, como a culpa ou a vergonha, pois estas contêm-se dentro da concepção de arrependimento. Warr (2016) refere ainda que para que exista arrependimento, o sujeito tem de reconhecer que determinado facto aconteceu por consequência da sua acção e, como tal, o sujeito tem de assumir o peso quer da acção, quer do resultado, o que levará à assunção da responsabilidade moral pelo seu acto. Deste modo, relacionam-se dois dos nossos constituintes essenciais, na medida em que

o arrependimento que as participantes sentem pela acção homicida leva a uma assunção da responsabilidade pelo facto, motivo que contribui para a não ocultação do crime.

Concluimos assim que uma acção homicida não baseada num planeamento sistemático prévio levará a uma fraca estruturação dos processos de pensamento e decisão que, por consequência da sua fragilidade, será susceptível à interferência dos factores contextuais externos e dos factores internos emergentes no sujeito, o que poderá levar a uma ponderação menos eficaz do acto, promovendo uma maior impulsividade do mesmo. Este fenómeno levará a um homicídio que é percebido pelo perpetrador como um acto marcante na sua história de vida e dessintónico com a sua percepção de si. Por consequência, desta acção resultará o arrependimento que propiciará a não existência de actos de ocultação do crime, que à partida já estariam condicionados na sua execução pela ausência de planeamento prévio.

Assim, e perante o exposto, podemos apresentar um esquema da definição da acção homicida capaz de caracterizar os resultados por nós obtidos, bem como a sua integração com a literatura existente.

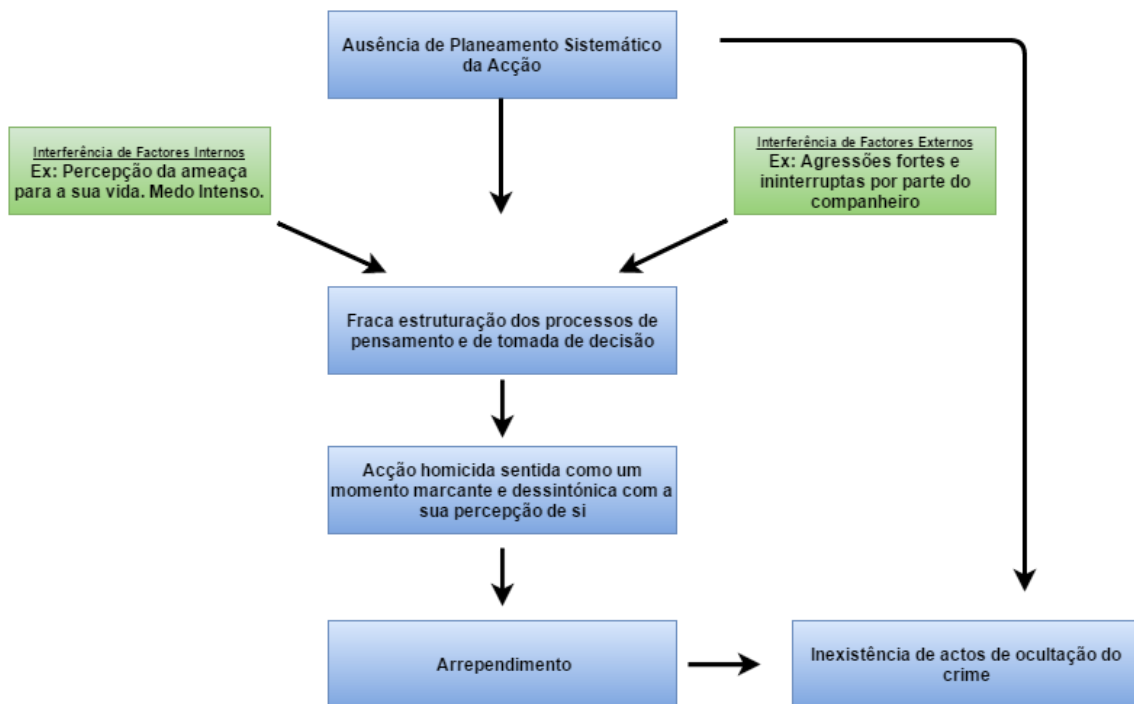


Esquema 1

Apresentam-se infra esquemas individualizados para cada uma das estruturas, levando em linha de conta as especificidades dos factores internos e externos que interferiram na

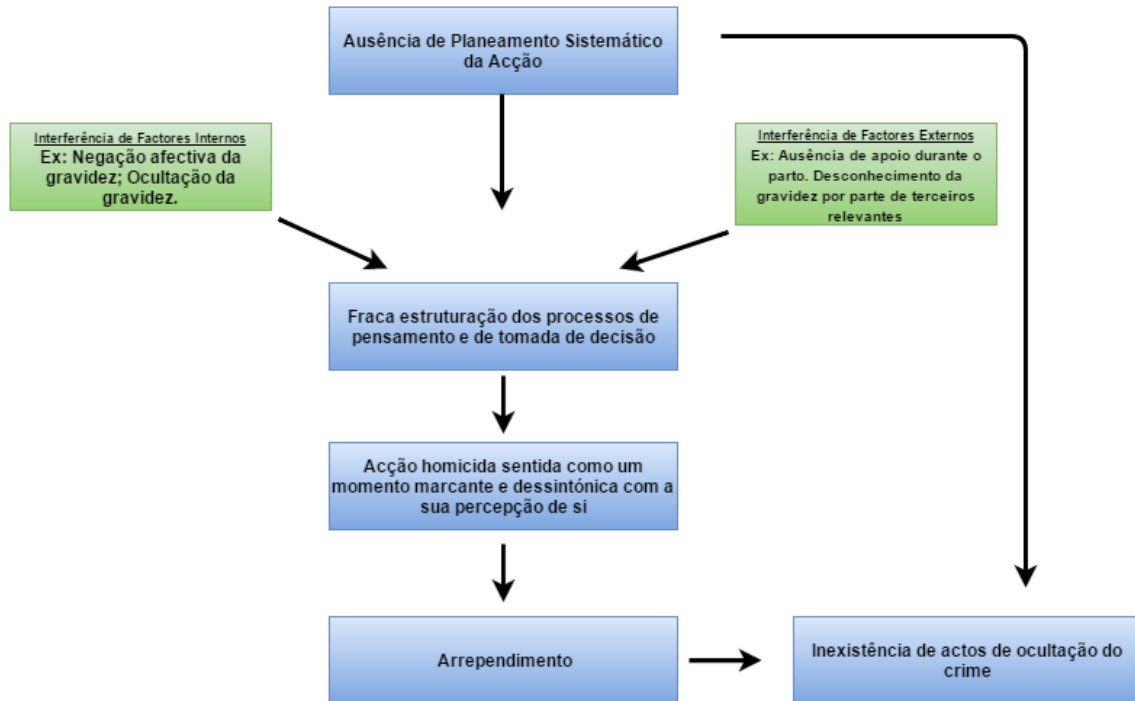
acção de cada uma das participantes. Ressalvamos que os factores referidos são-no apenas a título exemplificativo, existindo outros que se poderiam destacar.

Participante 1



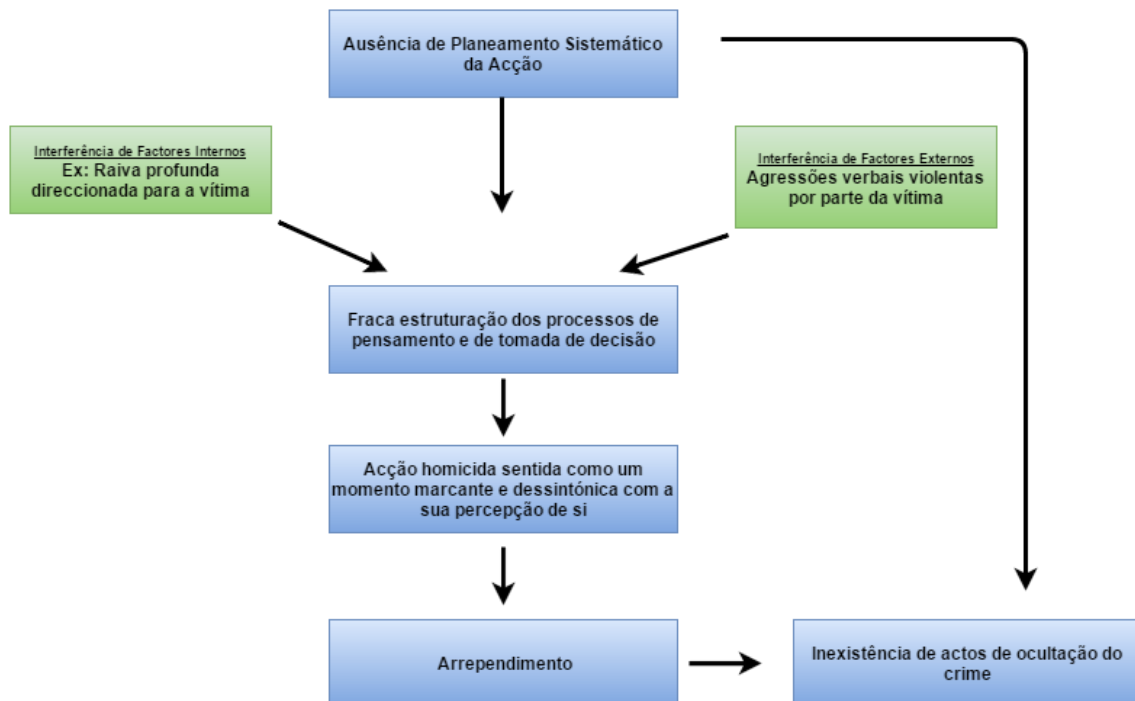
Esquema 2

Participante 2



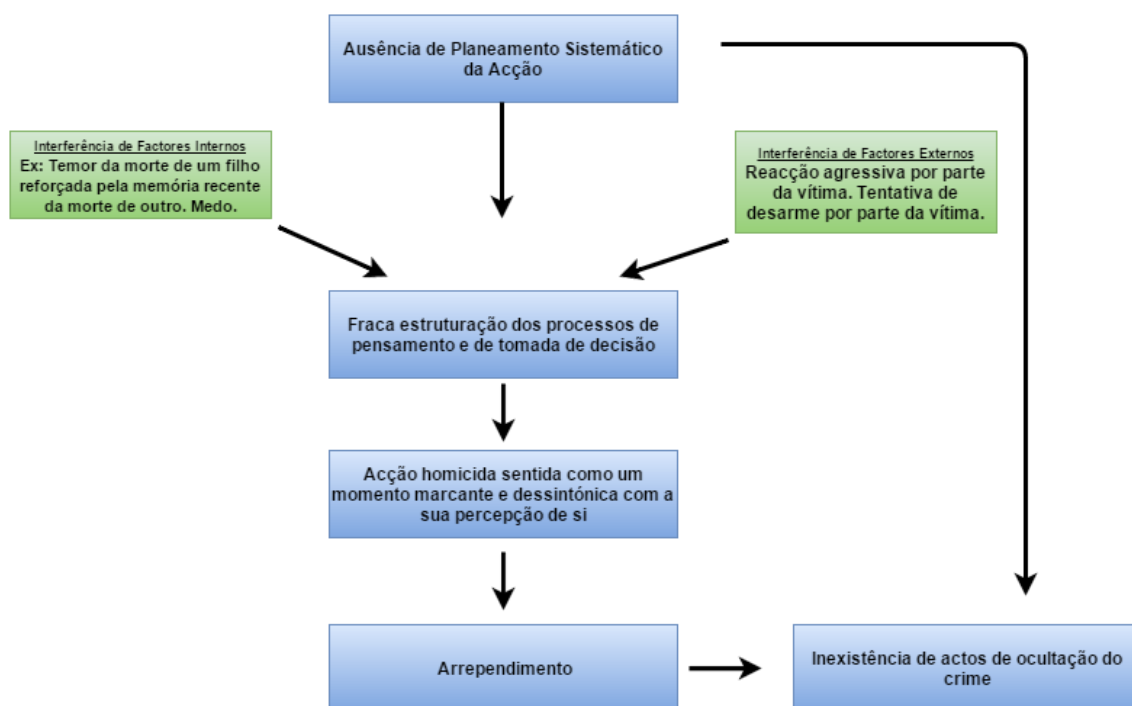
Esquema 3

Participante 3



Esquema 4

Participante 4



Esquema 5

Implicações do Estudo

Este trabalho de investigação e os resultados nele obtidos poderão ter relevância em sede do direito penal, tendo em vista uma compreensão mais precisa dos elementos volitivos do sujeito e do momento em que estes se determinam.

Atentemos em primeira linha à letra do código penal que no seu artigo 13º estatui: “*Só é punível o facto praticado com dolo ou, nos casos especialmente previstos na lei, com negligência*”, ressaltando a necessidade do dolo como elemento constituinte da culpa na determinação do acto criminoso. Dias (2007) refere que para a existência de dolo tem de estar presente o elemento volitivo do mesmo ou seja “*uma vontade dirigida à sua realização*” (pp.366). Como esclarece o mesmo autor, este momento volitivo poderá assumir diferentes matizes, o que permite que existam diferentes classes de dolo. No artigo 14º do Código Penal, está expressa a conceptualização dos vários tipos de dolo:

“1 - Age com dolo quem, representando um facto que preenche um tipo de crime, actuar com intenção de o realizar.

2 - Age ainda com dolo quem representar a realização de um facto que preenche um tipo de crime como consequência necessária da sua conduta.

3 - Quando a realização de um facto que preenche um tipo de crime for representada como consequência possível da conduta, há dolo se o agente actuar conformando-se com aquela realização.”

O número 1 do artigo 14ª refere-se ao dolo directo, que Dias (2007) define como presente nos casos “*em que a realização do tipo objectivo de ilícito surge como verdadeiro fim da conduta*” (pp.367). No nº2 do artigo 14º, estatui-se o dolo necessário que Dias (2007) consubstancia nos casos em que “*a realização do facto surge não como pressuposto ou degrau intermédio para alcançar a finalidade da conduta, mas como sua consequência necessária*” (pp.367). Por fim, no nº3 do artigo 14º surge a estatuição do dolo eventual que se caracteriza “*pela circunstância do tipo objectivo de ilícito ser representada pelo agente apenas como consequência possível da conduta*”, e ainda assim lhe dê realização. Existirá nestes casos uma conformação com o possível resultado da conduta, que permitirá (pela teoria da conformação) a distinção entre dolo eventual e a negligência consciente, onde o agente não aceita estar “*intimamente disposto a arcar com o seu desvalor* (da sua conduta). Assim no dolo eventual, “o

agente toma a sério o risco de (possível) lesão do bem jurídico, que entre com ele em contas e que, não obstante, se decida pela realização do facto.” (pp.372).

No âmbito do nosso estudo, o que mais importa reter dos conceitos que aqui explanámos, prende-se com aquele que é considerado o momento de definição da vontade. Notando na exposição feita infra, verificamos que a consideração do elemento volitivo se baseia sempre na suposição de um juízo de prognose. Ora, o que verificámos é que nos casos em que não existe um planeamento sistemático prévio da acção homicida, o juízo de prognose poderá estar muito condicionado e limitado. Assim, verificamos que a determinação da acção homicida, quando não lhe preexiste um planeamento sistemático, não se completa necessariamente antes do início da sua execução, mas durante a mesma tal como salientam Murdoch, Vess e Ward (2012). Assim, a determinação do momento volitivo, centrada de forma exclusiva na existência de um juízo de prognose, poderá não ser eficaz quando esse juízo de prognose seja de tal forma limitado que se possa questionar a sua existência ao nível da integração num verdadeiro livre-arbítrio. Será necessário levar em linha de conta os factores que acompanham os processos de tomada de decisão, e a sua interferência na construção da mesma, para que se possa fazer de forma mais precisa a determinação do momento onde o sujeito define ou o *“fim da conduta”*, ou a *“finalidade da conduta”* e as *“consequências necessárias”* para a atingir, ou *“se decide pela realização do facto”* tomado como sério *“o risco de (possível) lesão do bem jurídico”*. Esta diferenciação não representa uma mera distinção formal, mas poderá ser determinante ao nível da integração do facto em determinada classe de dolo, o que por seu turno poderá ter consequências até ao nível da punibilidade do facto, dado que por exemplo são vários os tipos de crime onde o código penal não admite o dolo eventual como *“manifestação punível do tipo de ilícito”* (Dias, 2007. pp.377).

Ao nível da prevenção da criminalidade, importa destacar o seguinte: É fáctica a substantiva imprevisibilidade de um crime sem planeamento sistemático prévio, dado que o mesmo surge de forma abrupta e tende a cingir-se a um curto espaço de tempo, contudo, se analisarmos os casos avaliados neste estudo, verificamos que em três dos casos estavam presentes variadíssimos factores de risco para o tipo de crime que veio a ocorrer, factores esse que estão por demais identificados na literatura. A título ilustrativo recordamos os factores de risco associados ao crime de homicídio como

a exposição a violência relacional prolongada (Mamo, Bianco, Dalmaso, Giroto, Mondo & Penasso, 2015) que está presente nas participantes 1 e 3 do nosso estudo ou consumo de substâncias (Peltzer & Pengpid, 2013) presente nas mesmas estruturas. A intervenção junto dos factores de risco aquando da detecção dos mesmos (recordamos que tanto em P1 como em P3 já haviam sido feitas denúncias prévias junto das autoridades) deve constituir uma prioridade da intervenção junto dos factores criminógenos. Quer estes se situem no meio habitacional do sujeito, na família, no meio profissional, a detecção dos factores de risco que emergem no seio de cada contexto do sujeito deve ser o foco de resolução, pois é essa vantagem da previsibilidade do risco que pode contribuir para o sucesso preventivo de um acto criminal.

Limitações do Estudo e propostas de investigação futura

No âmbito de uma investigação qualitativa não poderemos deixar de abordar a questão da generalização dos resultados obtidos. Não acompanhamos a ideia vaticinada por alguns autores, como refere Tracy (2013), de que não cabe no pressuposto e interesse da investigação qualitativa que se proceda à generalização das suas observações. Afastamo-nos desta perspectiva porque, tal como Giorgi (2006) refere, este tipo de investigação fará uso de uma descrição aprofundada e rica, e através dela com o recurso à análise eidética seremos capazes de aceder à essência da experiência. Ora, a essência “*é precisamente um tipo de generalização*” (Giorgi, 2006, pp.357). Para obter esta generalização será assim necessário que se tenha conseguido distinguir de forma bastante aqueles que são os factores que pertencem ao fenómeno dos elementos que integram apenas a experiência individual e subjectiva do participante. Essa foi a empresa a que nos propusemos e que esperamos ter atingido.

Ressalvamos no âmbito das limitações do estudo, duas realidades que poderão, por vezes, intervir na recolha dos dados. A primeira delas prende-se com a possível existência de condicionamentos no discurso das participantes, essencialmente induzidos pelo contexto prisional. Ainda que tenhamos tomado esforços, no sentido de que a nossa introdução a cada uma das participantes não fosse mediada formalmente e por elementos conotados com aquilo que as reclusas poderão representar como a autoridade prisional, nem sempre a logística permite a inexistência de tal mediação. Assim, as participantes por vezes poderão ter representado o investigador como um integrante do

serviço prisional (ainda que nunca o tenham verbalizado) e condicionado o seu discurso, temendo que algo que dissessem pudesse ser prejudicial para a sua posição no estabelecimento prisional ou judicial. Este risco foi combatido através de uma exposição exaustiva do carácter voluntário do estudo, bem como da posição de independência do investigador, esperando-se dessa forma ter mitigado os riscos expostos.

A segunda limitação prende-se com o facto de este estudo se focar em memórias de acontecimentos marcantes e, em certos casos, extremamente dolorosos de recordar. Isto poderá ter levado a que as participantes, em certo ponto, evitassem aprofundar determinadas linhas de pensamento, numa tentativa de evitamento do sofrimento por elas provocado. Tentou-se sempre durante a recolha de dados, quando se verificava que determinado assunto se afigurava como muito doloroso de referir, conduzir a entrevista de forma a abandonar o assunto temporariamente, regressando a ele mais tarde, tentando mitigar o efeito deste possível evitamento.

No tocante às sugestões para investigações futuras, parece-nos da maior relevância aprofundar o estudo dos processos de tomada de decisão no contexto do homicídio, de forma a melhor compreender qual o momento de determinação da vontade ou se por vezes este chega realmente a existir.

Parece-nos também interessante, dada a tão notória interferência de vários elementos contextuais, compreender quais são aqueles que o autor do homicídio mais releva e qual o critério subjacente a essa ponderação.

Conclusões

Agora que desfiamos as últimas linhas deste trabalho, damos por nós a recordar as palavras de J.R.R Tolkien (século XIX) quando nota que nem todos aqueles que vagueiam, o fazem por estar perdidos. Ora bem sabemos que vaguear é uma forma de exploração, que pode levar a momentos de desorientação, caminhando pelo aparente desconhecido, procurando em cada autor, teoria ou método, uma bússola essencial. Como em qualquer viagem, só quando chegamos perto do fim é que compreendemos a magnitude de tudo o que conhecemos antes. Também neste trabalho, tardou até que tudo nos começasse a surgir de forma tão clarividente que demos por nós tentados a recordar o Jaques de Diderot, e a sua convicção de que tudo teria de acontecer exactamente como aconteceu.

Iniciámos o nosso foco sobre o homicídio, no seu contexto, levando em linha de conta os factores do meio e do sujeito que nele interferem. Fomos percebendo de forma mais aprofundada, algumas especificidades tendencialmente mais presentes nos actos homicidas femininos. Por fim, direccionámos a nossa atenção para os processos cognitivos associados à acção homicida, bem como para os processos de tomada de decisão que a determinam. Posteriormente, fizemos uso da riqueza descritiva da metodologia fenomenológica, para tentar aprofundar e clarificar o mais possível quais os processos determinantes da experiência, quais as decisões, quais os pensamentos e emoções, qual a envolvência e quais as interacções, e por fim, de que forma todos estes elementos se conjugam na determinação da acção. Tal como afirmam Johnson e Payne (1986), não existe a pessoa criminosa, mas qualquer pessoa poderá ser criminosa em determinado contexto.

Parece-nos essencial a compreensão do crime como fenómeno complexo que é e como resultado de diversas interacções, como tal parece-nos tão importante compreender a pessoa, como compreender o contexto, assegurando que nunca se permite que um acabe por se subsumir ao outro. Cremos que só promovendo esta percepção global da criminalidade, seremos capazes de interferir junto da mesma, nos mais variados sectores, de forma crescentemente eficaz. Foi sempre por essa perspectiva que pretendemos abordar a temática do homicídio, deixando de fora preconceções e crenças, e focando-nos no fenómeno como tal. Não usaremos a exaustivamente revisitada imagem da gota no oceano, para simbolizar o nosso trabalho, desejamos

outrossim que este seja de algum modo mais uma pequena pedra na enorme torre que é o conhecimento humano, e em particular no conhecimento do humano.

Assim esperamos que tal como aconteceu connosco, quem se vier a debruçar sobre este trabalho, possa afirmar ao terminar a sua leitura, que algo em si mudou e que não está exactamente igual a quando começou, pois isso é o que acontece, aliás, em qualquer viagem.

Referências

- Agulhas, R. & Anciães, A (2014) *Casos Práticos em Psicologia Forense*. Lisboa: Sílabo.
- Almeida, F. (2012). Mães Filicidas: Contextualização e Fundamentação. In F. Almeida & M. Paulino (Eds.), *Profiling, Vitimologia & Ciências Forenses* (pp. 315–343). Lisboa: Pactor.
- Bandura, A. (1977) *Social Learning Theory*. New Jersey: Prentice-Hall, Inc.
- Banister, P. (2008). Forensic Psychology. In C. Wiliig & W. Stainton-Rogers (Eds.), *The SAGE Handbook of Qualitative Research in Psychology* (pp. 505–523). London: Sage.
- Barone, L., Bramante, A., Lionetti, F., & Pastore, M. (2014). Mothers who murdered their child: An attachment-based study on filicide. *Child abuse & neglect*, 38(9), 1468-1477.
- Beasley, J. O. (2004). Serial murder in America: case studies of seven offenders. *Behavioral sciences & the law*, 22(3), 395-414.
- Bechara, A. (2000). Characterization of the decision-making deficit of patients with ventromedial prefrontal cortex lesions. *Brain*, 123(11), 2189–2202.
- Belknap, J., Larson, D. L., Abrams, M. L., Garcia, C., & Anderson-Block, K. (2012). Types of Intimate Partner Homicides Committed by Women Self-Defense, Proxy/Retaliation, and Sexual Proprietariness. *Homicide studies*, 16(4), 359-379.
- Benítez-Borrego, S., Guàrdia-Olmos, J., & Aliaga-Moore, Á. (2013). Child homicide by parents in Chile: A gender-based study and analysis of post-filicide attempted suicide. *International Journal of Law and Psychiatry*, 36(1), 55-64.
- Blair, R. J. R. (2004). The roles of orbital frontal cortex in the modulation of antisocial behavior. *Brain and cognition*, 55(1), 198-208.
- Boden, J. M., Fergusson, D. M., & Horwood, L. J. (2013). Alcohol misuse and criminal offending: Findings from a 30-year longitudinal study. *Drug and alcohol dependence*, 128(1), 30-36.

- Direcção Geral da Política de Justiça (2014). *Pessoas condenadas por homicídio conjugal em processos crime na fase de julgamento findos nos tribunais de 1ª instância (2007-2013)*. Lisboa: Boletim de Informação Estatística (29).
- Bourget, D., & Gagné, P. (2012). Women who kill their mates. *Behavioral sciences & the law*, 30(5), 598-614.
- Brennan, P. A., Mednick, S. A., & Hodgins, S. (2000). Major mental disorders and criminal violence in a Danish birth cohort. *Archives of General psychiatry*, 57(5), 494-500.
- Brookman, F. (2015). Killer decisions: The role of cognition, affect and “expertise” in homicide. *Aggression and Violent Behavior*, 20, 42-52.
- Brookman, F., & Robinson, A. (2012). In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (5th ed., pp. 563-594). Oxford: Oxford University Press.
- Caman, S., Howner, K., Kristiansson, M., & Sturup, J. (2016). Differentiating Male and Female Intimate Partner Homicide Perpetrators: A Study of Social, Criminological and Clinical Factors. *International Journal of Forensic Mental Health*, 15(1), 26-34.
- Clark, C. J., Chen, E. E., & Ditto, P. H. (2015). Moral coherence processes: Constructing culpability and consequences. *Current Opinion in Psychology*, 6, 123-128.
- Cleckley, H. (1988). *The mask of sanity* (5th ed.). St. Louis, MO: Mosby.
- Coid, J., & Yang, M. (2011). The impact of psychopathy on violence among the household population of Great Britain. *Social psychiatry and psychiatric epidemiology*, 46(6), 473-480.
- Costa Jr, P. T., & McCrae, R. R. (1990). Personality disorders and the five-factor model of personality. *Journal of personality disorders*, 4(4), 362-371.
- Crichton, J. (1999). Mental disorder and crime: Coincidence, correlation and cause. *Journal Of Forensic Psychiatry*, 10(3), 659-677.

- Crighton, D. (2015) Assessment. In D. Crighton. & G. Towl (Eds) *Forensic Psychology* (pp. 81-94). Chichester: Willey & Sons.
- Davidsen, A. S. (2013). Phenomenological Approaches in Psychology and Health Sciences. *Qualitative Research in Psychology*, 10(3), 318–339.
- De Vogel, V., Stam, J., Bouman, Y. H., Ter Horst, P., & Lancel, M. (2015). Violent women: a multicentre study into gender differences in forensic psychiatric patients. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 1-24.
- Devries, K. M., Child, J. C., Bacchus, L. J., Mak, J., Falder, G., Graham, K. Watts, C. & Heise, L. (2014). Intimate partner violence victimization and alcohol consumption in women: a systematic review and meta-analysis. *Addiction*, 109(3), 379-391.
- Dias, J.F. (2007). *Direito Penal-Questões Fundamentais. A Doutrina Geral do Crime* (2^a ed). Coimbra: Coimbra Editora
- Drescher, K. D., Foy, D. W., Kelly, C., Leshner, A., Schutz, K., & Litz, B. (2011). An exploration of the viability and usefulness of the construct of moral injury in war veterans. *Traumatology*, 17(1), 8-13
- Eke, S. M., Basoglu, S., Bakar, B., & Oral, G. (2015). Maternal Filicide in Turkey. *Journal of Forensic Sciences*, 60(s1), S143–S151.
- Eriksson, L., Mazerolle, P., Wortley, R., & Johnson, H. (2016). Maternal and Paternal Filicide: Case Studies from the Australian Homicide Project. *Child Abuse Review*, 25(1), 17–30.
- Eysenck, H. & Gudjonsson, G. (1989) *The Causes and Cures of Criminality*. New York: Springer Science+Business Media.
- Farrell, A. L., Keppel, R. D., & Titterton, V. B. (2013). Testing existing classifications of serial murder considering gender: An exploratory analysis of solo female serial murderers. *Journal of Investigative Psychology and Offender Profiling*, 10(3), 268-288.
- Farrington, D. . (2015). The developmental evidence base: psychosocial research. In D. Crighton & G. Towl (Eds.), *Forensic Psychology* (pp. 161–181). Oxford: Wiley.

- Farrington, D. P., Loeber, R., & Ttofi, M. M. (2012). Risk and protective factors for offending. *The Oxford handbook of crime prevention*, 46-69.
- Farrington, D.P (2015) *The developmental evidence base: psychosocial research*. In Crighton & Towl (2ed), *Forensic Psychology* (pp. 161-181). Oxford: Willey
- Ferranti, J., McDermott, B. E., & Scott, C. L. (2013). Characteristics of female homicide offenders found not guilty by reason of insanity. *Journal of the American Academy of Psychiatry and the Law Online*, 41(4), 516-522.
- Ficher, C. (2006). Introduction. In C. Ficher (Ed.), *Qualitative Research Methods for Psychologists Introduction through Empirical Studies*. San Diego: Elsevier.
- Finlay, L. (2009). Debating Phenomenological Research Methods. *Phenomenology & Practice*, 3(1), 6–25.
- Fontaine, R. G. (2008). Reactive cognition, reactive emotion: Toward a more psychologically-informed understanding of reactive homicide. *Psychology, Public Policy, and Law*, 14(4), 243–261.
- Frei, A., Völlm, B., Graf, M., & Dittmann, V. (2006). Female serial killing: review and case report. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 16(3), 167–176.
- Fuller, K. (2012). *Personality and Crime: An Examination of the Influence of the Five Factor Model on Offending and Co-Offending*. University of Pennsylvania.
- Gavin, H. (2014) *Criminological and Forensic Psychology*. Londres: Sage Publications.
- Giorgi, A. (2006). Difficulties encountered in the application of the phenomenological method in the social sciences. *Analise Psicológica*, 3(XXIV), 353–361.
- Giorgi, A., & Sousa, D. (2010). *Método Fenomenológico de Investigação em Psicologia*. Lisboa: Fim de Século.
- Gitter, S. A., Ewell, P. J., Guadagno, R. E., Stillman, T. F., & Baumeister, R. F. (2013). Virtually justifiable homicide: The effects of prosocial contexts on the link between violent video games, aggression, and prosocial and hostile cognition. *Aggressive behavior*, 39(5), 346-354.

- Gleichgerrcht, E., Torralva, T., Roca, M., Pose, M., & Manes, F. (2011). The role of social cognition in moral judgment in frontotemporal dementia. *Social neuroscience*, 6(2), 113-122.
- Hare, R. D. (1999). Psychopathy as a risk factor for violence. *Psychiatric Quarterly*, 70(3), 181-197.
- Hartz, S. M., Pato, C. N., Medeiros, H., Cavazos-Rehg, P., Sobell, J. L., Knowles, J. A & Pato, M. T. (2014). Comorbidity of severe psychotic disorders with measures of substance use. *JAMA psychiatry*, 71(3), 248-254.
- Heidesohn, F., & Silvestri, M. (2012). Gender and Crime. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (5th ed., pp. 336–369). Oxford: Oxford University Press.
- Helfgott, J. B. (2015). Criminal behavior and the copycat effect: Literature review and theoretical framework for empirical investigation. *Aggression and violent behavior*, 22, 46-64.
- Hellen, F., Lange-Asschenfeldt, C., Ritz-Timme, S., Verhülsdonk, S., & Hartung, B. (2015). How could she? Psychosocial analysis of ten homicide cases committed by women. *Journal of forensic and legal medicine*, 36, 25-31.
- Howard, R. & Duggan, C. (2015) *Personality Disorders: Their Relation to Offending*. In D. Crighton & G. Towl (Eds.), *Forensic Psychology* (pp. 281–290). Oxford: Wiley.
- Howard, R. C., Khalifa, N., & Duggan, C. (2014). Antisocial personality disorder comorbid with borderline pathology and psychopathy is associated with severe violence in a forensic sample. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 25(6), 658-672.
- Howitt, D. (2009) *Introduction to forensic and criminal psychology* (3^a ed). Harlow: Pearson Education Limited.
- Jaffe, P. G., Campbell, M., Olszowy, L., & Hamilton, L. H. A. (2014). Paternal filicide in the context of domestic violence: Challenges in risk assessment and risk

- management for community and justice professionals. *Child abuse review*, 23(2), 142-153.
- Jensen, P. R., & Simpson, D. (2014). A Qualitative Analysis of the Experience and Impact of Killing in Hand-to-Hand Combat. *Journal of traumatic stress*, 27(4), 468-473.
- Johnson, E., & Payne, J. (1986). The Decision to Commit a Crime: An Information-Processing Analysis. In D. Cornish & R. Clarke (Eds.), *The Reasoning Criminal. Rational Choice Perspectives on Offending* (pp. 170–185). New York: Springer-Verlag.
- Johnson, H., & Hotton, T. (2003). Losing control homicide risk in estranged and intact intimate relationships. *Homicide Studies*, 7(1), 58-84.
- Jones, S. E., Miller, J. D., & Lynam, D. R. (2011). Personality, antisocial behavior, and aggression: A meta-analytic review. *Journal of Criminal Justice*, 39(4), 329-337.
- Kinderman, P. (2015) *Beyond “Disorder”*: A Psychological model of mental health and well-being. In D. Crighton & G. Towl (Eds.), *Forensic Psychology* (pp. 291–299). Oxford: Wiley.
- Konvalina-Simas, T. (2014) *Profiling Criminal*. Lisboa: Letras e Conceitos.
- Kosson, D. S., Lorenz, A. R., & Newman, J. P. (2006). Effects of comorbid psychopathy on criminal offending and emotion processing in male offenders with antisocial personality disorder. *Journal of Abnormal Psychology*, 115(4), 798.
- Kugler, K. & Jones, W.H. (1992). On conceptualizing and assessing guilt. *Journal of Personality and Social Psychology*, 62, 318-327.
- Li, S., Levick, A., Eichman, A., & Chang, J. C. (2015). Women’s perspectives on the context of violence and role of police in their intimate partner violence arrest experiences. *Journal of Interpersonal Violence*, 30(3), 400–419.
- Linz, S. J., & Sturm, B. A. (2013). The phenomenon of social isolation in the severely mentally ill. *Perspectives in psychiatric care*, 49(4), 243-254.

- Lowinger, T. & Solomon, Z. (2004). PTSD, Guilt, and Shame among Reckless Drivers. *Journal Of Loss & Trauma*, 9(4), 327-344.
- Mackey, S., Chaarani, B., Kan, K. J., Spechler, P., Orr, C., Banaschewski, T. & Cattrell, A. (2016). Brain regions related to impulsivity mediate the effects of early adversity on antisocial behavior. *Biological Psychiatry*.
- Maguen, S., Litz, B. (2012). Moral Injury in Veterans of War. *PTSD Research Quarterly*, 23(1), 1–6.
- Maguen, S., Lucenko, B. A., Reger, M. A., Gahm, G. A., Litz, B. T., Seal, K. H., Marmar, C. R. (2010). The impact of report direct and indirect killing on mental health symptoms in Iraq war Veterans. *Journal of Traumatic Stress*, 23(2), 86–90.
- Maguen, S., Vogt, D. S., King, L. A., King, D. W., Litz, B. T., Knight, S. J., & Marmar, C. R. (2011). The impact of killing on mental health symptoms in Gulf War veterans. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, And Policy*, 3(1), 21-26
- Mamo, C., Bianco, S., Dalmasso, M., Girotto, M., Mondo, L., & Penasso, M. (2015). Are Emergency Department Admissions in the Past Two Years Predictors of Femicide? Results from a Case–control Study in Italy. *Journal of Family Violence*, 30(7), 853-858.
- Marsh, I., Melville, G., Morgan, K., Norris, G., Walkington, Z. (2006) *Theories of Crime*. New York: Routledge.
- Matejkowski, J., Draine, J., Solomon, P., & Salzer, M. S. (2011). Mental Illness, Criminal Risk Factors and Parole Release Decisions. *Behavioral Sciences & The Law*, 29(4), 528-553.
- McFarlane, J. M., Campbell, J. C., Wilt, S., Sachs, C. J., Ulrich, Y., & Xu, X. (1999). Stalking and intimate partner femicide. *Homicide Studies*, 3(4), 300-316.
- McKee, A., & Egan, V. (2013). A case series of twenty one maternal filicides in the UK. *Child Abuse and Neglect*, 37(10), 753–761.

- Merton, R. (1938). Social structure and anomie. *American Sociological Review*, 3, 672-682
- Miller, B., Darby, A., Benson, D. F., Cummings, J. L., & Miller, M. H. (1997). Aggressive, socially disruptive and antisocial behaviour associated with frontotemporal dementia. *The British Journal of Psychiatry*, 170(2), 150-154
- Miller, L. J. (2003). Denial of Pregnancy. In M. G. Spinelli, *Infanticide: Psychosocial and Legal Perspectives on Mothers Who Kill* (pp. 81–104). Washington DC: American Psychiatric Publishing.
- Moreira, D., Almeida, F., Pinto, M., & Fávero, M. (2014). *Psychopathy: A comprehensive review of its assessment and intervention. Aggression and violent Behavior*, 19(3), 191-195.
- Moulin, V., & Villerbu, L. (2012). Examen médico-psychologique des auteurs. In J. Senon, G. Lopez, & R. Cario (Eds.), *Psychocriminologie, Clinique, prise en charge, expertise*, (2nd ed., pp. 199–208). Paris: Dunod.
- Mugavin, M. (2008). Maternal filicide theoretical framework. *Journal of Forensic Nursing*, 4(2), 68–79.
- Murdoch, S., Vess, J., & Ward, T. (2010). Descriptive model of the offence process of women violent offenders: Distal background variables. *Psychiatry, Psychology and Law*, 17(3), 368-384.
- Murdoch, S., Vess, J., & Ward, T. (2012). A descriptive model of female violent offenders. *Psychiatry, Psychology and Law*, 19(3), 412-426.
- Nakano, S., Asada, T., Yamashita, F., Kitamura, N., Matsuda, H., Hirai, S., & Yamada, T. (2006). Relationship between antisocial behavior and regional cerebral blood flow in frontotemporal dementia. *Neuroimage*, 32(1), 301-306.
- Nentjes, L., Bernstein, D., Arntz, A., van Breukelen, G., & Slaats, M. (2015). Examining the influence of psychopathy, hostility biases, and automatic processing on criminal offenders' Theory of Mind. *International journal of law and psychiatry*, 38, 92-99.

- Ogilvie, C. A., Newman, E., Todd, L., & Peck, D. (2014). Attachment & violent offending: A meta-analysis. *Aggression and violent behavior*, 19(4), 322-339.
- Ogle, R., Maier-Katkin, D., & Bernard, T. J. (1995). A Theory of Homicidal Behavior among Women. *Criminology*, 33(2), 173–191
- Orth, U., Robins, R. W., & Soto, C. J. (2010). Tracking the trajectory of shame, guilt, and pride across the life span. *Journal of Personality and Social Psychology*, 99(6), 1061–1071.
- Patrick, C. J., Fowles, D. C., & Krueger, R. F. (2009). Triarchic conceptualization of psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. *Development and psychopathology*, 21(03), 913-938.
- Paul, L. (2014). Prolonged Exposure for Guilt and Shame in a Veteran of Operation Iraqi Freedom. *American Journal Of Psychotherapy*, 68(3), 277-286.
- Peay, J. (2012). Mentally Disordered Offenders, Mental Health and Crime. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (5th ed., pp. 426-449). Oxford: Oxford University Press.
- Peltzer, K. & Pengpid, S. (2013). The severity of violence against women by intimate partners and associations with perpetrator alcohol and drug use in the Vhembe district , South Africa. *Afr Safety Promotion Journal*, 11(1), 13–24.
- Pollock, P. H. (1999). When the killer suffers: Post-traumatic stress reactions following homicide. *Legal and Criminal Psychology*, 4, 185–202.
- Popovici, I., Homer, J. F., Fang, H., & French, M. T. (2012). Alcohol use and crime: Findings from a longitudinal sample of US adolescents and young adults. *Alcoholism: Clinical and Experimental Research*, 36(3), 532-543.
- Porter, T., & Gavin, H. (2010). Infanticide and neonaticide: a review of 40 years of research literature on incidence and causes. *Trauma, Violence, & Abuse*, 11(3), 99-112.

- Putkonen, H., Amon, S., Weizmann-Henelius, G., Pankakoski, M., Eronen, M., Almiron, M. P., & Klier, C. M. (2016). Classifying Filicide. *International Journal of Forensic Mental Health, 15*(2), 198–210.
- Ramoutar, K. M., & Farrington, D. P. (2006). Are the same factors related to participation and frequency of offending by male and female prisoners?. *Psychology, Crime & Law, 12*(5), 557-572.
- Ramoutar, K. M., & Farrington, D. P. (2006). Are the same factors related to participation and frequency of offending by male and female prisoners? *Psychology, Crime & Law, 12*(5), 557–572.
- Rassool, S. B., & Nel, P. W. (2012). Experiences of causing an accidental death: an interpretative phenomenological analysis. *Death Studies, 36*(9), 832–857.
- Reidy, D. E., Kearns, M. C., DeGue, S., Lilienfeld, S. O., Massetti, G., & Kiehl, K. A. (2015). Why psychopathy matters: Implications for public health and violence prevention. *Aggression and violent behavior, 24*, 214-225.
- Romo, J., & Pajón, L. (2015). Filicidio, infanticidio y neonaticidio: estudio descriptivo de la situación en España entre los años 2000-2010. *Revista Criminalidad, 57*(3), 91-102.
- Salvatore, C., & Markowitz, M. W. (2014). Do life course transitions and social bonds influence male and female offending differently? Gender contrasts and criminality. *Deviant Behavior, 35*(8), 628-653.
- Schaible, L. M., & Altheimer, I. (2016). Social Structure, Anomie, and National Levels of Homicide. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 60*(8), 936–963.
- Sharac, J., Mccrone, P., Clement, S., & Thornicroft, G. (2010). The economic impact of mental health stigma and discrimination: a systematic review. *Epidemiologia e psichiatria sociale, 19*(03), 223-232.

- Shaw, J., Appleby, L., Amos, T., McDonnell, R., Harris, C., McCann, K., ... Parsons, R. (1999). Mental disorder and clinical care in people convicted of homicide: national clinical survey. *BMJ: British Medical Journal*, 318(7193), 1240–1244.
- Shelton, J. L. E., Hoffer, T. A., & Muirhead, Y. E. (2015). *Behavioral analysis of maternal filicide*. New York: Springer.
- Sherman, N. (2014). Recovering lost goodness: Shame, guilt, and self-empathy. *Psychoanalytic Psychology*, 31(2), 217-235.
- Siddiqui, S. (2014, Outubro 06). Obama On Gun Violence: America Is The Only Country That Puts Up With This. Huffington Post. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/2014/06/10/obama-gun-control_n_5481799.html
- Skrapec, C. A. (2001). Phenomenology and Serial Murder Asking Different Questions. *Homicide Studies*, 5(1), 46–63.
- Smith, P. H., Moracco, K. E., & Butts, J. D. (1998). Partner Homicide in Context A Population-Based Perspective. *Homicide Studies*, 2(4), 400-421.
- Stuart, G. L., Moore, T. M., Elkins, S. R., O'Farrell, T. J., Temple, J. R., Ramsey, S. E., & Shorey, R. C. (2013). The temporal association between substance use and intimate partner violence among women arrested for domestic violence. *Journal of consulting and clinical psychology*, 81(4), 681.
- Stuart, H. (2008). Fighting the stigma caused by mental disorders: past perspectives, present activities, and future directions. *World Psychiatry*, 7(3), 185-188.
- Swendsen, J., Conway, K. P., Degenhardt, L., Glantz, M., Jin, R., Merikangas, K. R., ... Kessler, R. C. (2010). Mental disorders as risk factors for substance use, abuse and dependence: results from the 10-year follow-up of the National Comorbidity Survey. *Addiction*, 105(6), 1117–1128.
- Taylor, P. J. (2004). Mental disorder and crime. *Criminal Behaviour and Mental Health*, 14(S1), S31-S36.

- Tehrani, J. A., Brennan, P. A., Hodgins, S., & Mednick, S. A. (1998). Mental illness and criminal violence. *Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology*, 33(1), S81-S85.
- Teplin, L. A., Abram, K. M., & McClelland, G. M. (1994). Does psychiatric disorder predict violent crime among released jail detainees? A six-year longitudinal study. *American Psychologist*, 49(4), 335.
- Tracy, S. J. (2013). *Qualitative Research Methods Collecting Evidence, Crafting Analysis, Communicating Impact*. Oxford: Wiley-Blackwel.
- Tuck, M. & Riley, D. (1986). *The Theory of Reasoned Action: A Decision Theory of Crime*. In D. Cornish & R. Clarke (Eds.), *The Reasoning Criminal. Rational Choice Perspectives on Offending* (pp. 170–185). New York: Springer-Verlag.
- Turvey, B. (2012) *Criminal Profiling- An Introduction to Behavioral evidence Analysis* (4ª edição). Alaska: Elsevier.
- Van Dorn, R., Volavka, J., & Johnson, N. (2012). Mental disorder and violence: is there a relationship beyond substance use?. *Social psychiatry and psychiatric epidemiology*, 47(3), 487-503.
- Van Gelder, J. L., & De Vries, R. E. (2012). Traits and States: Integrating Personality And Affect Into A Model Of Criminal Decision Making. *Criminology*, 50(3), 637-671.
- Wall, T. D., Wygant, D. B., & Sellbom, M. (2015). Boldness explains a key difference between psychopathy and antisocial personality disorder. *Psychiatry, Psychology and Law*, 22(1), 94-105.
- Warr, M. (2016). Crime and Regret. *Emotion Review*, 8(3), 231–239.
- Widom, C. S. (2014). Varieties of violent behavior. *Criminology*, 52(3), 313-344.
- Willig, C. (2013). *Introducing Qualitative Research In Psychology* (3rd ed.). New York: McGraw-Hill Education.

- Wilson, N., & Cadet, J. L. (2009). Comorbid Mood, Psychosis, and Marijuana Abuse Disorders: A Theoretical Review. *Journal of Addictive Diseases*, 28(4), 309–319.
- Woodworth, M., & Porter, S. (2002). In cold blood: characteristics of criminal homicides as a function of psychopathy. *Journal of abnormal psychology*, 111(3), 436.
- Wortley, R. (2011) *Psychological Criminology: An Integrative Approach*. New York: Routledge.
- Yourstone, J., Lindholm, T. & Kristiansson, M. (2008). Women who kill: a comparison of the psychosocial background of female and male perpetrators. *International journal of law and psychiatry*, 31(4), 374-383.
- Zilhão, A. (2010). *Animal Racional ou Bípede Implume*. Lisboa: Guerra e Paz.

Anexos

Anexo 1: Consentimento Informado



Sou aluno do mestrado integrado em Psicologia no ISPA-IU, e estou a realizar o meu trabalho sob a orientação do Professor Vítor Amorim Rodrigues, em torno dos processos emocionais e cognitivos associados à condenação pela prática de um crime. O objectivo deste trabalho é aumentar a compreensão deste tipo de processos bem como submetê-los a uma análise de uma perspectiva fenomenológica e centrada numa metodologia qualitativa.

A sua participação é voluntária pelo que se decidir não participar ou quiser desistir em qualquer momento, tem a absoluta liberdade para o fazer.

A sua participação basta-se com esta entrevista que será gravada. A sua participação será mantida anónima e confidencial. Sempre que necessário os dados (nomes, datas locais, etc) serão alterados de forma a que a situação não possa ser identificada. A identificação da entrevista será feita através de um número definido aleatoriamente. Será mantido o mais rigoroso sigilo sobre todos os dados identificativos dos participantes. A gravação áudio será transformada com uma distorção de voz que não permite identificar o participante.

Atenciosamente.

Assinatura:

Data:

Confirmo que consinto em participar deste estudo

Assinatura:

Data

Anexo 2: Ofício de Autorização de Investigação pela Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais



REPÚBLICA
PORTUGUESA

JUSTIÇA

Exmo(a) Senhor(a)

Dr. Rafael Martinez Cláudio

rafamclaudio@gmail.com

V/ referência	N/ referência	Ofício N.º	Data
		43/DSOPRE	16.03.2016

Assunto: Investigação académica para Mestrado Integrado em Psicologia pelo ISPA

Tenho a honra de informar V. Exa que, por despacho do Sr. Diretor-Geral, Dr. Celso Manata, datado de 15/03/2016, está autorizado, no âmbito do Mestrado em Psicologia, a realizar a investigação académica nos Estabelecimentos Prisionais de Odemira e Tires.

Considerando o interesse do projeto, este estudo foi autorizado mediante as seguintes condições:

- a calendarização e modo de organização da pesquisa seja acordada com a Direcção dos estabelecimentos prisionais, por forma a que se conciliem os objetivos académicos com a exequibilidade do trabalho, sem perturbação do quotidiano;
- o desenvolvimento do estudo esteja sempre dependente da disponibilidade das reclusas para, após assinatura do consentimento informado, colaborarem;
- o investigador fique obrigado a preservar o anonimato dos dados e das pessoas que venham a cooperar;
- do resultado final do trabalho, deve ser remetida cópia à Direcção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas.

Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
Direcção de Serviços de Organização, Planeamento e Relações Externas
Travessa da Cruz do Torel, n.º 1 – 1150-122 Lisboa – Tel. 218812200 – Fax. 218853896 – E-mail: dsopre@dgrrsp.mj.pt
Apartado 21207 – 1151-001 Lisboa

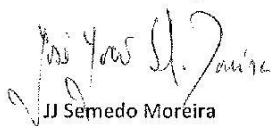


JUSTIÇA

Considerando o número de investigações académicas, atualmente a decorrer em estabelecimentos prisionais, alerta-se para a possibilidade de a direção do estabelecimento prisional poder vir a calendarizar a investigação para um momento mais oportuno.

Com os melhores cumprimentos

O Diretor de Serviços



JJ Semedo Moreira

ML/2016

Anexo 3: Transcrição e Análise de Conteúdos P1

<p>I- Como é que foi a sua infância? Do que é que se lembra?</p> <p>P1- Da minha infância... a minha infância não foi lá muito boa. Desde os meus sete anos de idade, não foi lá muito boa, não.</p>	<p>P1 declara que a sua infância foi pautada maioritariamente por experiências negativas, principalmente a partir dos seus sete anos.</p>	<p>P1 sente a sua infância como negativa</p>
<p>I- Trabalhava?</p> <p>P1- Trabalhava, estudava... até a um ponto que já não dava mesmo para estudar, fui trabalhar para aprendiz de ourives. E a partir daí depois... perante os meus pais... arranjaram-me um homem. Naquela altura eramos novos, não é? Tinha eu 14 anos. E pela primeira vez aconteceu</p>	<p>P1 refere que estudou não precisando a idade em que abandonou os estudos. Refere que também terá tido alguma actividade profissional. Relata ainda que aos 14 anos os pais a envolveram numa espécie de casamento combinado no qual teve a sua primeira experiência sexual.</p>	<p>P1 teve a sua primeira experiência sexual aos 14 anos com um companheiro que foi escolhido pelos seus pais, tendo desde aí um mau relacionamento com os pais</p>
<p>e a partir daí os meus pais não foram os meus pais. Sempre foram contra mim... percebe? A primeira vez... não sei se está a entender... o meu caso...</p>	<p>P1 declara que após esse estabelecimento relacional, os pais se incompatibilizaram consigo.</p>	
<p>Fui obrigada a juntar-me aos 15, casada aos 16 e</p>	<p>P1 relata que foi forçada, não ficando claro se pelos</p>	<p>P1 sentiu-se forçada a iniciar uma vida em</p>

<p>depois ao fim de 16 tive a minha filha aos 17. E a partir daí a minha vida sempre foi um inferno.</p>	<p>pais ou por outrem, a juntar-se aos 15 anos. Seguiu-se o casamento e o nascimento da filha aos 17, ressalvando que partir desse momento a sua existência foi vivenciada com muito sofrimento.</p>	<p>comum e a contrair o matrimónio do qual resultou a sua primeira filha.</p>
<p>Mas eu continuei nela, nunca deixei de... quer dizer depois passado mais ou menos ano e meio separei-me, tratei do divórcio, a minha filha ficou para comigo mas como eu não tinha lugar certo para ficar, não tinha condições também para a ter comigo, então quem tomou conta dela foi os meus pais. Até agora, que a minha filha mais velha está com a minha mãe.</p>	<p>P1 afirma primeiramente que se esforçou para se manter na relação, mas que a mesma culminou com a separação, ficando a sua filha aos cuidados dos seus pais, por P1 não ter condições sócio-económicas para a manter.</p>	<p>P1 esforçou-se por manter a estabilidade relacional mas não conseguiu manter-se com o companheiro e acabou por separar-se.</p>
<p>A partir daí as coisas foi andando, conheci outro... outro moço. Tive uma filha desse moço também. As coisas começaram a dar para o torto, mais uma vez, separada. Aí já não me casei, só estávamos juntos.</p>	<p>P1 relata que em seguida deu início a um novo relacionamento do qual nasceu outra filha, sucedendo-se nova separação.</p>	<p>P1 iniciou um novo relacionamento, do qual resultou mais uma filha. P1 vivenciou este relacionamento como negativo.</p>
<p>Continuou a minha vida, na mesma, não melhorou.</p>	<p>P1 refere a continuidade de uma vivência sentida</p>	

	como negativa.	
Mais uns anos juntei-me a outro moço, tive mais um filho. Vim a descobrir ele era toxicodependente... acho que eu nessa altura não sabia que estava grávida. Entretanto separei-me mais uma vez à mesma situação.	P1 relata que algum tempo depois iniciou um novo relacionamento com outro companheiro (que mais tarde veio a saber ser toxicodependente) do qual resultou mais um filho.	P1 iniciou um novo relacionamento, do qual resultou mais uma filha. P1 vivenciou este relacionamento como negativo.
No quarto, mais um filho, também não deu, continuei a ficar outra vez na mesma situação.	P1 relata, de forma muito sucinta, o estabelecimento de uma nova relação da qual resultou mais um filho e que culminou numa nova separação.	P1 iniciou um novo relacionamento, do qual resultou mais um filho
Até que encontrei outro, foi esse que me deixou aqui. Tive com ele 7 meses, mas os primeiros 3 meses foi maravilha. Foi bom.	P1 relata que conheceu um homem, que ela qualifica como a responsável por estar a cumprir pena de prisão. Afirma que o relacionamento durou sete meses, sendo que os primeiros 3 meses foram vivenciados de forma muito positiva.	P1 inicia um novo relacionamento, com a pessoa que veio a matar, sentindo os primeiros 3 meses como muito positivos.
A partir desses 3 meses, 3 meses e qualquer coisa... não sabia, vim a descobrir que ele consumia cocaína e heroína, fumava chamom também, bebia cerveja e	P1 relata que após o período inicial da relação tomou conhecimento de que o companheiro consumia vários estupefacientes, bem como bebidas alcoólicas. Relata	Após os primeiros meses, P1 viu-se confrontada com os consumos de substâncias do companheiro e começou a sofrer agressões.

<p>vinho... A partir daí comecei a levar uma sapatada hoje, uma sapatada amanhã, até que depois foi, foi agravando, agravando, agravando, praticamente ao fim de 7 meses foi o que aconteceu... aí já foi muito mais grave, aí já foi... a violência já foi constantemente.</p>	<p>também que foi a partir dessa altura que começou a sofrer agressões, ainda que ocasionais que se foram tornando mais frequentes e mais severas.</p>	
<p>Não sei o que é que me deu, só sei que à última ele empurra-me contra uma parede e nessa parede tinha uma ficha, onde estava ligada a aparelhagem e a televisão... não sei o que é que me deu, nervos, ou de estar farta de levar porrada, ou levar com a cabeça na parede, tudo... e puxei pela extensão, enrolei-a no pescoço</p>	<p>P1 declara que não sabe qual foi o pensamento ou emoção que a dominou no momento do homicídio. Relata que o companheiro a empurrou contra uma parede e que junto à mesma parede estava uma extensão eléctrica. Não consegue preciar se a decisão foi determinada pelo facto de estar muito enervada ou se prende com o facto de estar saturada das agressões frequentes de que tinha sido vítima.</p>	<p>P1 está incerta quanto ao que determinou a sua acção homicida, não estando segura se foi determinada por estar muito assustada ou por estar exausta das agressões.</p>
<p>mas a minha intenção não era matar, a minha intenção era que ele parasse de me bater.</p>	<p>P1 esclarece que não pretendia matar o companheiro mas sim por termo às agressões que estavam a ocorrer nesse</p>	<p>P1 não teve intencionalidade no acto de matar, pretendia defender-se.</p>

	momento.	
<p>Mas mesmo assim, eu não sei, naquele acto, eu estava nervosa, eu não sei, ainda continuava-me a bater, porque... ainda hoje penso será que fui eu que o matei se foi ele que se matou a ele próprio, porque ele não se mantinha quieto, ele continuava com o fio... passando... nem minutos, segundos, já estava farta de levar assim aqui de lado, das costelas e tudo, mandei-o parar, disse essa palavra três vezes, para o que me lembro é assim... não sei, não sei se... mas com certeza apertei mesmo, mas naquele momento não sei se apertei e de repente ele cai-me sobre a cama e eu caio por cima dele com o joelho nas costas,</p>	<p>P1 afirma que não consegue precisar os seus pensamentos durante o acto. Refere depois que enquanto apertava o fio em torno do pescoço do companheiro, ele continuava a agredi-la, algo que a leva a questionar se ele o fez com o intuito de causar a sua própria morte. Afirma que passados alguns segundos repetiu várias vezes a mesma palavra, crê que terá apertado com mais força e subitamente o companheiro desfaleceu.</p>	<p>P1 não consegue precisar os pensamentos que lhe dominavam a mente durante o acto e questiona se o companheiro a levou a matá-lo intencionalmente.</p>
<p>mas como eu não sabia se tinha apertado, ainda puxei mais ele não me respondeu, pensei que ele que estava a brincar, que ele estava assim com um ar que parecia que se</p>	<p>P1 refere que quando o corpo do companheiro caiu inanimado, ela não tinha consciência do quanto tinha apertado e por isso acabou por repetir o movimento na tentativa</p>	<p>P1 afirma que não se apercebeu imediatamente da morte e que acreditou que ele estivesse a brincar.</p>

<p>estava a rir e eu chamei por ele, ele não respondeu,</p>	<p>de obter uma reacção. Afirma que dada a expressão do companheiro, que considerou sorridente, acreditou que ele ainda estivesse vivo e a simular a sua morte, contudo não reagiu quando o chamou.</p>	
<p>de seguida peguei e liguei para a polícia. Disse que pensei ter matado um homem, perguntaram-me onde estava e eu respondi, disse no local onde estava e eles apareceram e realmente ele estava morto...</p>	<p>P1 relata que seguidamente contactou as autoridades e as informou que estava convicta de ter cometido um homicídio e que apenas quando as autoridades chegaram é que teve a confirmação de que o seu companheiro estava morto.</p>	
<p>Pois é... mas é que é engraçado porque ele mantinha-me fechada, porque ele andava a tomar a metadona, eu pensava que ele já tinha desistido dessas substâncias e, e dantes ia com ele, outras vezes houve vezes que ele fechava a porta deixava-me no apartamento e ali ficava sozinha, ele saía mais ou menos por volta do meio-dia e meia, uma</p>	<p>P1 inicia o relato de um conjunto de ocasiões onde o companheiro a obrigava a ficar na habitação e saía sozinho para ir consumir substâncias, estando ela convicta de que ele já tinha abandonado os consumos. As agressões sucediam-se a esses períodos.</p>	<p>P1 recorda vivências de muito sofrimento por culpa do companheiro</p>

<p>hora quase. E quando voltava era quase ao fim do dia quando vinha já vinha cheio e batia-me sem mais nem menos.</p>		
<p>Naquele dia não sei o que é que se passou, ou eu estava farta mas... olhe aconteceu, foi assim.</p>	<p>Reafirma que não sabe o que motivou a sua reacção que culminou com o homicídio do companheiro, colocando a hipótese de esta ter resultado da exaustão provocada pela relação e a violência que a pautava.</p>	<p>P1 não sabe precisar a sua motivação mas afirma que estava exausta.</p>
<p>I-Voltando um bocadinho atrás, falou-me que aqueles primeiros três meses foram muito bons, não é? P1- Muito bons, a gente saía os dois, funcionávamos e dentro de casa tudo bem, na maior mesmo, até que ao fim de x meses foi uma sapatada e depois uma sapatada já foi mais além da sapatada até que chegou mesmo ao extremo de acontecer pior ainda, virar-se mais a mim e acontecer o que aconteceu.</p>	<p>Esclarece que numa fase inicial composta pelos primeiros três meses, a relação foi vivenciada de forma muito positiva. Tendo as agressões começado a partir daí.</p>	<p>P1 vivenciou os primeiros tempos de relação de forma muito positiva.</p>

<p>I- Nesse dia, nessa última vez, como é que as coisas se desenrolaram?</p> <p>P1- Deste último do acontecido?</p> <p>I- Sim.</p> <p>P1- Olhe, porque nessa noite não é? Fui detida...</p> <p>I- Não, não, mas antes, antes disso. Ou seja, ele chegou a casa, foi igual? Ou seja saiu de manhã, como...</p>	<p>Instada pelo investigador a relatar a forma como os acontecimentos decorreram no dia do homicídio, P1 primeiro pensa que a pergunta se refere ao sucedido depois da concretização do acto. Sendo depois esclarecida de que a questão se refere aos acontecimentos que antecederam o homicídio e não àqueles que o sucederam</p>	
<p>Saiu de manhã, chegou estava eu sentada na cama, que à hora que eram, sete e tal, já era de noite e eu estava com o meu pijama, estava sentada na cama a ver televisão. E ele chegou, disse “boa noite”, “boa noite” lhe disse e disse “só agora?”, e ele “poça, então só agora...” diz ele, “ai estive a...”, prontos ele inventava sempre uma desculpa. Fui à minha mãe, a minha mãe não estava, telefonei para ela, fui ter com ela, estive com a minha mãe e depois passei por casa da minha</p>	<p>P1 relata então que o companheiro saiu de casa na manhã desse dia e já regressou ao fim da tarde. P1 revela que estava em casa, a ver televisão. Quando o companheiro chegou, e após se cumprimentarem, P1 inquiriu-o sobre o porquê de ter demorado tanto tempo a voltara a casa. O Companheiro ter-se-á justificado recorrendo a uma história que P1 considera ser falsa, algo que segundo P1 ele fazia com frequência. O companheiro começou</p>	

<p>mãe e trouxe qualquer coisa que ela mandou para a gente comer, não sei quê, mas ele assentou-se na cama e começou a tratar de fazer um charro, como se diz, um charro. Eu disse <i>“Então não vais comer nada? Eu já petisquei qualquer coisa na minha mãe, se quiseres ir comer, vai tu”</i>, ele disse <i>“Não, posso comer mais logo, que também ainda é cedo, mais logo comemos qualquer coisa”</i>, tudo bem. Ele serviu um copo de vinho e um copo de cerveja e ele bebeu um... e também para ele, para os dois, que eu também bebo, bebia álcool. E estávamos ali a ver televisão e ele a fazer o dito charro, de repente acaba de fazer o charro tira duas passas e senta-se ao meu lado, ao sentar-se ao meu lado,</p>	<p>então a preparar um “charro”, serviu vinho e cerveja para ambos e começou a fumar o “charro” indo sentar-se junto a P1.</p>	
<p>de repente, não sei o que é que se passou, de repente dá-me assim um estalo. E eu assim assentada, <i>“estás-me a bater porquê?”</i>, ao</p>	<p>P1 relata que de forma inesperada, o companheiro a começou a agredir. P1 perguntou-lhe o motivo daquelas agressões súbitas,</p>	<p>P1 estava relaxada com o companheiro, quando este a começou a agredir subitamente.</p>

<p>dizer-lhe “<i>estás-me a bater porquê?</i>”, ele, eu estou assim, ele dá-me um pontapé daqui eu caio da cama abaixo. E ele ultrapassa de um sítio põe-se em pé, eu ponho-me em pé e ele agarrou-me em mim, começou-me a dar com a cabeça na parede, foi assim que começou</p>	<p>algo que o companheiro não terá respondido, tendo-a a agredido ainda com mais severidade. Após ambos se levantarem, o companheiro começou a agredir P1 ainda mais violentamente.</p>	
<p>Entretanto dei-lhe um empurrão ele sentou-se na cama, vou tentar fugir para os outros quartos para me tentar fechar para não levar, não consegui, puxa-me os cabelos, foi quando ele me mandou contra a parede e continuou a dar socos, a dar-me com a cabeça na parede foi quando, bem assim de repente, quando eu puxei a tal ficha, foi assim que aconteceu.</p>	<p>P1 relata que tentou reagir, fazendo um esforço para afastar o companheiro de si de forma a conseguir fugir dele. Este prendeu-lhe os cabelos, continuando a agredi-la. É na sequência destes actos que P1 agarra na extensão e ataca o seu companheiro.</p>	<p>P1 tentou fugir mas foi impedida</p>
<p>I- Quando viu a ficha o que é que pensou? P1- Não pensei nada. I- Não pensou? A- Não pensei que o matava. Não sei, só peguei</p>	<p>Questionada sobre os pensamentos que a invadiram ao ver a extensão, P1 refere inicialmente que não teve qualquer pensamento.</p>	<p>P1 estava convicta de que seria morta por o companheiro naquele dia.</p>

<p>naquilo e pus, enrolei-lhe aquilo ao pescoço para o ver parado mais nada. Foi só isso, a minha intenção era para ver se ele parava. Mas não, porque já não era a primeira vez... ele antes de acontecer isso ele... um mês ou dois atrás ele ameaçou-me que qualquer dia que pegava-me nos pés e deixava-me cair do terceiro andar em cima dos carros que estacionavam em baixo, do terceiro andar. E que se perguntassem qual é que foi o motivo, era porque ela caiu de tontura, já tinha bebido demais... desculpa dele, que ia dar caso isso acontecesse.</p>	<p>Após insistência do investigador, P1 esclarece que não havia pensado na possibilidade de matar o companheiro. Define o seu comportamento como uma estratégia para travar as agressões de que estava a ser vítima, afirmando que tinha fundado receio das mesmas dado que o seu companheiro já tinha feito ameaças claras e directas sobre como a mataria, incluindo nas mesmas a justificação quer daria às autoridades para a sua morte.</p>	
<p>I- Ele disse-lhe isso tudo? P1- Isso tudo. Passando dois meses mais ou menos acontece ele torna-me a bater, durante os meses, a bater-me mas não era assim tão grave. Tanto é que naquele dia foi o extremo mesmo, bateu-me mesmo até... tanto é que</p>	<p>P1 refere que a estas ameaças se sucederam mais agressões mas que algumas delas foram menos severas, afirmando que as agressões ocorridas no dia do homicídio foram as mais graves que vivenciou, relatando consequências severas das</p>	<p>P1 tinha sofrido várias ameaças mas nunca as credibilizou</p>

<p>eu tive hematomas aqui que ele com uma faqui... ah, eu tinha duas navalhas e tentei dizer que lhe matava com as navalhas, ele torceu-me o braço, tirou-me as facas e depois com as facas começou-me a picar na cabeça, tanto é que eu tirei fotografias sobre isso e aos hematomas...</p>	<p>mesmas. Relata então que no mesmo dia, se chegou Refere ainda que nesse dia se chegou a servir de duas facas para ameaçar o companheiro, sendo que ele lhe retirou ambas as facas e a agrediu com elas. Deixando-lhe marcas físicas desses actos.</p>	
<p>I- Isso no mesmo dia? P1- No mesmo dia. I- Antes daquela parte? P1- Antes da parte de eu lhe enrolar o fio. I- Quando pegou nas navalhas e disse aquilo, era para o assustar? P1- A minha intenção era se eu puxo as facas ele vai parar. Não foi _____. E a minha intenção foi naquela também do fio, foi o que me veio à cabeça, é... para o assustar ver se ele pára, senão ainda me vai matar aqui, porque ele tinha o vício de fechar as portas e tirava as chaves e escondia as chaves. Eu mesmo que</p>	<p>Questionada sobre o motivo pelo qual se tinha servido das referidas facas, P1 esclarece que as utilizou com o mesmo intuito que veio a utilizar a extensão com que acabou por matar o companheiro, notando contudo que não foi uma acção muito ponderada. Afirma assim que o objectivo era assustar o companheiro de forma a que ele cessasse as agressões, temendo P1 que se não o fizesse ele acabasse por a assassinar. P1 afirma que o risco era maior pelo facto de estar trancada.</p>	<p>P1 tentou assustar o companheiro para travar as agressões, pois começou a acreditar que ele a mataria.</p>

<p>quisesse fugir não conseguia, não conseguia.</p>		
<p>Houve uma altura também que... eu devia levar isto a direito mas estou, voltei para a frente mas ando para trás...</p> <p>I- Não há problema.</p> <p>P1- Houve uma altura que ele... eu ia para beber um pouco de sumo, ele tira-me o pacote de sumo da mão e começa-me a regar com o sumo e eu vou tirar a roupa para ir-me lavar, ele não me deixou, não me deixou... e eu calhei de abrir a porta e fugi pela porta fora mesmo assim nua, fugi, fugi porque já sabia que ia levar mais.</p> <p>Ele começou-me a tirar a roupa, a roupa que eu devia de vestir, não me deixou e eu, não sei o que é que me deu, olhei assim para a porta vi as chaves, aquilo tem um trinco e depois dá-se as voltas às chaves mas não estava as chaves voltadas, e eu peguei no trinco comecei a correr pelas escadas</p>	<p>P1 recorda outros episódios onde o companheiro a humilhou e se viu forçada a sair de casa sem qualquer roupa para fugir das suas agressões.</p>	<p>P1 recorda-se de outros episódios negativos vividos com o companheiro.</p>

<p>abaixo, entrei no café ao lado, fui lá pedir ajuda.</p> <p>Um casal estrangeiro...vivo ____ ali no _____, vai muita gente para aí, que veio de fora. A senhora viu-me naquela situação e deu-me um quispo, entretanto o senhor da confeitaria chamou a polícia, quando a polícia veio foi lá para me darem a roupa.</p>		
<p>Já não é a primeira vez que ele punha-me fora da porta, depois no outro dia andava sempre atrás de mim. E eu sempre caía, porque não tinha para onde ficar, as noites chuvosas, frio e eu aceitava-o sempre de volta. Foi o meu mal. Se eu tivesse desistido de vez dele nada disto acontecia. Porque eu nunca matei, nunca roubei, nunca estive numa cadeia, nem sei o que é, agora é que eu estou a ver o que é.</p>	<p>P1 relata que a estes episódios se seguiam iniciativas em que o companheiro se desculpava perante si, e retomavam a relação, algo que ela agora considera um erro.</p>	<p>P1 está convicta que errou ao perdoar inúmeras vezes os comportamentos do companheiro.</p>
<p>I-Naqueles dias... por exemplo, nessa situação do sumo, e que fugiu, depois</p>	<p>Questionada sobre o investigador sobre se havia retomado a relação com o</p>	<p>P1 afirma que retomava o relacionamento por insistência do</p>

<p>voltou uns dias depois.</p> <p>P1- Depois voltei, porque ele não me larga, ele tinha o meu número e depois fartava-se de ligar, eu dizia que não queria nada, mas ele já sabia mais ou menos os meus paradeiros e fazia para estar lá.</p> <p>I- Ia ter consigo.</p> <p>P1- Exato.</p>	<p>companheiro após esta ocorrência narrada, P1 refere que tinha retomado a relação pois o seu companheiro a procurava insistentemente, contactando-a por telefone de forma persistente e também comparecendo nos locais onde, P1 afirma que ele sabia que ela estaria.</p>	<p>companheiro, acreditando que as situações de violência não se repetiriam.</p>
<p>I- Nos dias a seguir aos dias em que ele lhe batia, o que é que pensava? Sobre aquilo, o que é que pensava? O que é que vou fazer? O que é que lhe passava pela cabeça?</p> <p>P1- Às vezes quando a gente saía ele no outro dia pedia-me desculpa, tudo bem, não volta a acontecer e tal... ele até chorava, mesmo, mas no seu normal, ainda não tinha ido lá consumir, nem nada. E eu caía outra vez.</p>	<p>Questionada pelo Investigador sobre quais eram os seus pensamentos nos períodos que sucediam às agressões, P1 responde que o companheiro se costumava desculpar após as agressões e que prometia que não voltaria a agredi-la. P1 refere que o companheiro, em algumas ocasiões chorava, ressalvando que tal só acontecia quando não estava sob o efeito de estupefacientes.</p>	
<p>Houve uma altura que no Verão, pleno dia, eu deixei-o e fugi para a praia, fui mesmo para a</p>	<p>P1 relata outro episódio em que se afastou do companheiro e se encaminhou sozinha para a</p>	

<p>praia. Isto em XXXXX, que eu morava lá com ele em XXXXX. E eu fugia para a praia.</p> <p>I- O que é que pensou nesse momento?</p> <p>P1- Já cheguei a dormir noites cá fora sozinha.</p>	<p>praia, esclarecendo depois que chegou a pernoitar sozinha na rua.</p>	
<p>I- O que é que dizia a si mesma nesses momentos?</p> <p>P1- Ora eu dizia, “<i>o que é que vai ser feito de mim?</i>”.</p> <p>Mas noutras zonas que eu convivia com pessoas já conhecidas era onde ele me encontrava. E eu voltava outra vez ao mesmo. Voltava ao mesmo.</p>	<p>Questionada pelo investigador sobre o que pensava em ocasiões deste tipo, P1 esclarece que se questionava sobre o que lhe iria acontecer.</p> <p>Relatando em seguida que após estas separações o companheiro a procurava e ela acedia em retomar a relação.</p>	
<p>Já com experiência dos antigos, ainda continuei, nunca mais atinei para essas coisas, para dizer chega, chega e vou ver o que é que eu posso fazer de mim própria.</p>	<p>P1 afirma que mesmo com as experiências negativas vividas em relacionamentos passados, nunca se sentiu capaz de por termo a este relacionamento e a reorganizar a sua vida.</p>	<p>P1 não se sentia capaz de quebrar o relacionamento, por existir alguma dependência do companheiro.</p>
<p>I- Nos relacionamentos anteriores tinha havido violência em todos?</p>	<p>Questionada sobre se nos seus anteriores relacionamentos já tinham</p>	

<p>P1- Não, não, não, violências não. Era eu que achava que não era assim...</p>	<p>ocorrido situações de violência, P1 responde que não. Esclarecendo que os relacionamentos anteriores terminaram por decisão sua, baseada na convicção de que o relacionamento não estava a funcionar.</p>	
<p>I- Mas esta foi a primeira vez que houve violência? P1- Agora esta foi a primeira vez. Nunca ameacei ninguém... não, não houve. um estalo ou outro havia mas isto não é mesmo violência como este era. Este é que era mais perigoso, era mais perigoso.</p>	<p>Questionada sobre se este foi o primeiro relacionamento onde ocorreram episódios de violência, P1 esclarece que não, afirmando que nunca tinha ameaçado nenhum dos seus anteriores companheiros. P1 ressalva que existiam agressões que ela considera menos graves e que considera diferentes das agressões que existiam neste relacionamento, definindo o companheiro como uma pessoa perigosa.</p>	<p>Relação com companheiro que matou foi a primeira onde houve violência</p>
<p>I-Tirando essa última vez, nalguma das outras vezes em que ele lhe bateu sentiu que ia morrer? P1- Não, não porque eu nunca acreditava nisso.</p>	<p>Questionada se noutros momentos já tinha tido a convicção que o companheiro a mataria, responde negativamente..</p>	<p>Não existência de convicção prévia de que o companheiro a mataria.</p>
<p>I- Mesmo quando ele</p>	<p>Questionada se nem</p>	

<p>dizia?</p> <p>P1- O que ele me dizia, eu achava que era brincadeira ou era ele que estava a delirar quando ele consumia ou assim... era ele que estava a delirar. Nunca acreditei nisso.</p>	<p>perante as ameaças achava credível a ideia de a sua vida estar em risco, P1 responde que estava convicta de que as ameaças não eram sérias, mas apenas uma brincadeira ou efeito dos estupefacientes.</p>	
<p>I- Mas o que é que sentia quando ele dizia essas coisas?</p> <p>P1- Eu levava isso para a brincadeira. É isso que eu estou a dizer, eu levava isso para a brincadeira. Porque ele falava de uma maneira que eu olhava para ele, eu virava-me para ele e dizia “tu deves estar a brincar, não?” e ele olhava para mim “achas que ia-te fazer uma coisa dessas ?”.</p>	<p>Questionada pelo investigador sobre o que sentia quando o companheiro a ameaçava, P1 responde que achava que eram brincadeiras, baseando esta ideia também na forma adoptada pelo companheiro ao falar sobre isto. P1 relata que dizia ao companheiro que aquelas afirmações deviam ser meras brincadeiras, e o companheiro a questionava se ela achava que ele seria capaz de levar a cabo uma acção daquela gravidade.</p>	<p>P1 não credibilizava as ameaças do companheiro.</p>
<p>I- Mas não achava graça, achava que era só uma brincadeira parva?</p> <p>P1- Quer dizer achava que era uma brincadeira... ou a</p>	<p>Reafirma considerar as ameaças uma brincadeira ou efeito dos estupefacientes..</p>	

<p>droga estava a fazer efeito ou então...</p>		
<p>I-Ele era muito diferente quando estava sobre o efeito? P1- Era muito diferente. Porque ele quando não tinha nada, ele praticamente nem para mim falava.</p>	<p>Questionada pelo investigador sobre as diferenças comportamentais do companheiro induzidas pelo consumo de estupefacientes, P1 esclarece que quando o companheiro não estava sob o efeito de estupefacientes, interagia muito pouco com ela.</p>	
<p>Pronto, fazia a sua higiene antes de sair de casa e tudo e às vezes dizia assim: “olha, vens comigo hoje? E eu dizia, “queres que eu vá?”</p>	<p>Relata que o companheiro realizava os seus hábitos matinais e que ocasionalmente a convidava a sair com ele.</p>	
<p>Era assim que ele fazia, sei lá, a culpada fui eu de fazer tudo o que ele queria, sei lá, não sei.</p>	<p>P1 culpabiliza-se pelo facto de ter agido sempre de acordo com a vontade do companheiro.</p>	<p>P1 sente culpa por se ter submetido à vontade do companheiro.</p>
<p>Porque quando...dizia-lhe, era assim, eu ia-me preparando para me vestir, dizia ele: “onde é que vais?”, “então, não vou contigo?” . “Não, hoje não que eu hoje vou demorar um bocadinho, ainda vou à</p>	<p>P1 descreve o mau relacionamento do companheiro com o pai e o apoio que ambos foram tendo por parte da mãe.</p>	

<p>minha mãe e não sei quê...” Porque o pai nunca o aceitou como filho praticamente. Por causa dele andar metido nisto, mesmo quando o pai o encontrava na rua dizia: “és um drogado, és pior que os mendigos”. O pai mesmo antes de ele me conhecer, ele chegou-me a contar, e era verdade porque a mãe falava comigo. Eu dava-me bem com a mãe e não com o pai. Com o pai nunca falei. E o pai que se virava para ele, ele nem tão pouco sabia que eu estava lá a viver, e eu estava lá sentada à espera que ele fosse ter com a mãe, que a mãe dava-lhe dinheiro todos os dias de manhã. E eu ouvi ele mesmo dizer: “vê lá se vais mas é arranjar trabalho, drogado, és pior que os mendigos, nem pareces ser filho de quem és” e não sei quê. Maltratava o filho, pronto. Mesmo à frente de quem estivesse. O pai não o</p>		
---	--	--

<p>gramava. Mas com a mãe já falava de vez em quando eu. Ela estava a vender peixe na praça e a gente ia lá buscar um peixinho, não pagávamos. E ela ligava mesmo para o telemóvel dele, olha tenho isto, olha tenho aquilo, peixe que ele gostava. Ela telefonava sempre e depois nós íamos lá buscar. Com ela falava, com o pai não. Nem ele tinha grandes coisas com o pai. Era isso que eu dizer, ainda antes de me conhecer, o pai não o queria lá à hora do almoço. O pai almoçava e depois a mãe ligava para o filho: “podes vir buscar a comida” como sabia que a gente estava a viver, ele ia lá que ele tinha carro, ia buscar a comida e depois vinha para casa e almoçávamos.</p>		
<p>Isso quando estava tudo bem entre nós e lá íamos dar uma voltinha ou beber um cafezinho, e estava tudo bem. Só quando ele começava a exagerar no</p>	<p>P1 relata experiências positivas com o companheiro quando este não estava sob o efeito de estupefacientes. Refere que tinham algum conforto</p>	<p>P1 atribui a agressividade do companheiro aos consumos de substâncias.</p>

<p>álcool, ou lhe apetecia mais um bocadinho de uma branquinha ou de uma castanha ou um bocado de chamon depende do dinheiro que ele lhe restava no bolso, saía sozinho e quando vinha, já vinha todo... não sei... com a cabeça toda baralhada. Não, muitas vezes não , mesmo ele... muitas vezes não. Isto foi praticamente nos princípios. Mas... mais para a frente, a partir aí dos quatro meses cinco, a coisa começou a ser mais forte. Começou a ser mais activo, mais violento. Porque de resto...Até pensei que ia ser feliz, acredite. A gente não pagava água, não pagava luz, não pagava aluguer. Porque o apartamento onde a gente estava, o prédio é dos pais, aquilo é alugado. E como o pai não se dá bem com ele, para ele não estar lá a viver na casa então cederam aquele apartamento, o terceiro</p>	<p>financeiro e alguma expectativa financeira quanto ao futuro dado que o companheiro iria herdar alguns bens.</p>	
--	--	--

<p>andar. Era mesmo muito bom porque quando os pais falecessem pelo menos aquele prédio ia ficar para ele. Ele só tem uma irmã, ia ficar dividido entre os dois. Olhe, não deu, não deu. O que é que deu? Desgraça....</p>		
<p>I-Quando ele lhe começou a bater nesse dia o que é que sentiu? Pensou... P1- Eu pensei, pensei, vai ser hoje, vai ser hoje. Porque ali mesmo que eu gritasse e ouvia-se, porque se ouve, ecoa pelas escadas abaixo. Ali ninguém batia à porta. Ninguém batia.</p>	<p>Questionada sobre os pensamentos que a invadiram quando as agressões se iniciaram no dia que culminou com o homicídio, P1 afirma que acreditou que nesse dia ele a iria matar. Afirma saber que ainda que gritasse, nenhum dos vizinhos estaria disposto a intervir.</p>	<p>P1 acreditava que o companheiro a mataria se não reagisse e que ninguém a poderia ajudar.</p>
<p>Praticamente ali se houvesse uma ou duas pessoas que o cumprimentassem, por ser filho de quem é. Outras pessoas nem boa tarde, nem bom dia, passavam pela gente... Eu às vezes até perguntava: “os teus vizinhos nem salvam?”. Dizia, porque normalmente os vizinhos</p>	<p>P1 descreve que os vizinhos não se relacionavam com o companheiro chegando mesmo a evitá-lo, ressaltando que os únicos que o cumprimentavam o faziam por respeito ao seu pai. Refere ainda que o companheiro era indiferente a esta realidade.</p>	

<p>salvam-se. E ele: “ah, isso não presta. Eu não fiz mal nenhum. Quer falar, fala. Quer salvar, salva. Se não quiser, não salva.” A única pessoa que havia lá, eram duas senhoras que viviam lá, não sei se já vivem. Uma já era mais para a velhice e que salvava. Porque de resto... Até na rua, praticamente ninguém falava para ele, ele é que se metia na conversa e depois as pessoas lá diziam assim: “ninguém está a falar para ti, ninguém te perguntou nada.” Eu dizia logo: “vamos dar uma voltinha” íamos até à ria e tal porque praticamente... não sei que mal é que ele fazia às pessoas. E foi nascido aí e criado aí e muita gente não o grama. Não sei que mal é que ele fez, também quem sou eu para perguntar? Cada qual é quem é. E é assim...</p>		
<p>I-E sentiu medo? P1- Medo, porque ele</p>	<p>Questionada sobre se sentiu medo, na sequência</p>	<p>Apesar de nunca ter credibilizado as ameaças,</p>

<p>quando estava um bocadinho quente tinha a mania de dizer essas parvoíces “qualquer dia pego-te assim”, “qualquer dia faço-te assim”, “qualquer dia faço-te assim”. Mas sempre com aquele ar... de brincar mesmo, brincalhão. Pronto, nunca levei isso a sério. Naquela noite, quando vi que a coisa já estava mais avançada, pensei mesmo: “vou morrer aqui”.</p>	<p>das agressões que sofreu nesse dia. P1 esclarece que nunca tomou como sérias, as ameaças feitas pelo companheiro quando já estava sobre o efeito de estupefacientes. No entanto, e dada a severidade das agressões de que estava a ser vítima nesse dia acreditou convictamente que ele iria assassina-la.</p>	<p>dada a severidade das agressões, nesse dia sentiu-as como reais.</p>
<p>I- Tinha de fazer alguma coisa... P1- Quando eu tentei sair do nosso quarto para ver se me fechava num dos outros 3 quartos ou na sala. Ele puxa-me os cabelos, agarra-me, dá um pontapé na porta e a porta fecha. Pensei: “vai ser agora”. É quando ele me atira para o outro lado da parede e continuou a dar-me socos, com a cabeça na parede, de lado e tudo. Aconteceu.</p>	<p>P1 relata que tentou abandonar o quarto onde estava com o companheiro, com o intuito de se barricar numa das outras assoalhadas da casa. Relata que ele a impediu de fugir, segurando-lhe os cabelos e fechando a porta. P1 afirma que nesse instante se convenceu que o companheiro iria matá-la naquele momento. Narra que o companheiro a atira contra a parede e a agride</p>	<p>A primeira forma de reacção de P1 foi a fuga. Após essa hipótese lhe ter sido negada, P1 atacou o companheiro.</p>

	<p>com murros e batendo com a sua cabeça na parede.</p> <p>Foi na sequência disso que ela o atacou.</p>	
<p>I- E quando ele caiu? Não percebeu logo?</p> <p>P1- Eu não percebi porque aquilo foi... Olhe eu fazer assim (gesto das mãos a estender, imitando o movimento com a corda) e abrir os olhos. Fechá-los e abri-los logo. Só disse: “pára, pára, pára”. O último foi mais alto, gritei “Pára!” No sei se foi naquele momento que dei o mais alto que lhe apertei com força, não sei. Porque ele continuava, ele mesmo com os cotovelos e tudo, continuava-me a dar nas costelas. Tanto é que há pouco fui fazer análises aqui e tenho uma das costelas intercalada, só que agora não dá para levá-la ao sítio. Foi como eu fiquei a saber, eu realmente deu-me aquela dor quase que me faltava o ar, não sabia o motivo. Sei que foi da pancada mas</p>	<p>Quando o investigador lhe pergunta se não teve logo a percepção de que o companheiro estava morto no momento em que ele cai, P1 responde que não percebeu imediatamente. Afirma que a sucessão de eventos foi rápida, e que gritou ao companheiro para parar enquanto apertava, estando convicta de que foi nesse instante que apertou com mais força.</p>	<p>P1 representa o acto como uma forma de o parar. Não se apercebeu logo de que ele estava morto.</p>

<p>não sabia que tinha a costela assim.</p>		
<p>Pensei, pensei, vai ser hoje.</p>	<p>Em seguida relembra que pensou que seria naquele dia que companheiro a iria matar.</p>	<p>P1 estava convicta de que o companheiro a mataria.</p>
<p>I-Quando percebeu que ele tinha morrido, o que é que sentiu naquele momento? P1- O que senti? Eu não sabia o que é que ia fazer. Andei à procura das chaves, que ele escondia as chaves, como lhe disse. À procura das chaves, para ver se encontrava as chaves para ver se...eu estava naquela, encontrar as chaves e pedir ajuda a uma vizinha... Eu pedi socorro mas ninguém me socorreu. Peguei no telemóvel, foi o que me deu, e liguei para a polícia: “olhe, eu acho que matei um homem.”. Mas depois de encontrar as chaves, vim cá abaixo ao fim do prédio, não vi ninguém na rua, estava tudo fechado. Não consegui quem me ajudasse, o que é que eu fiz? Liguei para a polícia.</p>	<p>Questionada pelo investigador sobre quais foram as emoções que a dominaram ao perceber que tinha morto o companheiro, P1 responde que ficou confusa. Chegou a gritar por socorro mas que esse pedido não surtiu efeito. Relata então que contactou as autoridades e as informou que estava convicta de ter cometido homicídio de um homem, enquanto esperava pelas autoridades, afirma ter desejado profundamente que o companheiro não estivesse morto, tendo estas confirmado o óbito posteriormente.</p>	<p>Antes de ter a confirmação do óbito do companheiro, P1 desejava profundamente que ele não tivesse morrido.</p>

<p>Veio a GNR, veio a PSP. Só me lembro de eles chegarem ali, algemar-me e dizer qual é o andar e eu disse e eles vieram cá em cima e tiveram que arremessar a porta para ver se realmente ele estava morto ou estava vivo. E quando chegaram cá em baixo, estava morto.</p> <p>I-Nesse tempo, entre a sua chamada e eles chegarem, lembra-se do que lhe passava pela cabeça?</p> <p>P1- Só pensava naquilo: “Deus queira que não, Deus queira que não, Deus queira que não”. E andava para trás e para a frente.</p>		
<p>I-Tinha esperança que eles estivesse...</p> <p>P1- Porque da maneira que eu olhei para ele, na minha ideia ele estava a fingir, ou estava...pronto a fingir, talvez para eu pensar que ele estava mesmo morto. Mas realmente ele estava. Realmente estava.</p>	<p>Afirma que a convicção na possibilidade de ele ainda ter vida se fundou na expressão facial do mesmo. Surgiu-lhe a convicção de que ele estava apenas a simular a sua morte.</p>	<p>Convicção de que o companheiro não tinha morrido induzida pela expressão facial do mesmo.</p>
<p>I- Havia aquela ideia de</p>	<p>Afirma que enquanto</p>	<p>Agitação e desejo de que o</p>

<p>que talvez não, não é?</p> <p>P1- Eu estava cá em baixo e estava...mesmo para mim, falava sozinha: “Deus queira que não, Deus queira que não, Deus queira que não”. Só apertava era o telemóvel: “Deus queria que não”. Andava para trás e para a frente. De repente, chegou os carros da polícia. E o que é que se passa? “Eu acho que matei um homem”. E onde é que está? “Está lá em cima, terceiro andar”. Eles algemaram-me logo, eu fiquei cá em baixo e dois deles foram lá acima. E sempre era verdade.</p>	<p>esperava pelas autoridades estava muito agitada desejando profundamente que o companheiro não estivesse morto. Afirma que após a chegada das autoridades, a questionaram sobre a ocorrência, P1 respondeu que afirmava estar convicta de ter cometido um homicídio e indicou o local onde o corpo se encontrava, as autoridades algemaram-na, mantendo-a na entrada do prédio e que subiram ao apartamento. Chegados lá acima, as autoridades confirmaram o óbito.</p>	<p>companheiro não tivesse morrido enquanto aguardava pela confirmação do mesmo.</p>
<p>I-Muito obrigado pela sua participação.</p>		

Anexo 4: Transcrição e Análise de Conteúdos P2

<p>I- Antes de mais diga-me a sua idade. P2- 32 anos.</p>	<p>Questionada sobre a idade, a participante informa que tem 32 anos.</p>	
<p>I- 32. Está aqui detida há quanto tempo? P2- 5 anos e 7 meses.</p>	<p>Questionada sobre há quanto tempo está detida, a participante informa ser reclusa há 5 anos e sete meses.</p>	<p>Está reclusa há 5 anos.</p>
<p>I- O que é que a trouxe cá? Não sei se podemos começar por aí. P2- Eu estou cá condenada a um crime de homicídio. Estou condenada a 9 anos. Hmm... (pausa) Eu matei a minha filha recém-nascida.</p>	<p>Questionada sobre o motivo pelo qual foi detida, a participante informa estar detida pelo homicídio da filha recém nascida.</p>	<p>Cometeu um neonaticídio.</p>
<p>I- Com quanto tempo? P2- No momento do parto.</p>	<p>Questionada sobre a idade da filha quando cometeu o homicídio, a participante esclarece que foi logo após o nascimento.</p>	
<p>I- Antes disso, a gravidez foi planeada? P2- Não.</p>	<p>Questionada sobre se a gravidez foi planeada, a participante responde negativamente.</p>	<p>Filha nasce de uma gravidez não planeada.</p>
<p>I- Era um relacionamento que tinha? P2- Sim. Sim, foi um</p>	<p>Questionada sobre se a filha nasce na sequência de um relacionamento, a</p>	<p>Filha não nasce na altura que considera mais propícia.</p>

relacionamento que eu tinha... não foi a melhor altura.	participante responde afirmativamente, esclarecendo que não considerava aquela como a altura mais propícia para ter um filho.	
I- Já estavam juntos há muito tempo? P2- Sim, sim mas a nossa atividade profissional fazia com que estivéssemos muito tempo separados.	Questionada sobre se a relação já era duradoura, a participante responde afirmativamente. Ressalta no entanto que passavam pouco tempo juntos, por culpa das suas actividades profissionais.	Relação longa mas passava pouco tempo com o companheiro.
I- Qual é que era a sua atividade? P2- Eu dava formação, o meu ex-companheiro também. Chegávamos a estar seis meses, por exemplo, sem estar em _____ e às vezes até sem estar em Portugal.	Questionada sobre a sua actividade profissional, a participante esclarece que era formadora e que tanto ela como o companheiro passavam longas temporadas fora da área de residência.	Longas temporadas fora da residência por consequência da actividade profissional.
I- Vocês partilhavam o desejo de ter filhos? Ou nunca tinham abordado esse assunto? P2- Nunca tínhamos abordado o assunto. Não era a melhor altura.	Questionada sobre se alguma vez tinha discutido com o companheiro a possibilidade de terem filhos, a participante responde negativamente, reforçando não ser a altura mais propícia.	Nunca tinha discutido a possibilidade de ter filhos com o companheiro.
I- Mas tinha esse desejo,	Questionada sobre se tinha	Tinha o desejo de ser mãe

<p>de vir a ser mãe alguma dia?</p> <p>P2- Sim.</p> <p>I- Não era é naquela altura?</p> <p>P2- Sim, sim..</p>	<p>o desejo de ser mãe, responde afirmativamente, concordando com o investigador quando este ressalva que não seria naquela altura.</p>	<p>mas não no momento em que ocorreu a gravidez.</p>
<p>I- E quando engravidou o que é que...</p> <p>P2- Eu soube muito tarde que estava grávida... na altura (pausa)... Eu não sei, eu não devo ter processado bem a informação, fui deixando andar, fui deixando seguir, sempre com alguma aversão, embora tenha gostado de estar grávida. Foi um período bastante agradável... Mas nunca... foi quase como se fosse... um brinquedo, agora não me apetece brincar, brinco mais tarde.</p>	<p>Questionada sobre como lidou com a gravidez, a participante responde que tomou conhecimento tardiamente da mesma e que foi evitando lidar com o assunto. Afirma que foi um período agradável, fazendo em seguida o paralelismo da filha com um boneco com o qual não lhe apetecia brincar na altura, apenas mais tarde.</p>	<p>Descreve a gravidez como uma experiência positiva ainda que com alguma aversão, mas com a qual evitou lidar. Filha equiparada a um boneco,</p>
<p>I- Mas gostou da experiência de estar grávida?</p> <p>P2- Gostei.</p>	<p>Questionada sobre se gostou da experiência da gravidez, responde afirmativamente.</p>	<p>Gostou da experiência de gravidez.</p>
<p>I- Isso foi partilhado? Como é que o seu</p>	<p>Questionada sobre se a experiência de gravidez foi</p>	<p>Gravidez não partilhada com o companheiro.</p>

<p>companheiro lidava...</p> <p>P2- Não, não foi partilhado, ele estava fora, aliás ele participou muito pouco.</p>	<p>partilhada com o companheiro, a participante responde negativamente.</p>	
<p>I- Mas sabia?</p> <p>P2- Não.</p> <p>I- Ok.</p> <p>P2- Porque na altura em que eu tive a confirmação que estava grávida, ele não estava cá e eu guardei para mim, foi... foi... não sei foi um bocado autista quase. E... mas gostei.</p>	<p>Questionada sobre se o companheiro tinha conhecimento da gravidez, responde negativamente. Esclarece que ele não estava presente e que acabou por guardar isso para si, afirma que foi um comportamento autista.</p>	<p>Ocultou a gravidez.</p>
<p>I- Alguém sabia para além de si?</p> <p>P2- Não.</p>	<p>Questionada sobre se mais alguém sabia da gravidez, responde negativamente.</p>	
<p>I- E consegui ocultar? Do ponto de vista físico?</p> <p>P2- Sim, sim, eu era bastante mais magra, mas comecei a engordar não só de barriga. No trabalho e porque eu lidava com pessoas apenas temporariamente, ou seja estava seis semanas, três ou seis semanas, consoante as formações, aí eu não tinha que esconder porque</p>	<p>Questionada sobre se conseguiu ocultar fisicamente a gravidez, responde que das pessoas com quem comunicava apenas temporariamente, não tentou esconder. Das outras sim, usando umas roupas mais largas e alegando apenas que tinha engordado.</p>	<p>Ocultou a gravidez das pessoas com quem não lidava apenas numa base temporária.</p>

<p>eram pessoas que eu não voltaria a ver. E portanto, umas roupas mais largas, engordei uns quilos e pronto.</p>		
<p>I- E para si, pensava... ou seja, as mulheres quando estão grávidas começam a ter certos cuidados... P2- Sim, sim, sim tudo, suplementação alimentar, cuidados, tudo, cheguei inclusive a controlar a diabetes, tenho pessoas na família que têm diabetes e cheguei a fazer esse controle e tudo.</p>	<p>Questionada sobre se teve os cuidados necessários durante uma gravidez, responde afirmativamente, dando exemplos de algumas práticas.</p>	<p>Teve os cuidados necessários na gravidez.</p>
<p>I- Antes de tudo acontecer, já sabia como é que ia terminar ou não? P2- Não. Não fazia ideia. Eu não tinha nada planeado. I- Não pensava nisso? P2- Não.</p>	<p>Questionada sobre se durante a gravidez pensara em matar a filha, responde negativamente.</p>	<p>Não planeou matar a filha durante a gravidez.</p>
<p>I- Mas por exemplo, teve esses cuidados, aquilo de comprar roupas e essas coisas, fez alguma dessas coisas?</p>	<p>Questionada sobre se adquiriu os bens essenciais para um bebé, responde que adquiriu muito poucos.</p>	<p>Adquiriu apenas alguns dos bens necessários para um bebé.</p>

P2- Muito pouco.		
I- Mas fez algumas? P2- Sim, comprei algumas roupinhas, procurei reunir assim um cabaz de coisas, mas por exemplo, a caminha, o ovo, nunca comprei.	Revela que comprou algumas roupas de bebé mas que não adquiriu a cama de bebé ou o ovo de transporte.	Adquiriu algumas roupas, mas não adquiriu outros objectos essenciais.
I- Porquê? P2- Não sei... (pausa) ... Não estava a ver materializar-se na altura... algo que era tão evidente, mas não estava...	questionada sobre o porquê de não ter adquirido objectos tão essenciais, responde que não sabe explicar, afirmando que era algo que não se estava a materializar.	Afirma que a ideia do nascimento de uma criança não se materializava na sua mente.
I- Ou seja, parece que por um lado fazia as coisas, mas por outro não fazia todas? P2- Exato. I- Consegue perceber o porquê? P2- Não, não consigo perceber porquê. E realmente, isto já aconteceu há 9 anos, ao longo deste tempo a única analogia que eu consigo fazer é realmente com um boneco, agora não me	Questionada sobre o paradoxo das suas acções, concorda com ele. Instada a explica-lo, afirma que não consegue, e que os factos já ocorreram a 9 anos, sendo que tem tentando compreendê-los desde aí, repetindo a analogia com o brinquedo, considerando grave que tenha pensado assim sobre uma vida humana, que ainda por cima considera que devia proteger.	Não consegue explicar o paradoxo das suas acções. Faz analogia da filha como um brinquedo com o qual não queria brincar na altura, apenas mais tarde. Auto-critica da visão da filha como um brinquedo.

<p>apetece brincar. E... quer dizer estamos a falar de uma vida humana, ainda por cima, de uma vida que eu deveria proteger, não é, mas é a única analogia que eu consigo fazer.</p>		
<p>I- A sua filha nasceu onde? P2- Em casa. I- Em casa...</p>	<p>Questionada sobre o local de nascimento da filha, responde que nasceu em casa.</p>	<p>A filha nasceu em casa.</p>
<p>P2- Eu nunca tinha tido filhos, nem tenho filhos, não fazia ideia... aliás eu nem sequer me lembro do momento do parto. Hmm... I- Estava sozinha? P2- Estava. Estava sozinha não... não fazia ideia, quer dizer senti uma dor nas costas e tendo em conta que naquela altura eu tinha dores já em todo lado, até nas pestanas, fui para a sala descansar um bocadinho. Senti vontade de ir à casa de banho, fui à casa de banho que era mais perto da sala e lembro-me muito pouco do que aconteceu depois</p>	<p>Afirma que não se recorda do momento do parto e que estava sozinha. Descreve que sentiu dores e vontade de ir à casa de banho, afirma que não se recorda e que lhe parece que foi tudo muito rápido, quando aparentemente não terá sido. Afirma não ter consciência do que aconteceu durante o parto.</p>	<p>Não se recorda do momento do parto. Parece que foi tudo muito rápido. Não tem noção do que aconteceu durante o parto.</p>

<p>porque aquilo que me parece é que terá sido muito rápido, aparentemente não foi... não tenho assim muita noção do que é que aconteceu.</p>		
<p>I- Mas depois de a sua filha nascer como é que... P2- Não sei! Eu lembro-me de ter ido à dispensa da casa, lembro-me de ter ido à cozinha... não me lembro como, não me lembro... só me lembro de estar nesses sítios, porque depois...</p>	<p>Questionada sobre o que fez depois de a filha nascer, a participante revela que não sabe. Recorda-se apenas de dois momentos isolados, um em que foi à dispensa e outro em que foi à cozinha.</p>	<p>Não se recorda do que fez depois de a filha nascer. Recorda-se de ir à dispensa e à cozinha.</p>
<p>I- Mas lembra-se do que é que fez com ela? P2- Não. Eu sei o que é que aconteceu porque... porque estou aqui.</p>	<p>Afirma não se recordar do que fez com a filha, afirmando que sabe o que aconteceu, porque isso esteve na origem da sua prisão, mas não se recorda.</p>	<p>Não se recorda do que aconteceu.</p>
<p>I- Pode-me dizer o que é que aconteceu? P2- Hmm... a bebé foi colocada em sacos plásticos dentro do meu armário. Dentro do meu roupeiro. Num quarto que, que era o terceiro quarto</p>	<p>Questionada sobre o que aconteceu, responde que colocou a bebé dentro de sacos de plástico e a colocou num armário de um quarto de arrumações. Afirma que deduz o que foi fazer à dispensa e à</p>	<p>O relato, de que colocou a bebé em sacos de plástico e colocou-a num armário de um quarto de arrumações, é feito na voz passiva. Não se recorda deste evento.</p>

<p>da casa portanto um quarto mesmo de arrumações... humm... portanto eu desconfio o que é que possa ter ido fazer à dispensa e o que é que possa ter ido fazer à cozinha, mas eu não me lembro.</p>	<p>cozinha, mas não se recorda.</p>	
<p>I- A dispensa era onde guardava... P2- Onde eu guardava sacos limpos. Portanto não os sacos de supermercado, sacos que na altura se trazia das caixas de supermercado para ter. E... e quanto à cozinha, e por aquilo que eu mais tarde vi, porque eu não...não vi logo as fotografias que foram tiradas pela Polícia Judiciária, nem nada, mas mais tarde disseram-me que o cordão umbilical estava cortado e bem cortado... e havia sangue na cozinha portanto provavelmente eu terei ido cortar o cordão umbilical. Realmente eu sempre tive</p>	<p>Descreve que na dispensa era onde guardava os sacos de plástico limpos. Sobre a cozinha afirma que deduz que terá lá ido para cortar o cordão umbilical da bebé pois sabia que o bebé entrava em sofrimento se mantivesse o cordão umbilical fora da barriga da mãe. Reforça que não se recorda de realizar nenhuma destas acções, nem a de colocar a filha em sacos de plástico.</p>	<p>Deduz pelo que verificou nas imagens da polícia que foi buscar os sacos à dispensa e que terá ido à cozinha para cortar o cordão umbilical pois sabia que era prejudicial para a bebé se o mantivesse. Afirma não se recordar disto nem de colocar a filha em sacos de plástico.</p>

<p>a noção que os bebés entram em sofrimento quando não... quando estão fora do corpo da mãe entram em sofrimento se não lhes cortarem o cordão umbilical. E eu há muitos anos que sei isso, não sei porquê, talvez na escola tenha aprendido ou qualquer coisa, provavelmente terá sido isso. Mas eu não me lembro de cortar o cordão umbilical, não me lembro de colocar a bebé em sacos plásticos...</p>		
<p>I- Não se recorda então de... P2- Nem sequer me recordo de chegar ao hospital.</p>	<p>Afirma também não se recordar de chegar ao hospital.</p>	<p>Não se recorda de chegar ao hospital.</p>
<p>I- Como é que chegou ao hospital? P2- O meu ex-companheiro chegou a casa, viu-me e terá chamado... eu não sei exatamente como, ou melhor sei que foi ele, sei que foi ele que chamou</p>	<p>Questionada sobre como terá sido conduzida para o hospital, afirma não se recordar, mas que o seu companheiro terá chegado a casa e chamada os bombeiros. Ressalva que o próprio depoimento dos envolvidos não é claro</p>	<p>Foi o companheiro que a encontrou e chamou ajuda.</p>

<p>socorro, e quanto ao resto não sei como é que se desenrolou, não sei se ele detetou alguma coisa, se terão sido os bombeiros, porque inclusivamente o depoimento dos bombeiros não foi muito conclusivo nesse aspeto, portanto não sei...</p>	<p>sobre esse ponto.</p>	
<p>I- Mas a questão é: a E sabe que fez isso por uma questão lógica, não é? Porque não poderia ter acontecido de outra maneira ou sabe porque algo em si sabe o que fez mas é uma questão de não se conseguir recordar?</p> <p>P2- Eu sei que fui eu que fiz, não estava ninguém em casa, ninguém poderia fazê-lo por mim, fisicamente e espacialmente. E portanto tirando essas coisas mesmo factuais, eu sei que fiz, só não sei exatamente como.</p>	<p>Questionada sobre tem consciência dos seus actos apenas de não os recordar, esclarece que sabe por uma questão lógica, o que fez. Mas que para além disso, também sabe que fez, não conseguindo no entanto recordar como.</p>	<p>Tem consciência de ter cometido os actos apesar de não se recordar deles.</p>
<p>Portanto falta-me horas da minha vida que mudaram tudo e não (pausa)</p>	<p>Afirma que lhe falta um período significativo de tempo na sua memória,</p>	<p>Afirma que tem uma lacuna na sua memória que corresponde ao período do</p>

<p>portanto elas faltam-me, eu sei que elas aconteceram, mas elas faltam-me. Eu faço filmes e, hoje em dia faço menos, tento arrumar o assunto... mas fazia muitas vezes, não sei se serão reconstituições, porque eu só voltei mais uma vez àquela casa e foi com outro intuito, foi com o intuito de a esvaziar... mas... eu tentava refazer os meus passos: de ter acordado de manhã, ter passado num determinado sítio antes de ir trabalhar, de ter ido trabalhar, saído do trabalho, ir para casa, comer qualquer coisa, ter que ir dar uma volta, porque me sentia agoniada, fui-me deitar, levar o computador para a cama, para fazer umas coisas, apagar a televisão, voltar a acender a televisão e ir para a sala, e a partir daí as coisas começam a ser mais... difusas. Portanto, eu estive na sala, já não tenho bem noção de</p>	<p>que é o período que muda a sua vida. Afirma que tenta reconstituir na sua cabeça as acções desse dia, mas que não é capaz. Relata que quando foi a casa tentou recriar os seus passos, mas que não é capaz. Recorda-se de vários momentos do dia, até ao momento em que se dirigiu à sala, e se iniciou o processo de parto, a partir do qual revela que as suas memórias ficaram difusas. Refere que a partir desse período, não tem noção do tempo que demorou nos vários sítios. Afirma também não conseguir explicar porque é que não tinha o telemóvel consigo, referindo que nessa altura tinha sempre o telemóvel perto de si. Afirma ainda não conseguir perceber como é que conseguiu realizar o parto sozinha.</p>	<p>parto e subsequente.</p> <p>Tenta reconstruir mentalmente o sucedido.</p> <p>Memórias difusas a partir do início do processo de parto.</p> <p>Perda da noção do tempo a partir do início do processo de parto.</p> <p>Não consegue explicar porque é que não tinha o telemóvel consigo, dado que era habitual tê-lo</p> <p>Incompreensão sobre como conseguiu realizar o parto sozinha.</p>
--	---	--

<p>quanto tempo eu estive na sala, não tenho bem noção de quanto tempo eu estive na casa de banho, não tenho noção porque é que eu não tinha o telemóvel ao pé de mim, que é uma coisa que... isto foi há 9 anos, mas eu há 9 anos já não largava o telemóvel... e conseguia-se fazer muito menos coisas com os telemóveis do que se faz hoje, mas mesmo assim, eu não o largava. Tentar perceber como é que uma mulher sem ajudas... eu...mas se eu me colocar de fora, como é que uma mulher sem ajudas tem um bebé e o que é que faz a seguir... (pausa)...</p>		
<p>e tento, mesmo que não seja, portanto, eu realmente eu não me consigo lembrar por muito que, que me esforce. Mas mesmo que não seja exatamente aquilo que aconteceu, era importante eu conseguir ter lá peças que encaixassem naquele puzzle, podiam não ser as</p>	<p>afirma que tenta intensamente recriar a situação, para conseguir compreendê-la.</p>	<p>Tentativa de recriar mentalmente a situação. Necessidade de compreender o que fez e porque o fez.</p>

<p>exatas, mas peças que encaixassem lá para conseguir compreender como é que pode ter sido.</p>		
<p>. E podia ser que tentando resolver esse momento, essas horas da minha vida, eu conseguisse encontrar uma certa paz, não é paz de espírito, porque isso eu nunca vou ter, mas uma certa paz, não ter aquela ansiedade de, de saber o que é que aconteceu e podia ser que eu viesse a compreender como é que se tinha passado tudo e acertar as peças que eu tinha colocado... perceber o que é que me levou a tomar aquela decisão</p>	<p>Afirma que se conseguisse saber o que fez, talvez encontrasse uma certa paz, afirmando que não é paz de espírito, pois considera que essa nunca mais obterá. Sente contudo que poderia diminuir a sua ansiedade e compreender o que levou à tomada daquela decisão.</p>	<p>Necessidade de compreender a situação para encontrar paz. Convicção de que nunca obterá paz de espírito. Consideração de que saber o que fez diminuiria a ansiedade e ajudaria a compreender a tomada de decisão.</p>
<p>Porque se eu tive uma bebé que não queria, mas dois dias depois quando eu acordo no hospital e tenho noção do que faço, já queria, que decisão é que eu tomei naquele momento que não pudesse voltar atrás.</p>	<p>Questiona-se sobre o porquê de não querer a bebé, mas posteriormente ao acordar no hospital considerar que queria a sua filha. Questiona-se sobre a decisão tomada naquele momento, que se torna irreversível.</p>	<p>Questionamento sobre o porquê de não querer a filha quando nasceu e quando acordou no hospital já a querer. Questionamento sobre o que a levou a tomar uma decisão irreversível.</p>
<p>Porque é que eu fui para a direita em direção à cozinha e porque é que</p>	<p>Questiona-se sobre o porquê de ter tomado o caminho que a conduziu a</p>	<p>Questionamento sobre o porquê de ter seguido o caminho que a levou a</p>

<p>não fui para esquerda em direção à lareira da sala para ir buscar o telemóvel para pedir ajuda.</p>	<p>matar a filha e não o caminho de pedir ajuda.</p>	<p>matar a filha ao invés do caminho para pedir ajuda.</p>
<p>Eu só queria compreender às vezes mais até do que aquilo que eu fiz, queria compreender em que é que eu estava a pensar no momento. Porque... (pausa)... era só isso que eu queria compreender porque...</p>	<p>Afirma que para si, seria mais importante compreender o que estava a pensar no momento em que levou a cabo os actos, do que o fez exactamente. Pois queria compreender.</p>	<p>Considera mais importante perceber o que estava a pensar quando cometeu o homicídio do que perceber a forma exacta como o cometeu.</p>
<p>já me chamei todos os nomes existentes no dicionário da língua portuguesa, já, já me senti bem lá em baixo, e ainda me sinto muitos dias, mas isso já não interessa eu só queria compreender. (pausa) Que decisões é que eu tomei naquele momento, que não podiam ser diferentes ou pelo menos só compreender porque é... em que é que eu estava a pensar, mais do que saber exactamente o que é que fiz, porque não há-de ter sido muito diferente de meter a bebé dentro de um saco e metê-</p>	<p>Afirma que já se insultou intensamente e que já experimentou sentimentos de mal estar profundo, e que queria compreender que decisões tomou naquele momento, e o que estava a pensar para as tomar. Revela que isso era mais importante para si do que saber o que fez, pois isso não variará muito daquilo que constatou ter feito.</p>	<p>Insultou-se muito a si mesma. Experiência de sentimentos de profundo abatimento. Necessidade de compreender que decisões tomou e o que estava a pensar. Considera mais importante perceber o que estava a pensar quando cometeu o homicídio do que perceber a forma exacta como o cometeu, dado que com essa forma veio a confrontar-se.</p>

<p>la no armário. Porque inevitavelmente foi isso que aconteceu, mais tempo ou menos tempo, terá sido isso.</p>		
<p>I- Deixe-me só voltar um bocadinho atrás. Disse-me que não era a altura, o que é que a fazia ver que não era aquela a altura? Era a questão profissional de passarem pouco tempo juntos?</p> <p>P2- Era a questão profissional sem dúvida. Eu tinha 24 anos, queria estudar ainda, porque tinha o gosto de fazer um mestrado. O meu ex-companheiro também estava a estudar, embora no caso dele fosse uma coisa para continuar e nem sei se hoje já concluiu... (pausa) ... a situação profissional não era a ideal. Trabalhava a recibos verdes, ele também, embora ele tivesse uma situação profissional mais estável naquele momento e complementasse com as</p>	<p>Questionada sobre o porquê de considerar que aquela não seria a altura mais propícia, responde que um dos factores era a questão profissional e o facto de ser nova e tanto ela como o companheiro queriam estudar. Afirma também que a situação profissional era instável e que a relação era frágil, estando ela convicta de que não iria construir uma família sólida com aquele companheiro naquele momento.</p>	<p>Não considerava ser altura propícia por ser nova e querer estudar, pela instabilidade profissional, e pela fragilidade da relação que considerava que não resultaria numa família sólida.</p>

<p>formações. Mas a nossa relação era frágil e portanto eu sabia que não iria constituir uma família muito sólida fosse naquele momento ou fosse com ele.</p>		
<p>I- Mas financeiramente era possível, certo? P2- Não era impossível. Não seria talvez... I- Ideal? P2- Ideal, porque iria ter de prescindir de algumas coisas ou não poderia dar à bebé tudo aquilo que eu gostaria, mas era possível.</p>	<p>Questionada sobre se financeiramente seria possível sustentar a criança, responde afirmativamente ainda que ressalvando que para tal seria necessário prescindir de algumas coisas.</p>	<p>Financeiramente seria possível sustentar a criança ainda que não fosse a situação ideal.</p>
<p>I- Acredito que durante este período todo da gravidez, foi colocando sempre os vários cenários, correto? P2- Sim.</p>	<p>Questionada sobre se durante a gravidez colocou vários cenários, responde afirmativamente.</p>	<p>Colocou vários cenários durante a gravidez.</p>
<p>I- Quando punha o cenário... naquela altura já não poderia abortar, por aquilo que eu percebi, não é? P2- Não, não, nem coloquei essa hipótese.</p>	<p>Afirma que não ponderou sequer a hipótese de abortar até porque quando soube já não seria possível.</p>	<p>Não colocou a hipótese de abortar</p>

<p>I- Então como é que projetava o futuro, nessa altura? O futuro imediato, daí a meses?</p> <p>P2- Eu pensava... pensei ou ficava com a bebé ou entregava para adoção. E a partir do momento em que eu soube que entregar um bebé para adoção era algo muito pouco formal, isso sei que na altura me descansou, portanto serviu para eu ir curtindo a gravidez quase no segredo e não me preocupar mais.</p>	<p>Afirma que projectou dois cenários, ou ficava com a filha, ou a entregava para adopção. Esclarece que saber que o processo de adopção não era muito formal, a aliviou e por isso optou por desfrutar da gravidez, não se preocupando muito com o que dela resultaria.</p>	<p>Possibilidade de entrega para adopção aliviou-a.</p> <p>Desfrutou da gravidez sem se preocupar com o que faria após o nascimento.</p>
<p>I- A sua perspectiva era em princípio dar para adoção?</p> <p>P2- Era uma hipótese.</p> <p>I- Às vezes?</p> <p>P2- Às vezes, sim. É mais isso. Às vezes.</p>	<p>Ponderava a hipótese de adopção mas não estava segura da mesma, oscilava entre entregar a criança para adopção ou ficar com ela.</p>	<p>Indecisão entre entregar a criança para adopção ou não.</p>
<p>I- E como é que projetava o futuro? Projetava-o a dois, a três (a dois entre si e a sua filha)?</p> <p>P2- Mais a duas, mais a duas. Aliás ainda hoje se eu pensar nisso e me puser</p>	<p>Afirma que projectava o futuro apenas dela com a filha, ou dela e a filha com outros elementos da família. A figura do pai da criança não estava presente no seu projecto de</p>	<p>Projectava o futuro sem a presença do pai da criança.</p>

<p>a pensar o como é que teria sido, o que eu projeto é sempre a duas ou com outro membro da família mas não tanto com o pai ao pé. Realmente não.</p>	<p>futuro.</p>	
<p>I- Era agradável na altura quando o pensava? P2- Era.</p>	<p>Descreve como agradável a experiência de projectar o futuro com a sua filha.</p>	<p>Projecção de futuro com a filha vivida como agradável.</p>
<p>I- Disse-me, voltando àquele dia, que não se lembra, já lhe tinha acontecido não se lembrar, assim totalmente? Ter assim um vazio? P2- Não.</p>	<p>Afirma nunca ter tido em mais nenhum outro momento (que não o da prática do homicídio) uma lacuna de memória como a que tem associada a estes factos.</p>	<p>Nunca tinha tido uma lacuna de memória como a que resultou da prática dos factos.</p>
<p>I- Não tinha consumido nem álcool, nem drogas? P2- Não.</p>	<p>Nega quaisquer consumos de álcool ou drogas.</p>	
<p>I- Deixou de consumir álcool por estar grávida? Se calhar já não consumia antes. P2- Não, não, eu sempre consumi álcool mas socialmente. I- E durante a gravidez continuou? P2- Não. Não porque lá</p>	<p>Refere que ao longo da vida apenas consumia álcool socialmente. Afirma que durante a gravidez nunca se proporcionou uma situação que a levasse a poder consumir álcool, contudo ressalva que mesmo que se tivesse proporcionado, não teria</p>	<p>Teria o cuidado de não beber álcool durante a gravidez.</p>

<p>está o que acontecia, o que acontece, e ainda hoje quando vou a casa, se alguém fizer anos posso beber um copo de vinho, na passagem de ano abre-se uma garrafa de champanhe e pronto, não é nada...</p> <p>I- Ok, não se proporcionou então na altura...</p> <p>P2- Não e mesmo que se proporcionasse não iria consumir, tinha esse cuidado.</p> <p>I- Ok era isso...</p> <p>P2- Mas não...</p>	<p>bebido pois esse era um cuidado que tinha.</p>	
<p>I- Sim, não foi questão. Como é que tentaria explicar o facto de não se lembrar?</p> <p>P2- Eu não sei, eu não sei se é uma defesa... eu não sei sequer se a resposta se está mesmo à minha frente e eu não quero ver.</p>	<p>Coloca a hipótese de o facto de não se lembrar do homicídio ser uma defesa, e pondera a possibilidade do porquê de ter cometido o homicídio estar mesmo ao seu alcance, mas ela não conseguir atingi-lo.</p>	<p>Põe a hipótese da lacuna de memória ser uma defesa.</p>
<p>E se os cenários que eu imagino, porque não variam muito, são alguns deles resposta e por eu não ter... porque... não há</p>	<p>Considera que talvez não seja capaz de responder a si mesma sobre o porquê de ter morto a filha, porque talvez esteja a</p>	<p>Procura de uma razão significativa para explicar o homicídio, contudo existe a ponderação da possibilidade da resposta</p>

<p>justificação nunca, nunca há para tirar uma vida muito menos tirar uma vida a um bebé desprotegido que eu tenho a missão na vida de proteger. E portanto a justificação tem de ser algo muito pouco plausível, muito fútil... e se calhar o que eu estou à procura é de uma resposta, sei lá, iluminada, uma relação qualquer, quando provavelmente as coisas que se passaram são bem simples</p>	<p>exigir de si mesma uma resposta mais complexa do que a real. Considera que nada justifica matar alguém, muito menos alguém que tem o dever de proteger, e por isso considera que talvez o motivo para o ter feito seja algo muito mais leviano do que aquilo que ela procura.</p>	<p>ser algo leviano. Nada justifica a morte de outra pessoa, principalmente de alguém que tem o dever de proteger.</p>
<p>porque eu efetivamente não me lembro de sentir dores, quer dizer, eu lembro-me de sentir dores, por isso é que eu saí da cama onde estava deitada para ir, correr a casa toda, ir até à sala, e da sala fui à casa de banho, mas nesse momento eu não me lembro de mais nada, porque provavelmente eu não tenho também mais nada que me lembrar. Porque... eu não senti realmente grandes dores,</p>	<p>Afirma que não se recorda das dores de parto, corrigindo depois que as sentiu porque foi por esse motivo que saiu da cama e passou para outra assoalhada, ressalva depois que as dores não terão sido muito fortes. Afirma que não se recorda de mais nada, estando convicta de que estava assustada, algo que considera que todas as mulheres estarão naquele momento.</p>	<p>Recorda algumas dores que antecederam o parto e sabe que estava assustada mas não recorda o momento do parto.</p>

<p>eu não, não pensei em nada naquele momento, sei que estava assustada mas isso acho que todas as mulheres ficam, penso eu, e não me lembro de mais nada, e provavelmente...</p>		
<p>eu não sei se pensei “ok agora estou metida numa alhada vou... vou-me ver livre da bebé”, “ok, eu não a quero”, ou eu não sei se pensei inclusivamente “olha não gosto da tua cara, tchau”... eu não sei.</p>	<p>afirma que não sabe se cometeu o homicídio para se livrar dos problemas associados ao nascimento de uma criança na sua circunstância, ou se simplesmente não gostou do aspecto da criança.</p>	<p>Incapacidade de determinar o motivo do homicídio, colocando como hipóteses a vontade de ser ver livre das consequências de ter uma filha ou o facto de não ter gostado do aspecto da filha.</p>
<p>Mas se calhar o que ocorreu foi “eu estou assustada como é que eu tenho que resolver?”. Como isso para mim é tão fútil, provavelmente, isso não chega. Provavelmente tinha que haver algo muito... (pausa)... alguma coisa que viesse justificar o que eu fiz, e se calhar nunca vou encontrar. Independentemente de poder ter a sequência daquilo que aconteceu, ou a sequência daquilo que eu pensei, teria que ser algo</p>	<p>Coloca a hipótese de o motivo que determinou o homicídio tenha sido o facto de estar assustada e não saber como lidar com o assunto. Acredita que este motivo é fútil e que por isso talvez procure um motivo que ela considerasse como mais significativo para justificar a acção, mas acredita que o motivo não será assim tão forte.</p>	<p>Hipótese de o homicídio ter sido cometido em resultado do medo gerado pela situação. Procura de um motivo significativo por considerar os motivos que lhe ocorrem demasiado fúteis, crença contudo de que o motivo real não será muito significativo.</p>

<p>muito, nem sei se, elaborado não, mas teria de seu algo muito, muito forte para justificar aquilo que eu fiz. E como eu... eu acredito porque não sei, eu acredito que não foi algo assim tão forte.</p>		
<p>Fala com um certo distanciamento, como se fosse outra pessoa. Sente que era outra pessoa? P2- Eu acho que era outra pessoa, porque... (pausa)... quem faz o que eu fiz não é uma pessoa minimamente... pessoa. E até àquele momento e horas depois daquilo, eu não era assim nem fui assim depois disso. Portanto, quem foi capaz daquilo, quase que não posso ser eu. Por isso é que eu às vezes até chego a falar na terceira... a falar ou a pensar... porque eu não falo com muita gente acerca disto e falo consigo porque provavelmente nunca mais o vou voltar a ver, e portanto é um</p>	<p>Afirma que sente que a pessoa que cometeu o homicídio é outra pessoa, porque quem comete um homicídio não é minimamente humano. Considera que até àquele momento e depois daquele momento não foi assim, e que por isso não pode ser a mesma pessoa. Afirma que habitualmente não fala do homicídio</p>	<p>Clivagem entre a pessoa que cometeu o homicídio e a sua percepção de si mesma no seu quotidiano.</p>

<p>perfeito desconhecido... Aquele pessoa que naquela noite, entre x e x, mais ou menos, entre a meia-noite e as quatro da manhã... Portanto a pessoa que entre a meia-noite e as quatro as cinco da manhã fez aquilo não é a pessoa que eu entendia que eu era e que eu sou.</p>		
<p>É claro que é um bocadinho diferente, depois de ter noção daquilo que fiz porque... porque há uma parte que ficou morta ou adormecida, há uma parte que pensa, também, muitas vezes, que “se fizeste uma vez podes voltar a fazer”, há uma parte que pensa que não vai voltar a acontecer, mas que para minimizar um bocadinho o dano tenho que dar mais às pessoas que ficaram magoadas, porque depois isto foi em cadeia não é? Porque isto não me prejudicou a mim diretamente mais do que</p>	<p>Afirma que uma parte de si morreu ou adormeceu após o homicídio, e há uma parte que teme que possa voltar a cometer um acto destes por já o ter feito no passado e outra parte que acredita que nunca mais se repetirá. Afirma que a sua família sofreu pela sua acção, bem como o seu ex-companheiro e os seus amigos, e que por isso tenta mimar as pessoas mais próximas.</p>	<p>Afirma que uma parte de si morreu ou adormeceu após o homicídio, que há uma parte teme que possa voltar a acontecer. Investimento nos outros significantes como forma de os compensar pelo sofrimento gerado pelo seu crime.</p>

<p>prejudicou outras pessoas da minha família, tenho mãe, tenho um irmão, tenho o meu ex-companheiro que também foi prejudicado, e tenho mais família, tenho amigos que também foram, também são, no fundo, um bocadinho vítimas. E portanto, todos os dias eu tento, não é compensá-los mas... tento mimá-los.</p>		
<p>I- O seu ex-companheiro, chegou a contactar com ele depois disto? Como é que foi?</p> <p>P2- Sim, sim nós estivemos separados durante bastante tempo, ainda tentámos reatar, não correu muito bem... correu, durante algum tempo. Mas era inevitável, havia muita dor, muita mágoa.</p> <p>I- Como é que ele lidou com isso?</p> <p>P2- Não lidou, ainda eu estava no hospital, já ele estava a mudar-se para um apartamento que ele tinha</p>	<p>Afirma que chegou a contactar com o seu ex-companheiro depois do homicídio tendo inclusivamente tentado reatar a relação, mas que esta não funcionou, na sua opinião porque havia muita mágoa, pouca disponibilidade e porque ela teria de cumprir pena por isso não valia a pena prolongar algo que já estava moribundo e que ela acredita que provavelmente já o estaria antes do homicídio.</p> <p>Afirma que depois estiveram sem contactar de</p>	<p>A relação com o companheiro não funcionou após o homicídio porque havia muita mágoa, pouca disponibilidade e porque ela teria que cumprir pena, mas ela considera que já estava degradada antes. Nunca abordaram o assunto do homicídio e estiveram um período sem contactar de todo.</p>

<p>em/no _____ fechado. Estivemos algum tempo sem contacto, mas sem contacto mesmo. As minhas coisas, foi alguém tirar de lá de casa, eu não quis ir para minha casa quis ir para casa da minha mãe. Porque estava mais acompanhada e a minha casa também estava alugada, portanto não fazia sentido... fiquei em casa da minha mãe, mais tarde tínhamos de decidir o que fazer com aquela casa, tivemos que falar, e... eu sei que ele está magoado, mas para ele é como se o assunto não existisse. Por vezes, e principalmente aqui, nos serviços de tratamento penitenciário, dizem-me que eu deveria falar mais sobre o assunto, porque é como se não tivesse acontecido, no caso dele é como se não tivesse acontecido mesmo, isso eu tenho a certeza. Nós tentámos reatar, mas realmente havia muita mágoa, muito pouca</p>	<p>todo, e que quando estiveram juntos não abordavam o homicídio era como se o facto não tivesse acontecido. Sabe, contudo, que o seu companheiro ficou muito magoado consigo. Afirma que nos serviços prisionais lhe dizem que devia falar mais sobre o assunto para lidar com ele.</p>	
--	--	--

<p>disponibilidade dele para me acompanhar e... e enfim, inevitavelmente eu teria de cumprir... cadeia... e portanto não valia a pena estar a prolongar uma coisa que já estava moribunda. Provavelmente já estava moribunda há muito tempo, independentemente da minha situação.</p>		
<p>Disse-me que lhe dizem que devia falar mais disso, ainda agora me disse que falava sobre isto com muito pouca gente, e falaria comigo porque não me voltaria a ver, o que é que sente para não falar? Ou seja, porque é que evita falar disso? É por si? Ou é pelo que espera da reação dos outros?</p> <p>P2- Pelas duas coisas. Porque eu tenho noção de que ainda tenho muitas incoerências em relação a este tema. E magoa-me. Magoa-me e não me magoa só enquanto eu estiver a ter esta conversa</p>	<p>Afirma que evitar falar no homicídio quer pelo impacto que tem em si, quer pelo impacto que tem nos outros. Afirma que a magoa falar no assunto porque tem muitas incoerências em relação a ele e porque continua a pensar nele mesmo após as conversas terminarem, tentando utilizá-las para se perceber melhor e perceber melhor o que se passou. Afirma também que não quer que os outros não gostem dela e que isso também a condiciona a abordar este assunto. Considera, contudo, esta</p>	<p>Evita falar do assunto porque a magoa, pelo facto de não o compreender e pelo facto de ficar a pensar nele quando o aborda, e também porque não quer que os outros não gostem dela. Considera isso como uma perspectiva egoísta pois ela sobreviveu.</p> <p>3 tentativas de suicídio após o homicídio.</p>

<p>consigo, eu vou sair daqui, provavelmente quando sair daqui irei continuar a trabalhar e vou estar a pensar nisto e vou estar a procurar, através desta conversa, conhecer-me um bocadinho melhor e tentar chegar a alguma conclusão, porque as procuro todos os dias e quando falo do assunto ainda as procuro mais. E por outro lado é um ato isolado que me define, mas eu tenho um bocadinho a fobia social, eu não quero que não gostem de mim. E isto é o meu lado mais egoísta a falar porque... (pausa)... eu estou cá, não morri naquela noite, não morri das outras 3 vezes que tentei, e portanto não vou fazer mais nada para morrer e vou ter que lidar com isto todos os dias da minha vida a menos que tenha alzheimer, entretanto, ou qualquer outra doença degenerativa.</p>	<p>como uma perspectiva egoísta, porque ela sobreviveu quer à noite do homicídio quer a 3 tentativas de suicídio e por isso terá que lidar com o assunto.</p>	
--	---	--

<p>Tentou-se matar?</p> <p>P2- Sim.</p> <p>I- Nesse dia?</p> <p>P2- Não, não estava mesmo em condições físicas, quanto mais psicológicas. Mais tarde sim, sempre com comprimidos, aqui... a cadeia é um sítio extremamente cruel, isto é doloroso, isto passa-se, mas há alturas muito difíceis e muito cruéis e quando nós temos problemas as pessoas têm gosto em calcar mais. E portanto aqui também já quis desistir. Hoje não, hoje até posso morrer no último dia da minha pena, mas aqui eu não vou morrer, para não dar esse gosto a várias pessoas. E portanto aqui também tentei e também passei 2 anos muito complicados, os dois primeiros anos, mas... enfim, acho que tenho que cá estar principalmente pela minha família, pelas pessoas que me continuam a apoiar e</p>	<p>Relata que as três tentativas de suicídio, após o homicídio mas não no mesmo dia. Algumas aconteceram na cadeia, com comprimidos. Refere como muito doloroso o ambiente na cadeia onde considera que perante as adversidades os outros as agravam ainda mais. Afirma que está convicta que não voltará a tentar suicidar-se na cadeia pois não quer dar o prazer da sua morte a algumas pessoas e também por considerar que a família merece que ela continue viva.</p>	<p>Três tentativas de suicídio com comprimidos, ambiente da cadeia contribuiu para isso. Convicção de que não voltará a tentar suicidar-se na cadeia porque a família merece e para não dar esse prazer a algumas pessoas.</p>
---	--	--

<p>que continuam a acreditar em mim.</p>		
<p>I- Disse-me, estou a insistir nisto porque é notório, acaba por distinguir muito aquela pessoa, certo, daquelas horas, mas simultaneamente diz que é um ato que a define. Sente que esse ato a definiu daí para a frente?</p> <p>P2- Claro que sim, claro que sim. Eu muitas vezes, seja aqui, seja... todos nós temos discussões, todos nós nos aborrecemos, todos nós temos coisas de que não gostamos e constantemente eu evito por vezes dizer ou fazer coisas porque tenho algum receio de me passar outra vez e ser outra vez aquela pessoa que eu não sei quem é.</p>	<p>Afirma que todos temos características ou comportamentos de que não gostamos, mas que no seu caso evita fazer ou dizer certas coisas por ter receio de perder o controlo e emergir de novo a pessoa que ela não reconhecer e que cometeu o homicídio.</p>	<p>Evita comportamentos por temer o reaparecimento da pessoa que cometeu o homicídio e que ela não reconhece.</p>
<p>E não se trata de algo banal, trata-se de... não se trata de uma peça de roupa que eu escolhi mal para ir a um jantar, não se trata de... não se trata de me ter</p>	<p>Afirma que a decisão de matar a filha não foi um erro banal e quotidiano, mas sim de algo muito profundo. Acredita que hoje seria muito mais feliz</p>	<p>Decisão de matar a filha percebida como um erro muito profundo.</p> <p>Considera-se infeliz e está convicta de que seria</p>

<p>engando na carreira, de ter vocação para pescadora e ter sido futebolista. Trata-se de uma vida, trata-se de sentimentos meus, porque eu hoje sinto que seria muito mais feliz também com a minha filha, na altura era bebé agora já teria 9 anos, e portanto eu sei que hoje seria mais feliz... porque eu sou infeliz, porque tenho consciência do que fiz, tenho consciência que estou a causar mal à minha família e porque não tenho a minha filha ao pé de mim e a culpa é minha. Mas depois tenho um quotidiano normal e portanto não ando as 24 horas do dia a chorar pelos cantos e portanto eu tenho a certeza que o meu quotidiano seria bastante melhor e faria sofrer muito menos os outros e a mim também se tivesse cá a minha filha. E se a pudesse mimar e... e todas as coisas que as mães fazem e chatear e castigar e</p>	<p>se tivesse a filha consigo e que é infeliz por ter consciência do que fez e do mal que causou à sua família. Ressalva contudo que por virtude de ter um quotidiano normal, não passa todo o tempo a rememorar estes acontecimentos, tendo contudo a convicção de que a sua vida seria muito melhor se tivesse consigo a sua filha e a pudesse criar, educar e brincar com ela.</p>	<p>muito mais feliz se tivesse a filha consigo e pudesse ter com ela todos os comportamentos de mãe.</p>
--	---	--

<p>corrigir e educar e brincar com ela e tudo isso.</p>		
<p>com ela e tudo isso. I- Alguma vez pensa em si como mãe? P2- Às vezes. I- Não digo como mãe futura, digo como alguém que já foi mãe. Tem essa ideia de si? P2- Às vezes sim. Às vezes sim. Porque por vezes deparo-me com situações em que é inevitável comparar, como é que eu faria... o que é que uma pessoa que já teve pelo menos a experiência de ter um bebé na barriga reage sentindo-se responsável por um ser e isso coloca-nos numa perspetiva completamente diferente. E por vezes já comparei atitudes, comportamentos, decisões que eu teria se me fosse dada a hipótese de... ter aquele filho ou aquela filha, porque é sempre em comparação, não é?</p>	<p>Refere que por vezes se percebe como mãe, e perante os comportamentos dos outros, imagina como é que ela agiria com a filha nessas situações. Afirma que quem já teve uma criança na barriga tem outra perspectiva e sente-se responsável por um ser.</p>	<p>Por vezes percebe-se como mãe, e por comparação pensa como agiria com a filha em determinadas circunstâncias.</p>

<p>I- O que é que sente em relação àquela pessoa daquelas horas, neste momento? Porque às vezes tem medo, não é, que essa pessoa apareça outra vez?</p> <p>P2- Tenho, tenho medo... (pausa)... em primeiro lugar tenho medo... e em primeiro lugar por uma razão muito simples, porque eu não posso mudar o que já aconteceu e portanto eu tenho medo é que venha a acontecer alguma coisa. E tenho não sei se será nojo se será... não gostar mesmo, portanto, detestar, se é que detestar é que é o contrário de gostar, é mesmo detestar, porque é...</p>	<p>Refere que relativamente à parte de si (pessoa) que cometeu o homicídio sente medo em primeira linha e numa segunda linha algo que define como um não gostar muito intenso.</p>	<p>Relativamente à parte de si (pessoa) que cometeu o homicídio afirma sentir medo e um não gostar muito intenso.</p>
<p>I- Mas não é a si?</p> <p>P2- Não sei. Não estava lá mais ninguém. E como toda a gente tenho dias em que não gosto de mim, tenho dias em que acordo e não gosto de me ver ao espelho e acho que tudo corre mal porque eu não sei fazer nada, mas acho</p>	<p>Questionada sobre se esses sentimentos são transmitidos para si ou se apenas para a tal outra pessoa, afirma que tem dias em que não gosta de si, algo que considera ser normal e comum, considera que não tem nenhum distúrbio de</p>	<p>Define a “pessoa” que cometeu o homicídio como uma parte de si, da qual por vezes se consegue afastar por completo mas que acaba sempre a voltar e a pairar sobre si como uma sombra.</p>

<p>que isso já acontecia antes e acho que deve acontecer com toda a gente. Pelo menos com a maioria das pessoas com quem eu me dou, acontece. Não há-de ser nenhum distúrbio de personalidade, distúrbio é sim existir uma parte de mim que faz aquilo que eu fiz.</p> <p>I- Mas que sente como uma outra parte?</p> <p>P2- É alguém que...</p> <p>I- Que não sente como a pessoa que está aqui?</p> <p>P2- Não. Não sou...aliás... é como se... (pausa) houvesse momentos, é inevitável eu todos os dias pensar nisto, mas há momentos em que parece que o que aconteceu não foi comigo sequer, que não foi sequer comigo, com a minha família, com pessoas minhas, parece que não saiu de mim... porque às vezes realmente é possível pôr-me completamente de fora. Mas é por pouco tempo, não é sempre, há</p>	<p>personalidade e como tal foi uma parte de si que cometeu o acto, contudo essa parte não é sentida como parte integrante, afirmando que apesar de não conseguir evitar pensar no homicídio diariamente, tem momentos em que parece que o que ocorreu não foi consigo nem com a sua família. Relata que parece que aquele acto não partiu de si, conseguindo pôr-se completamente de fora do sucedido. Posteriormente volta a sentir como um acto seu e é como se esta parte ficasse a pairar sobre si como uma sombra.</p>	
---	--	--

<p>sempre... venho imediata... não sei se será imediatamente mas lembro-me que não é assim, que há aquele peso, que há uma espécie de sombra.</p>		
<p>I- Se pudesse, lá está pondo essa pessoa de fora, se pudesse dizer-lhe alguma coisa agora, não era antes, agora, o que é que dizia a essa pessoa? P2- Porquê, perguntava-lhe porquê esta decisão e não outra qualquer... entregar o bebé numa esquadra, pôr o bebé à porta de casa, qualquer coisa e... hoje acho que era só o que eu lhe perguntava. Ou o que eu lhe dizia. E se voltasse àquela altura pedia-lhe essencialmente para não fazer mal à bebé. Era a única coisa.</p>	<p>Questionada sobre o que diria a essa “pessoa” responde que lhe perguntava porquê. Porquê matar a filha e não optar por qualquer outra opção. Se pudesse voltar ao momento do homicídio, pediria a essa “pessoa” para não fazer mal à bebé.</p>	<p>Hoje interpelaria a “pessoa” que cometeu o homicídio perguntando-lhe porquê, antes dos factos pedir-lhe-ia para que não o fizesse.</p>
<p>I- Disse-me porquê virar a esquerda ou virar à direita, para a cozinha, ou seja, pondo assim parece que era quase 50/50. É isso?</p>	<p>Questionada sobre se as probabilidades de ter optado por um caminho que a levaria a pedir ajuda e as probabilidades de ter</p>	<p>Está convicta de que se tivesse o telemóvel consigo, como é habitual, teria optado por pedir ajuda ao invés de matar a</p>

<p>Naquilo que imagina, naquilo que se questiona? P2- 50/50 porque... I- Podia ter sido uma coisa ou outra? Era igual? P2- Não era igual, porque o meu telemóvel estava na sala. E eu não fui para a sala... (pausa) Se eu fosse para a sala (pausa)... eu não fazia nada sem o telemóvel, o que é que me ia impedir, mesmo que estivesse tomada por sei lá o quê, que me viesse, como dizem, que sobe o parto à cabeça, seja lá isso o que for, com certeza que eu ia agarrar no telemóvel. Ligar para o 112 é das coisas mais rápidas que existe. Há telefones... havia telefones que tinham teclas dedicadas a isso. Pressionando só uma vez. Porque é que eu não... (pausa) ... era só ir para a sala, não... não eram 50/50 porque eu acredito que o curso desta história seria diferente se eu tivesse, ou se eu tivesse o telemóvel comigo, que é</p>	<p>optado pelo caminho do homicídio seriam as mesmas, responde que acredita que não. Explica que tinha o telemóvel na sala e que não se dirigiu para lá, questiona-se sobre o porquê de não ter o telemóvel em sua posse dado que passava muito tempo com ele. Questiona-se sobre se, tendo o telemóvel ao seu alcance, não teria optado por chamar o 112 e por consequência pedir ajuda, evitando assim o acto homicida. Acredita que o desfecho da história seria diferente caso tivesse o telemóvel em sua posse, e não consegue compreender o porquê de não ter levado o telemóvel consigo, ou tê-lo deixado no local (próximo) onde era costume deixá-lo.</p>	<p>filha. Questiona-se e não compreende o porquê de não ter o telemóvel em sua posse ou próximo de si como era habitual.</p>
---	--	--

<p>algo que eu não percebo porque é que o telemóvel não foi comigo, eu não diria para a casa de banho, mas havia um móvel no corredor mesmo em frente àquela casa de banho e normalmente era assim, quando utilizávamos aquela casa de banho que o que tínhamos, o telemóvel ou o computador ou o que fosse, ficava ali em cima.</p>		
<p>I- Quando foi para o hospital, depois acordou lá, foi? P2- Sim, acordei lá. I- Sabia o que é que tinha acontecido? P2- Não. Vieram falar comigo. Sedaram-me novamente, dois dias depois é que eu acordei. Mas eu estive quase sempre sedada enquanto estive internada. Mas dois dias depois comecei a... começaram-me a reduzir a dose da sedação.</p>	<p>Questionada sobre se acordou no hospital responde afirmativamente. Quando questionada sobre se sabia o que tinha acontecido quando acordou responde negativamente e esclarece que esteve sempre sedada durante o internamento.</p>	<p>Acordou no hospital, fortemente sedada e sem saber o que tinha acontecido.</p>
<p>I- Como é que reagiu?</p>	<p>Afirma que quando soube</p>	<p>Ficou em choque quando</p>

<p>Quando soube a primeira vez.</p> <p>P2- A primeira vez, que terá sido portanto no dia seguinte eu entrei em choque e foi quando me voltaram a sedar, depois só chorava...</p>	<p>o que tinha feito ficou em choque e chorou muito.</p>	<p>soube que tinha morto a filha e chorou muito.</p>
<p>foi como se fosse algo completamente novo?</p> <p>P2- Sim. Sim. E depois estive um mês em que, depois de sair do hospital, não via ninguém, aliás... saí de casa para ir à polícia judiciária e voltei a sair no dia a seguir a ir à polícia judiciária, portanto isto tudo log no início. Para ir ao hospital, para a primeira consulta de psicoterapia... porque a minha mãe trabalha num hospital e foi o que arranjou mais rápido, e depois não voltei a sair durante um mês. Praticamente não saía do quarto, não fazia nada e o tempo que estava acordada, porque estava fortemente medicada, só</p>	<p>Questionada sobre se quando lhe foi dito o que tinha acontecido, foi vivido como algo novo que desconhecia, responde afirmativamente. Esclarece que ficou muito abatida perante os factos, e que se isolou de forma praticamente total, saindo apenas para as diligências judiciais ou consultas hospitalares. Afirma que durante este período tinha apenas vontade de chorar</p>	<p>Homicídio surge como novidade quando lhe é relatado.</p> <p>Isolamento social após tomar conhecimento do homicídio.</p>

<p>tinha vontade de chorar. E</p>		
<p>eu lembro-me que naquela altura eu chorava muito por... por uma angústia, não... é um choro diferente do que eu tenho agora, que acho que é muito mais... (pausa)... eu agora tenho muito mais noção, dói-me de outra maneira, custa-me de outra maneira e talvez esteja mais genuíno agora, do que era naquela altura em que eu acho que estava muito assustada... era tudo muito desconhecido e agora, não sei se é por já lidar com isto há algum tempo, dez anos da minha vida é um terço da minha vida e portanto faz com que eu já sinta isto como uma companhia diária, constante... há momentos em que não está mas... é diferente agora.</p>	<p>Refere que o choro que a dominava nos tempos que sucederam a saber que tinha morto a sua filha, era um choro diferente daquele que tem actualmente. Afirma que agora lhe dói de maneira diferente, e que agora talvez seja mais genuíno dado que antes a dor estava condicionada pelo medo pois estava muito assustada. Agora dado que já lida com isto há quase uma década, que é um terço da sua vida, já está familiarizada com este sentimento.</p>	<p>Percepciona sentimentos de dor e medo perante o seu crime.</p>
<p>I- Diagnosticaram-na com alguma coisa, quando esteve no hospital? Falaram-lhe na depressão pós-parto? Sempre</p>	<p>Esclarece que nunca teve qualquer diagnóstico psicológico ou psiquiátrico dado que falou pouco na consulta de psicologia que</p>	<p>Sem qualquer diagnóstico de psicopatologia, quer psicológico, quer psiquiátrico.</p>

<p>associaram a isso ou não?</p> <p>P2- No hospital eu nunca fui vista nem por psicólogos, nem por psiquiatras. Portanto eu fui, eu não sei precisar se ao quinto, se é ao sexto dia a uma consulta de psicologia, mas pouco falei.</p> <p>I- Não fez avaliação pericial no âmbito do processo?</p> <p>P2- Naquele momento não. A avaliação pericial que foi feita foi 2 anos depois. E portanto foi inconclusiva em relação à existência de depressão pós-parto.</p>	<p>teve poucos dias depois dos factos e que a perícia forense só se realizou dois anos depois da prática dos factos, sendo inconclusiva relativamente a depressão pós-parto.</p>	
<p>I- Ok. Pronto acho que é tudo, já lhe tomei muito tempo.</p> <p>P2- Espero ter ajudado.</p> <p>I- Ajudou. Agradeço-lhe imenso a sua disponibilidade.</p>	<p>Termina a entrevista com agradecimentos da parte do investigador e reforço da disponibilidade por parte da participante.</p>	

Anexo 5: Transcrição e Análise de Conteúdos P3

<p>I- Antes de mais, diga-me, onde é que nasceu? Onde é que cresceu?</p> <p>P3- Eu sou de _____. Casei com 17 anos. Tive uma infância boa, mas pronto casei-me era uma criança... com contrariedade da minha família, eles não queriam que eu casasse com aquela pessoa mas pronto... eu não ouvi o que eles disseram e pronto foi assim. E casei, engravidei logo e pronto foi logo mau, logo de início, logo muito mau, muito mau, muito mau.</p>	<p>P3 relata que teve uma infância positiva, contrapondo de seguida o facto de ter casado muito nova (aos 17 anos) e contra a vontade da família que se opôs ao casamento com aquele companheiro. Relata que engravidou logo a seguir ao casamento e que a experiência do casamento começou logo por ser negativa.</p>	<p>Infância referida como positiva.</p> <p>Casamento contra a vontade da família.</p> <p>Gravidez seguida de imediato à constituição do matrimónio.</p> <p>Casamento vivido como negativo desde o início.</p>
<p>E depois não contei nada a ninguém porque a minha casa é em ____, é muito longe, é a 30 quilómetros e tal de ____, não sei se o senhor conhece...</p> <p>I- Mais ou menos.</p> <p>P3- Mais ou menos. E depois pronto e como foi mau eu nunca contei à minha família. E fui aguentando, aguentando, aguentando os maus tratos muitos, muitos,</p>	<p>Afirma que nunca revelou as agressões que sofria pois vivia isolada e também porque não queria revelar à família que o casamento não estava a correr bem.</p> <p>Relata que foi suportando as agressões e que o fez durante 32 anos. Relata a existência de ameaças bem como de consumos de álcool por parte do companheiro.</p>	<p>Isolamento social e evitamento de revelar à família o facto de ser vítima de agressões.</p> <p>Existência de consumos de álcool por parte do companheiro.</p> <p>Existência de ameaças de morte.</p>

<p>muitos, muitos, muitos anos. 32 anos. E muitas ameaças de morte, sempre, sempre... álcool, muito álcool.</p>		
<p>Mas pronto, fora disso tinha uma vida boa, tinha uma vida boa...o que é, é que ele era muito ciumento, muito, muito ciumento. Porque eu agora sou assim, gorda e mal feita (risos), mas nessa altura não, era uma menina bonita, eu sei que era uma menina bonita, bem-parecida e ele tinha muitos ciúmes de mim. Ciúmes mas sem motivos, não é? E pronto e a minha vida foi sempre assim, nunca, nunca saí, nunca me diverti, nunca falava com ninguém, nunca desabafava com ninguém... e estava longe da família, porque a minha família, uns moravam em _____, outros moravam em _____, também é a 30 e tal quilómetros. Pronto e fui-me isolando, isolando com os meus filhos e foi até chegar àquele ponto.</p>	<p>Afirma que exceptuando a violência a sua vida era boa, ressalvando logo em seguida que o companheiro era muito ciumento e que tinha ciúmes infundados, por consequência dos quais ela não saía, não convivia com outras pessoas, não conversava e foi-se isolando tendo apenas os filhos como apoio.</p>	<p>Existência de ciúmes intensos por parte do companheiro. Isolamento social tendo os filhos como apoio exclusivo.</p>
<p>I- Quantos filhos teve? P3- Tenho um casal. Tenho</p>	<p>Refere que tem dois filhos um do sexo masculino e outro do</p>	<p>Dois filhos do casal.</p>

<p>uma filha com 36 e tenho um filho com 31.</p> <p>I- Os seus pais não aceitaram o casamento?</p> <p>P3- Não.</p> <p>I- Mas mantiveram o contacto?</p> <p>P3- Sim, depois pronto... depois tiveram de aceitar. E a minha família, os meus irmãos, os meus tios, ninguém queria, ninguém. Porque viam que ele era um rapaz muito agressivo logo em solteiro. Logo viram logo que ele não prestava, e pronto... e depois aconteceu o pior. Isto foi em 2009, eu depois só vim para aqui 5 anos depois. Fiquei fora, fiquei em liberdade sem apresentações, sem nada. E pronto... trabalhava num lar, trabalhei num lar 12 anos, e tenho lá o meu contrato à mesma, ficou suspenso até uma altura... vamos lá ver, sempre na esperança de sair um pouco mais cedo... e é</p>	<p>sexo feminino.</p> <p>Relata que apesar de a sua família não ter aceite o seu casamento numa fase inicial, acabou por vir a aceitá-lo posteriormente dado que o mesmo se tinha constituído. Relata que os vários membros da sua família se opuseram ao casamento pois haviam notado a agressividade do seu companheiro mesmo enquanto este era solteiro. Refere que após o homicídio ficou ainda alguns anos em liberdade e que no seu local de trabalho tem o posto reservado para si, quando for libertada.</p>	<p>Família opôs-se ao casamento por ter notado a agressividade do seu companheiro.</p> <p>Tem o posto de trabalho reservado para quando for libertada.</p>
--	--	--

assim.		
<p>I- A agressividade dele começou logo...</p> <p>P3- Logo, logo, logo, logo. Sempre, sempre... álcool... e mesmo sem álcool, vinha para casa partia tudo em casa, tudo, tudo. E eu fui-me calando...</p> <p>I- Com os seus filhos também ou era só consigo?</p> <p>P3- Era só comigo, só comigo. Ele nunca foi pai para educar os filhos, nunca foi pai para nada, trabalhava, dava-me dinheiro, sempre me deu dinheiro, sempre, sempre, sempre.</p>	<p>Refere que a agressividade começou logo numa fase inicial do casamento mas que era apenas dirigida a si e não aos filhos. Refere que para os filhos o seu companheiro nunca agiu como um pai.</p>	<p>Agressões sempre dirigidas a si e nunca contra os filhos do casal.</p>
<p>Eu nunca tinha falta de nada. O que é, é que era agressivo comigo e ciumento. As discussões e os espancamentos que ele me dava era tudo, tudo porque eu tinha amantes, ele tinha uma fúria dos amantes que eu tinha, eu tinha amantes em todo o lado. Eu ia para um trabalho, ele fazia desacatos, eu deixava aquele trabalho, eu ia para outro lado, ele fazia o mesmo, porque era</p>	<p>Refere que o companheiro providenciava do ponto de vista financeiro tudo o necessário para o seu sustento e dos filhos.</p> <p>Relata que as discussões e os espancamentos cometidos pelo companheiro resultavam sempre da convicção dele de que ela tinha relações com outros homens e que isto levou a perturbações</p>	<p>As discussões e as agressões eram sempre geradas por uma convicção de que ela tinha outras relações.</p>

<p>amante de toda a gente. Pronto... era só o maior defeito dele, era o ciúme que ele tinha.</p> <p>I- E as discussões eram sempre por causa disso?</p> <p>P3- Sempre, sempre, sempre, sempre por causa dos amantes. Era sempre. A primeira palavra que ele me dizia era que eu andava na prostituição com um e com outro e pronto.</p>	<p>também no âmbito laboral levando a que ela tivesse de mudar de emprego, refere que este era sempre o motivo das discussões.</p>	
<p>I- Isso começava como, por exemplo ele chegava a casa...</p> <p>P3- Ele chegava a casa sempre às tantas da noite, nos fins-de-semana sempre três, quatro da manhã, cinco da manhã. Todos os fins-de-semana. Era logo desde que a minha menina era pequenina, sempre, sempre, sempre, à sexta à noite ou ao sábado à noite ele vinha sempre às tantas da manhã para casa, sempre. E outras vezes nem vinha a casa. Chegava a estar duas noites sem vir a casa. E pronto, chegava a casa se eu falasse... pronto, eu estava deitada, naquela altura eu</p>	<p>Relata que o marido chegava sempre a casa muito tarde aos fins de semana, havendo inclusivamente ocasiões em que não ia dormir a casa durante alguns dias.</p> <p>Relata que quando chegava este a agredia violentamente envolvendo murros, pontapés, esfaqueamentos. Relata na sequência, um episódio em que o marido a agrediu com um candeeiro o que levou a que ela ficasse com uma ferida aberta na cabeça.</p>	<p>Marido chegava muito tarde a casa e agredia-a- As agressões envolviam murro, pontapés, agressões com objectos, esfaqueamentos.</p> <p>Relato de um episódio em que ficou com uma ferida aberta na cabeça e ocultou-a de toda a gente à sua volta e recusou-se a trata-la no centro de saúde, curando o ferimento em casa.</p>

<p>depois não trabalhava, eu não dizia nada, se não dizia nada era porque não dizia nada, mas outras vezes eu tinha que lhe dizer “onde é que estiveste até esta hora? O que é que estiveste a fazer até esta hora?” e depois pronto, punha-me para fora da cama com pontapés e murros e espancamentos, feridas na cabeça, buracos na cabeça, facadas aqui no pescoço ele fazia tudo, tudo, tudo. E eu nunca fui a um hospital, nunca, nunca, nunca, consegui curar tudo... ele uma vez deu-me com um candeeiro de ferro na cabeça, daqueles de ferro para ele ir à pesca à noite, porque eu disse “o que é tu vais fazer à pesca, tu ainda no outro fim-de-semana foste à pesca, o que é que tu vais fazer à pesca outra vez?”, ele estava com o candeeiro na mão, eu estava descuidada, joga-me com o candeeiro à cabeça, eu naquela altura pensei, bom agora é que eu tenho de descobrir, eu fiquei tapada de sangue... eu... sangue...da</p>	<p>Relata que ocultou esta ferida de toda a gente e que quando foi forçada a mostrá-la no trabalho, contou uma história falsa sobre a origem da mesma, recusou-se a ir ao centro de saúde e acabou por curar a ferida em casa.</p>	
--	--	--

<p>minha cabeça... eu fui para a banheira com a aflição, lavei-me, mas o sangue corria-me, corria-me, corria-me, que eu pensei bom agora é que eu tenho que ir, consegui não contar nada a ninguém. Consegui não contar nada a ninguém com aquele buraco na cabeça. Aquilo foi, foi... acho que foi a última vez que ele me bateu mesmo de fazer mesmo sangue, foi naquele dia. Depois fui para o trabalho no outro dia... porque o meu trabalho era, trabalhei num lar, umas vezes trabalhava de noite, outras vezes... mas naquele dia trabalhei de dia e cheguei lá à doutora e disse assim, eu tive de contar, eu disse “doutora eu tenho de ir para casa que eu não aguento, então não vê que fui dar...” porque eu tinha muitos cães, que ele era caçador... “eu tenho de ir para casa que eu não aguento”, “então mas mostra lá o que tens na cabeça”, tive de mostrar o buraco que tinha na cabeça, “ai agora vamos já para o centro de saúde, eu</p>		
---	--	--

<p>vou já contigo, meto aqui...”, “não, não, deixe que eu vou, eu vou para casa”, meti-me no carro mas eu não sei por onde é que passei, e disse “então não vê que fui dar de comer ao cão e encalhei com a cabeça lá no tronco de uma oliveira e não vê o que eu fiz?” e pronto, e acreditou, a doutora acreditou. Pronto, aquilo colou. Fui para casa mas não fui ao centro de saúde, consegui curar aquele buraco. Mas eu ia morrendo naquela altura.</p> <p>I- Com muitas dores, imagino.</p> <p>P3- Imagine com um buraco na cabeça, aquilo levava ali pontos e pontos. E eu nunca, pensei “bom, é mais outra vez que eu não te vou descobrir”. E pronto e foi assim.</p>		
<p>I- O que é que pensava? Porque é que decidiu sempre nunca contar? O que é que dizia a si mesma?</p> <p>P3- Eu pensava sempre que ele mudava, pensava sempre que ele mudava e... e mudava, ali uma semana. Uma semana estava melhor,</p>	<p>Questionada sobre o motivo que a levou a ocultar continuamente as agressões de que era vítima, revela que o fazia pois tinha a convicção de que o marido ia mudar, pois durante algum tempo ele ficava melhor,</p>	<p>Ocultou e suportou as agressões por esperança de que o comportamento do marido mudasse, por vergonha e para manter o nível de vida que ele proporcionava.</p> <p>Demonstra-se</p>

<p>andava melhor, mas depois pronto estava outra vez na mesma. Ia para o café e bebia e quando viesse com álcool então... enfim. E pronto. Uma vez deu-me com uma navalha, tenho aqui o sinal, isto já há mais de 10 anos, porque “tens que me dizer qual é o teu amante, tens que me dizer, se tu não disseres eu acabo contigo hoje”. E eu assim “então acaba, eu não te posso dizer porque eu não tenho um”. Pega na faca meteu-me um traço no pescoço. E eu consegui, consegui os meus filhos não saberem daquilo, não saberem. Porque era uma vergonha que eu tinha. E sempre pensando que ele que mudava e sempre pensando que tinha uma vida boa. Eu tinha uma casa, tinha e tenho, uma boa casa, ele era pedreiro, ele era construtor, ele fazia, ele era trabalhador, trabalhador que ele não perdia um dia de trabalho sempre. E vinha dormir, dava-me sempre dinheiro, sempre, sempre, sempre. Eu</p>	<p>retomando depois os comportamentos, principalmente quando se alcoolizava. Relata em seguida um episódio em que o marido a agrediu com uma faca no pescoço. Refere depois que tinha vergonha de revelar as agressões e que tinha uma vida boa do ponto de vista financeiro e que por isso foi suportando até à altura em que ele pediu o divórcio por vingança, considerando ela que seria a sua prerrogativa pedi-lo.</p>	<p>melindrada com o facto de o marido ter pedido o divórcio considerando que pedi-lo seria uma prerrogativa sua.</p>
--	--	--

<p>nunca me faltou nada, foi por isso que eu fui aguentando, aguentando, aguentando. Mas as agressões foram muitas e foi a altura que ele depois me pediu o divórcio, quer dizer eu é que devia pedir a ele, ele é que me pediu a mim, por vingança, porque e depois foi na altura em que os filhos tiveram de se meter, porque era demais e a minha filha disse não...</p>		
<p>I- Os filhos perceberam? P3- Sim, claro... e depois ele pediu o divórcio e a minha filha disse logo, principalmente a minha filha e o meu filho, “mãe não hesites, vai já para a frente com o divórcio, já, já, já havia de ser há 20 anos atrás, tu não podes continuar com este homem assim. E pronto, depois na altura ele viu que os filhos estavam do meu lado, claro, sempre estiveram, pediu-me o divórcio, pôs a casa à venda numa agência – tudo sem a gente saber, tudo – pôs a filha na rua – porque a gente temos duas casas, a</p>	<p>Relata que os filhos a apoiaram, após o pedido de divórcio por parte do pai. Consideraram que era positivo para ela divorciar-se. O divórcio consumou-se e o marido colocou a casa à venda, mas continuaram a viver na mesma casa e as agressões mantiveram-se pelo mesmo motivo, os ciúmes. Relata ainda que o marido expulsou a filha de uma outra casa que era propriedade dele. Refere que no dia do homicídio agiu de forma descontrolada.</p>	<p>Teve o apoio dos filhos durante o processo de divórcio requerido pelo marido.</p> <p>Após o divórcio manteve-se a morar com o ex-marido e as agressões continuaram e igualmente motivadas por ciúmes.</p> <p>Descontrolou-se no momento do homicídio.</p>

<p>filha estava numa, nós estávamos noutra – pôs a filha na rua com uma menina com 2 anos – agora já tem 8 – e pronto, era agressões todos os dias, mesmo depois do divórcio ele continuou a bater-me, mesmo depois de divorciado, porque eu fiquei a viver com ele na mesma casa.</p> <p>I- E era pelo mesmo motivo que lhe batia?</p> <p>P3- Sempre, sempre o mesmo motivo, sempre o mesmo motivo. O motivo dele era os amantes.</p> <p>I- Mesmo estando divorciado já?</p> <p>P3- Sim, mesmo depois de divorciado sempre me bateu. Porque estávamos a viver na mesma casa. A minha filha já tinha saído – ele pôs a filha na rua – fiquei lá com o meu filho até resolvermos as partilhas. Porque havia lá as partilhas, o que ele queria, queria alguma coisa, ele não queria, ele queria ficar com tudo para ele. No dia do divórcio foi igual, mas eu não fui lá, passei uma procuração, porque o patrão da minha</p>		
---	--	--

<p>filha, ele foi meu advogado, porque o patrão dela é advogado e eu passei uma procuração e não fui lá. Mas mesmo com o meu advogado lá, ele levantou a voz e levantou-se, que o procurador teve de o mandar sentar porque ele fez um espetáculo lá mesmo ao pé do procurador, no mesmo dia do divórcio. Porque ele é que mandava, ele é que dispunha, ele é que era o rei. E pronto e foi assim... naquele dia... eu passei-me da minha cabeça.</p>		
<p>I- Antes de falar nesse dia, diga-me uma coisa, ao fim de tantos anos de agressões nessa fase já, o que é que sentia quando ele lhe batia?</p> <p>P3- Nunca pensei em deixá-lo. Só uma vez, uma vez que eu o deixei, mas não foi para deixá-lo definitivamente, foi para ver se ele mudava. Fui para casa dos meus pais, em _____, e ele foi lá com uma caçadeira. O meu menino tinha 2 anos, a minha menina tinha uns 5 ou 6, que eles têm diferença de 5 ou 6 anos – foi</p>	<p>Questionada sobre o que sentia ao experienciar agressões durante tanto tempo, esclarece que nunca ponderou terminar a relação. Relata em seguida um episódio em que foi para casa dos pais, afirma que não tencionava separar-se definitivamente do marido mas apenas durante um período para tentar que ele mudasse o seu comportamento. Refere que na sequencia</p>	<p>Nunca ponderou separar-se definitivamente.</p> <p>Separou-se temporariamente, uma vez, na tentativa de promover uma mudança de comportamento por parte do marido, por consequência dessa separação ele apontou-lhe uma caçadeira e afirmou que só não a matava porque ela tinha o filho nos braços.</p>

<p>lá com uma caçadeira, carregada. Isto já há 20 e tal anos, pois o meu filho já tem 31, já faz 32 em Maio. Só que eu tinha o meu menino no colo, ele foi lá com a caçadeira apontada a mim e disse-me “só não te faço porque tens o moço no colo” – o moço, ele não era o filho era o moço. Então ele voltou para trás, eu depois no outro dia fui fazer queixa dele à GNR de _____, estava cá o meu irmão – que o meu irmão está nos Estados Unidos – fomos fazer queixa dele e a GNR não queria levar a arma do carro, diz que naquela altura qualquer pessoa podia andar com a arma no carro, e não quiseram levar a arma. Levaram porque a gente insistiu e no outro dia ele foi buscá-la outra vez. E pronto, ainda vivi, depois disso, mais 20 anos com ele... assim, sempre.</p>	<p>desta acção, o marido foi ter com ela com uma caçadeira, que a apontou para si e que lhe disse que só não a matava porque estava com o moço (filho do casal) ao colo. Refere que ele nunca se referia ao filho como tal mas sempre nestes termos. Sucedeu-se uma queixa na GNR no dia seguinte, mas que não surtiu efeitos e que ele recuperou a arma pouco depois.</p>	<p>Queixa feita junto das autoridades não surtiu efeitos.</p>
<p>I- Mas ao final desse tempo todo, vamos ainda mais para a frente, o que é que sentia quando ele lhe batia? Estava</p>	<p>Refere que por virtude das agressões serem tão frequentes e estendidas no tempo já existia</p>	<p>Habituação às agressões. Desconhecimento do motivo das agressões.</p>

<p>farta? Já se tinha habituado?</p> <p>P3- Eu já me habituava. Ele batia-me e eu agarrava-me a ele a pedir desculpa e ele dizia assim, “tu tens que me pedir desculpa senão eu mato-te, eu bebo do teu sangue, eu corto-te às postas e meto-te debaixo do sal”, era só as coisas que ele dizia, “tu tens que me pedir desculpa”. E eu levava e às vezes não sabia porque levava. Aquilo não era todas as semanas que ele me batia, não era todas as semanas, mas era todos os meses que ele me batia, sempre, sempre. Por tudo e por nada ele me batia. Sempre, sempre. E eu habituei-me, habituei-me. Porque nunca pensei em deixá-lo da mão, porque tinha uma boa casa, tinha os meus filhos, tinha um bom trabalho, porque já trabalhei uns 14 anos naquele trabalho... e nunca pensei em deixá-lo. Não pensei.</p>	<p>alguma habituação às mesmas. Refere que era agredida sem saber o porquê e que lhe pedia desculpa por ele exigir que ela o fizesse, fazendo-lhe ameaças de morte extremamente violentas. Reafirma que nunca pensou separar-se pois pretendia manter o estilo de vida no plano financeiro que tinha mas também o seu emprego.</p>	<p>Desculpava-se por exigência do marido, desconhecendo o porquê de se desculpar.</p> <p>Ameaças de morte violentas.</p> <p>Não ponderou a separação por tencionar manter o nível de vida no plano financeiro e o emprego.</p>
<p>I- E quando ele lhe dizia essas coisas levava a sério? Achava que ele era capaz de a</p>	<p>Refere que tomava as ameaças de morte como credíveis e que tinha</p>	<p>Ameaças de morte sentidas como credíveis.</p>

<p>matar ou não?</p> <p>P3- ... Claro...</p> <p>I- Achava mesmo?</p> <p>P3- Claro. Ele disse à filha que me matava. Ele disse mesmo à filha que me matava. E a minha filha no dia do julgamento, nas sessões que decorreram, ela disse ao juiz, mas ele não quis acreditar. Disse que eu o matei para ficar com a casa para mim e que o matei com a arma minha, que eu tinha comprado. Não era com a arma dele, a arma era minha, comprei eu.</p> <p>I- Tinha mesmo medo?</p> <p>P3- Sim, eu tinha mesmo medo, tinha muito medo. E os filhos também, muito medo dele, muito medo, muito medo. Era uma pessoa muito agressiva, muito agressiva.</p>	<p>muito medo dele, afirmando que o matou por temer pela sua vida, algo que afirma que o juiz não acreditou. Refere que, ao contrário da convicção do juiz, matou o marido com uma arma dele.</p>	<p>Homicídio por temer pela sua vida.</p> <p>Arma utilizada no homicídio pertencia ao marido.</p>
<p>I- E piorou ou melhorou com a idade? Ficou igual?</p> <p>P3- Quer dizer... ele em novo, ele em mais novo, batia-me mais vezes amiúde, mas depois dos anos passarem batia-me com mais agressividade, depois de mais</p>	<p>Questionada sobre como é que as agressões foram mudando ao longo dos anos, refere que quando o marido era mais jovem, a agredia com mais frequência, contudo conforme os anos foram</p>	<p>Ao longo dos anos, agressões tornaram-se menos frequentes mas mais violentas.</p>

<p>velho. Porque ele uma vez... ele uma vez deu-me uns espancamentos tão grandes na minha cabeça, tão grandes, que conseguiu partir dois dedos da mão com tanto que me bateu na cabeça. Ele depois disse aos filhos e aos vizinhos que tinha ido à pesca e que deu cabo dos dedos no barco, ele tinha um barco para ir à pesca. E pronto e eu, e eu confirmei. E pronto, ali ficava.</p>	<p>passando as agressões tornaram-se mais violentas. Relata um episódio em que o marido a agrediu na cabeça com tanta violência que ele próprio acabou por fracturar dois dedos da mão, mentindo depois às pessoas sobre o motivo pelo qual os tinha fracturado.</p>	
<p>E pronto, e foi sempre assim. Foi sempre a minha vida assim. Desde que casei com ele, a partir de 1 ano ou 2, sempre assim, sempre, sempre, durante 30 anos. Sempre, sempre. E as pessoas perguntavam, “então mas o teu marido é bom para ti?”, eu dizia, “é”. Porque ele fazia desacatos em todo o lado, não era só na casa dele, era bebia, fazia neste café, naquele café, e vinha buscar a arma a casa e vinha ameaçar aquele, ia ameaçar aquele... as pessoas viam o que ele era. I- O que é que sentia quando</p>	<p>Relata que sempre mentiu perante as outras pessoas sobre o comportamento do marido, afirmando que ele a tratava bem. Refere que a questionavam sobre isto com frequência porque ele envolvia-se em desacatos com frequência. Afirma que sentia raiva de ter de mentir sobre o marido e que sentia raiva do marido, relata que tremia quando o ouvia chegar.</p>	<p>Sempre ocultou os comportamentos agressivos do marido, e afirmava perante terceiros que ele a tratava bem, algo que lhe gerava raiva. Sentia uma raiva muito intensa em relação ao marido.</p>

<p>respondia isso às pessoas?</p> <p>P3- Ai o que é que eu sentia?</p> <p>Pois o que é que eu sentia? É assim eu... eu só sentia raiva.</p> <p>Eu só tinha raiva. Eu sou uma pessoa boa, sei que sou boa, eu sei que sou uma pessoa boa, fui e sou e continuo... eu sou a mesma pessoa, sou a mesma pessoa, tenho os meus amigos e irmãos tal e qual como tinha. Igual. Aqui não tenho diferença nenhuma.</p> <p>Mas eu dele só sentia raiva.</p> <p>Eu só tinha raiva, raiva. Eu ouvia os passos dele pela rua, eu tremia, tremia, tremia, que eu não me conseguia controlar com, com as coisas...</p>		
<p>... não com o que ele fazia, era com o que ele me dizia. O que ele me dizia, porque as coisas que ele dizia eram muito graves, muito graves.</p> <p>Mais pelo que ele me dizia porque eu às vezes dizia, “eu prefiro que tu me dês uma facada no meu coração do que me estares a dizer o que me estás a dizer”. E pronto...</p> <p>I- Era pior a parte</p>	<p>Refere que as ofensas e ameaças que o marido lhe fazia eram vividas com mais sofrimento do que as agressões físicas.</p>	<p>Agressões psicológicas vivenciadas com mais sofrimento do que as agressões físicas.</p>

<p>psicológica.</p> <p>P3- Era pior, era pior. Muito mau, foi muito mau.</p>		
<p>P3- Naquele dia, naquele dia foi... Naquele dia a minha filha já não estava lá, mas estava lá próximo. A minha filha tinha ido para _____, que os estudos são em _____, e o filho tinha ficado comigo e ele na mesma casa. E ele queria que nós saíssemos de lá, nós os dois. Mas não, aquilo até dividirmos os bens, tínhamos duas casas, eu ficava numa casa e ele ficava noutra. E já há dias que a minha filha dizia “ó mãe quando é que tu mudas lá para o outro lado mãe? Mas quando é que tu mudas? Tens de mudar tu não podes estar aqui a viver com ele aqui na mesma casa”. Porque ele, estávamos a viver na mesma casa e ele, dois dias antes, foi ameaçar-me com a arma, com a arma com que eu o matei, à porta do meu quarto. Porque eu trabalhava da meia-noite às oito da manhã, porque era segurança no lar, mas nessa</p>	<p>Instada a relatar o desenrolar dos acontecimentos no dia do homicídio, P3 relata que se manteve a viver na mesma casa após o divórcio apesar da insistência dos filhos para que ela se mudasse. Relata que o marido já a tinha ameaçado nos dias anteriores com uma arma, e que num desses dias não trancou a carrinha e deixou lá a arma, tendo ela escondido a mesma em sua posse. Relata que ele a ameaçou várias vezes quando estava sozinha em casa, dado que o filho não estava. Relata que ele se descontrolou após o divórcio e que ameaçava toda a gente, desde os filhos a colegas de trabalho.</p>	<p>Ainda partilhavam casa.</p> <p>Companheiro tinha feito várias ameaças recorrendo a uma arma, que ela um dia lhe subtraiu do carro, sem que ele notasse e escondeu em sua posse. Considera que esta acção teve peso na sua condenação elevada.</p> <p>Companheiro tinha um comportamento descontrolado, ameaçando várias pessoas à sua volta.</p>

altura estava de férias. E então ele foi-me ameaçar ao meu quarto, foi no fim-de-semana o meu filho não estava lá, porque ele de noite saía com os amigos e depois vinha sempre tarde. E foi ameaçar e disse-me umas poucas vezes que ia acabar comigo, mas eu depois pulei pela janela. Passou-se esses dois dias e eu sabia que ele tinha a arma, eu sabia porque ele já me tinha ameaçado umas poucas vezes. Só que depois um dia foi à pesca, deixou lá a carrinha, deixou a carrinha aberta, que ele andava descontrolado, ele não sabia o que é que andava a fazer, ele perdeu-se completamente. Ele divorciou-se, pôs o divórcio e ficou louco. Ele enlouqueceu completamente, ele ameaçava os colegas, ele ameaçava os cunhados, ele ameaçava a filha, ele ameaçava o filho, ele era uma pessoa doida que lá andava. E naquele dia eu tirei-lhe a arma da carrinha, que ele deixou a carrinha aberta pensou que a tivesse

<p>fechado mas deixou-a aberta e não levou a carrinha dele para a pesca, foi no carro com outro. Eu fui à carrinha e a pistola estava no porta-luvas, eu tirei a arma, mas não entreguei à GNR, fiquei com a arma para mim, porque se eu tivesse entregado a arma eu talvez não tivesse apanhado estes anos todos. E então guardei a arma comigo, deixei-a no meu quarto e tive a arma comigo um dia, um dia e uma noite.</p>		
<p>Nesse dia ele chegou bêbedo, eu estava em casa a mudar as coisas para o outro lado, já tinha tirado tudo do quarto, tudo, estava a mudar-me lá para a casa onde estava a minha filha e tinha tirado a arma de onde eu a tinha escondida e pus em cima do parapeito da janela, foi o meu erro... e disse à judiciária... pronto... ele chegou, viu que eu estava a mudar as coisas lá para o outro lado, começa-me a insultar, a chamar-me todos os nomes, chamar que as minhas irmãs eram isto, que</p>	<p>Relata que no dia dos factos, o marido chegou a casa alcoolizado, estando ela a arrumar as suas coisas para se mudar. Ao deparar-se com esta situação ele começou a insultá-la a ela, bem como a familiares seus. Em seguida, começou a discutir com o filho que se manteve trancado no quarto, relata que ele ofendeu o filho com ofensas graves. Relata que perdeu a cabeça, e que em acto contínuo</p>	<p>No dia do homicídio o companheiro chegou a casa alcoolizado, insultou-a a ela e insultou o filho que permaneceu trancado no quarto.</p> <p>Enquanto ele insultava o filho, P3 perdeu a cabeça e em acto contínuo pegou na arma, aproximou-se dele e disparou tendo-o atingido no primeiro tiro.</p>

<p>as minhas irmãs eram aquilo, a minha mãe foi isto, a minha mãe foi aquilo, já tinha morrido, a minha mãe morreu já há mais de 30 anos. Depois começa a discutir com o filho, o filho estava no quarto, aquilo foi num feriado, foi dia 8 de Dezembro... o filho estava no quarto, eu saio da, de uma cozinha que temos lá e disse “é mesmo hoje que eu acabo contigo”, entretanto o filho que estava lá dentro do quarto começou a dizer “olha tem vergonha...” e isto e aquilo e não sei quê, ele começa a chamar nomes ao filho, chamou de tudo, tudo, tudo o que ele quis chamar, e o filho não saiu lá do quarto. Eu perdi a minha cabeça. Eu perdi a minha cabeça, não demorei um minuto, eu fui onde eu tinha a arma em cima... pois eu nunca pensei que eu tinha coragem para fazer, que aquilo acontecesse uma coisa daquelas naquele dia... eu pego em mim, até tinha o robe vestido, abalo a caminho do quarto, fui</p>	<p>pegou na arma, aproximou-se dele e disparou tendo-o atingido no primeiro tiro.</p>	
--	---	--

<p>buscar...”é hoje que eu acabo contigo”, pronto, eu tinha-a carregada, eu nunca tinha mexido numa arma na minha vida, nunca na minha vida eu tinha mexido naquilo, eu consegui desprender aquilo, matei-o à primeira, à primeira mateio-o.</p>		
<p>I- Disparou uma vez só? P3- Disparei mais vezes, mas no primeiro disparo ele morreu, disparei, o meu filho quando ouviu o disparo pensava que ele é que tinha feito aquilo a mim, o mocinho ficou em pânico, não saiu logo do quarto, mas depois quando ouviu que eu estava viva, pois eu é que comecei a falar e ele já não falou mais,</p>	<p>Relata que disparou várias vezes mas que o companheiro morreu em consequência do primeiro disparo. Afirma que o filho acreditou que tinha sido ele a matá-la e não o inverso.</p>	<p>Companheiro morreu em resultado do primeiro disparo, mas ela fez vários disparos.</p>
<p>a única coisa que ele disse foi “perdoa-me o meu mal”, a última palavra que ele disse, “ai que me mataste, perdoa-me o meu mal”, eu disse “não, agora não, agora nunca te perdoo-o na minha vida aquilo que tu me fizeste, nunca, nunca”...</p>	<p>Refere que antes de morrer o companheiro lhe pediu perdão mas ela não o concedeu.</p>	<p>Antes de morrer, o companheiro pediu-lhe perdão mas ela não o concedeu.</p>
<p>I- Ele estava de frente? Como</p>	<p>Atingiu o companheiro</p>	<p>Atingiu o companheiro</p>

<p>é que foi?</p> <p>P3- Ele estava a discutir com o filho, eu saí, ele nem viu eu abalar nem nada, ele nunca se apercebeu uma coisa daquelas, ele nem achou falta da arma tão pouco, nem achou falta. Dei-lhe do lado esquerdo.</p> <p>I- Estava mais ou menos de frente para ele?</p> <p>P3- Não...</p> <p>I- De costas?</p> <p>P3- De costas. Ele estava a discutir com o filho e então dei-lhe, dei-lhe do lado esquerdo. E pronto, e ele caiu e pronto eu depois fui para o posto nessa tarde, à noite, depois vim para casa, depois no outro dia fui à procuradora às nove da manhã, o meu advogado foi comigo, que era o patrão da minha filha, e a procuradora deixou-me em liberdade.</p>	<p>sem que ele a visse aproximar-se com a arma. Na tarde desse dia foi entregar-se às autoridades.</p>	<p>sem que ele a visse.</p> <p>Entregou-se nesse dia às autoridades.</p>
<p>I- Quando olhou para a arma naquele momento o que é que pensou? O que é que lhe passou pela cabeça?</p> <p>P3- Não sei, não sei doutor, eu não sei o que é que eu</p>	<p>Relata que não sabe explicar o que pensou quando viu a arma e tomou a acção de o matar.</p>	<p>Não sabe explicar o que pensou no momento em que decidiu tomar a acção.</p>

<p>pensei... depois peguei na arma ainda a fui jogar para dentro da fossa, com medo dele ainda se voltar contra mim, peguei na arma e fui jogá-la para dentro da fossa. E pronto e foi assim. E depois entrei em parafuso. Depois o meu filho saiu, depois ligou para a irmã, depois veio os bombeiros, claro mas ele morreu logo, logo...</p>	<p>Afirma que mesmo após a morte do companheiro ainda sentia medo dele.</p> <p>Relata que chamaram os bombeiros mas que o companheiro já tinha morrido quando estes chegaram.</p>	<p>Após a morte do companheiro ainda sentia medo dele.</p>
<p>I- Quando reparou que ele tinha morrido, o que é que sentiu?</p> <p>P3- Eu senti, senti... não sei explicar o que eu senti eu até disse foi o dia mais feliz da minha vida, disse para a GNR.</p> <p>I- E foi?</p> <p>P3- Isso eu não posso responder (risos).</p>	<p>Questionada sobre o que sentiu quando soube o que o companheiro tinha morrido, relata que disse às autoridades que aquele tinha sido o dia mais feliz da sua vida, mas recusa confirmar a veracidade da afirmação.</p>	<p>Afirmou às autoridades que aquele tinha sido o dia mais feliz da sua vida, ainda que não confirme se foi realmente.</p>
<p>I- Ok.</p> <p>P3- Eu sou uma pessoa boa. Eu sou uma pessoa boa, eu sei que sou boa. E tenho os meus filhos do meu lado, os dois, tenha a minha família, tenho os meus amigos tal como tinha ou ainda mais. E</p>	<p>Refere que se considera uma pessoa boa e que valoriza o facto de ter o apoio dos filhos e da família, afirmando que o que mais lhe custa em estar em reclusão é a distância dos filhos, pois</p>	<p>Considera-se boa pessoa.</p> <p>Tem o apoio dos filhos e família.</p> <p>Considera a vida que teve com o companheiro pior do que a que tem na</p>

<p>agora é assim, eu custa-me muito estar aqui, por os meus filhos estarem longe de mim, mas não estou mal. Quando vivi com o meu marido, aqueles anos todos, estava mil vezes pior do que eu estou a viver aqui.</p>	<p>tem uma vida melhor do que a que tinha com o companheiro.</p>	<p>prisão.</p>
<p>I- Sentiu que tinha chegado a um ponto em que era ou ele ou a senhora? P3- Claro, foi mesmo isso. Mesmo isso, sem dúvida nenhuma. Foi mesmo isso, ou ele ou eu. Porque ele disse mesmo à filha que ia fazer uma asneira. E pronto, e eu ligava para a GNR todos os dias. Houve um dia que ele pôs lá uma corrente no portão para nem eu, nem a filha, nem ninguém pôr os carros lá dentro da entrada. A GNR nunca fez nada. Nunca fez nada. Nesse dia eles apareceram logo lá. Eu disse “agora não, agora desapareçam todos da minha frente, agora não faz falta, quando eu precisei os senhores não fizeram nada, agora é tarde demais”.</p>	<p>Afirma que sentiu que se não fosse ela a matá-lo, acabaria por ser ele a matá-la. Fundamenta esta convicção com declarações prestadas pelo marido à filha de ambos onde este proferiu que iria fazer algo mau. Reitera que contactou várias vezes as autoridades mas que estas nunca tomaram uma acção efectiva para a ajudar.</p>	<p>Sente que se não o matasse, ele matá-la-ia. Companheiro disse à filha que faria algo de mau à mãe. Contactou as autoridades e estas não tomaram acção.</p>

<p>I- Alguma vez já tinha pensado, não que o queria matar mas que era bom ele desaparecer de alguma forma?</p> <p>P3- Sim, sim eu às vezes... eu nunca pensei em fazer uma coisa dessas, nunca, mas às vezes ele abalava para a pesca... é verdade aquilo o que eu lhe vou dizer, isto é mesmo verdade, de coração: ele abalava para a pesca, estava um dia ou dois sem vir a casa, mas devia de ir e ficar lá cair e rebolar para dentro de água. Mas era verdade isso que eu dizia, é triste eu dizer mas é verdade. Porque ele fazia-me tantos maus tratos, ele dizia-me tantas barbaridades, ele ofendia-me tanto, ele batia-me tanto, tanto, tantas torturas... eu desejava-lhe a morte. Não que eu lhe fizesse mas eu desejava-lhe a morte. Assim mesmo. É mesmo isto que eu estou dizendo e é de coração que eu estou a dizer. É assim.</p>	<p>Afirma que anteriormente já tinha desejado que o marido morresse ainda que não fosse às suas mãos, refere a título de exemplo o desejo que numa das suas incursões para pescar tivesse um acidente e morresse no mar. Refere que lhe desejava a morte sem que fosse ela a consumá-la, por virtude de todas as torturas, agressões e ofensas que sofreu por parte do marido.</p>	<p>Desejava a morte do marido, mas desejava não ser ela a consumá-la, mas sim um factor externo, como um acidente.</p> <p>Justifica este desejo de que ele morresse pelas torturas, agressões e ofensas que sofreu.</p>
<p>Eu não sou capaz de matar uma galinha, nem um pombo,</p>	<p>Afirma que não é capaz de matar ninguém, nem</p>	<p>Não é capaz de fazer mal a ninguém, nem sequer a</p>

<p>nem um coelho, nadinha, nadinha, eu só dou a vida, nem que seja a um animal mais... mas aquela pessoa eu só tinha raiva. Porque foi 30 anos a ser maltratada sempre, sempre, sempre. Uma vez e outra, e outra, e outra... sempre, sempre, sempre, sempre. O meu marido as únicas palavras que ele me dizia era: vaca e coira. Foi as únicas palavras, o meu marido num teve um carinho para mim, o meu marido nunca saiu comigo, o meu marido nunca nada, nada, nada. E se chamar o meu filho ou a minha filha, dizem o mesmo, é igual, igual. Nunca foi pai para nada, nunca foi pai para dar um conselho a um filho, nunca foi pai para conversar com um filho, nunca foi pai para ir a uma escola ver, nada. Eu fui mãe, fui pai, fui tudo. E fui uma boa mãe. E eu dei uma boa educação aos meus filhos, tanto um como outro.</p>	<p>sequer animais, mas que relativamente ao marido sentia apenas raiva pois foram muitos anos de maus tratos físicos e verbais. Refere que o marido nunca se demonstrou carinhoso com ela, nem nunca saiu com ela, nem nunca teve um papel paternal na educação dos filhos tendo ela assumido ambos os papéis de pai e mãe.</p>	<p>animais, mas que pelo marido sentia apenas raiva, por virtude dos maus tratos físicos e verbais que duraram 30 anos.</p> <p>Marido não teve papel activo na educação dos filhos.</p>
<p>- Sim, todos os dois, todos os dois. Nem tem explicação. E</p>	<p>Relata que toda a família a apoiou após o</p>	<p>Apoio da família após o homicídio.</p>

<p>a minha família toda, toda, toda... os meus filhos... tudo. Está a ver? Se fosse uma coisa que coiso eles não estavam do meu lado. Eles sabiam muito bem. Quer dizer a minha filha... o meu filho, o meu filho uma vez viu o pai. Eu trabalhava em _____ chegava um bocadinho mais tarde, dizia logo que eu andava com os meus amantes, o meu filho viu o pai dar-me um espancamento tão grande – o meu filho devia ter uns 14/15 anos – à porta do quarto dele, ali na sala – a sala é meio colada ao quarto – deu tanto murro na cara e nos olhos e no nariz, na face, o sangue correu para o chão da sala, e o filho não foi capaz de dizer nada, o filho tinha um medo, um medo, um respeito, mas depois quando isto aconteceu, quando depois foi o desfecho, foi o divórcio, foi, pronto essas coisas todas, o filho um dia disse-lhe tudo aquilo que lhe devia ter dito aqueles anos atrás, disse-lhe tudo. O filho parecia aqueles cães quando estão com a</p>	<p>homicídio e em seguida relata um episódio em que o filho na altura com aproximadamente 15 anos assistiu a uma agressão extremamente violenta e não se demonstrou capaz de reagir, vindo apenas após o divórcio a manifestar os seus sentimentos para com o pai de forma muito agressiva e raivosa. Relata outros momentos em que o marido destruíu mobílias, partes da casa, roupa. Refere que os vizinhos e a filha que morava perto nunca se aperceberam de nada do que estava a acontecer.</p>	<p>Filho assistiu a agressões e não conseguiu reagir.</p> <p>Filho só após o divórcio é que expressou ao pai o que sentia por ele, com muita raiva e ódio.</p> <p>Marido destruíu objectos, mobília, partes da casa e roupa.</p> <p>Vizinhos não se aperceberam do que acontecia.</p>
--	--	---

<p>raiva, quando se jogam uns aos outros, o filho disse assim – era a minha filha a puxar pelo filho, era o meu genro de roda do Tiago, ele é Tiago – “sai deixa-o da mão Tiago, deixa-o da mão”, “deixa eu dizer tudo, eu tenho de dizer tudo aquilo que eu tenho para dizer, tu nunca foste pai para mim...” disse-lhe tudo, ele chamou tantos nomes ao meu filho, tantos nomes, e o filho disse-lhe assim “é a última vez que eu te chamo pai na minha vida, eu nunca mais te chamo pai”. Mas isto pronto, isto acho que já tinha sido o divórcio. O filho ficou tão magoado. Andava com uma corrente muito grossa, muito grossa quase do tamanho das minhas pernas para pôr lá no portão, depois o filho disse “o que é que tu estás a fazer?”, “estou a fazer, estou a pôr aqui uma corrente “ dizia logo “quem manda aqui sou eu”. Depois naquela altura foi o desfecho, mas o meu filho nunca se jogou a ele, porque o meu genro tirou-o da mão e a minha filha, senão o filho</p>		
---	--	--

<p>tinha-se jogado a ele. Com as coisas que ele disse ao filho, só tinha era ódio dentro dele, parecia que ele tinha o diabo dentro dele, quando ele bebesse então, era um índio, ele era um índio, aquilo não era uma pessoa, partia tudo, ele partiu televisões, ele partiu portas, ainda lá estão as portas partidas, ele partiu frigoríficos, ele jogava a loiça para a rua, ele partia mesas, tudo, ele dava fogo à roupa, ele uma vez deu fogo à roupa toda do quarto, deu fogo a tudo, os edredões tirou-os da cama jogou tudo para cima da relva, temos a relva em frente, jogou tudo deu fogo a tudo. E o genro e a filha estavam lá, aquilo a casa é grande, e nunca sentiram nada, nada, nada, nadinha, e pronto e eu ficava ali caladinha nem abria a boca, nada, nada, a ver se ninguém sentia nada. E os meus vizinhos nunca souberam de nada, os meus vizinhos, nunca, nunca, nunca. Aquilo tem o terreno da minha casa, é sozinho, e depois tenho uns</p>		
---	--	--

<p>vizinhos assim, pronto, a uns metros. Mas aquilo o quarto era virado para um lado e o deles era para o outro e eles diz que nunca sentiram nada.</p>		
<p>I- No momento antes de disparar qual foi sentimento mais forte, se tivesse de escolher um?</p> <p>P3- Eu não tive tempo de nada. Eu não tive tempo de nada eu só tive tempo de... aquilo foi, foi, foi, como é que eu hei-de explicar? Aquilo foi a tampa que rebentou, saiu. E eu aí disse assim “não tu não me chamas mais nomes, não chamas mais nomes ao meu filho e não ameaças mais” pronto, e fui buscá-la e pronto, e o juiz disse que como tinha a arma em cima da janela foi homicídio premeditado. E apanhei 12 anos, foi assim.</p>	<p>Questionada sobre qual foi a emoção mais intensa que experienciou no momento antes de disparar afirma que foi uma tampa que rebentou, não sendo capaz de suportar mais ofensas e ameaças dirigidas a si e ao filho. Refere que o Juiz considerou que a sua acção foi premeditada.</p>	<p>Momento do homicídio resulta de uma explosão e incapacidade de suportar mais ofensas e ameaças dirigidas a si e ao filho.</p>
<p>I- Ok, muito obrigado pela sua disponibilidade.</p>		

Anexo 6: Transcrição e Análise de Conteúdos P4

<p>I-Agora já está a gravar, estava-me a dizer que a prisão lhe tirou 20 anos de vida, foi?</p> <p>P4- Tirou, 20 anos de vida porque arrependi-me logo no momento do que fiz. Cometi um crime em legítima defesa de um filho meu, que levou umas facadas</p>	<p>P4 afirma que a prisão lhe tirou 20 anos de vida pois se arrependeu-se do seu acto logo a seguir ao crime. Afirma que cometeu um crime em defesa do seu filho que foi esfaqueado.</p>	<p>Arrependeu-se logo a seguir ao crime.</p> <p>Sente o crime como uma defesa ao filho que tinha sido esfaqueado.</p>
<p>e então ligaram-me para casa no momento, e eu já tinha perdido um filho, já vai fazer 23 anos. Perdi um filho, morreu-me de acidente. Foi pelo telefone que me deram a notícia que o meu filho estava morto, morreu de acidente, o primeiro o mais velho. Foi pelo telefone que recebi o ... que fosse buscar o meu filho que tinha levado umas facadas de um sujeito que por nomeado lhe chamavam X.</p>	<p>Relata que anteriormente um filho seu já havia falecido num acidente e, que após o esfaqueamento do segundo filho, lhe ligaram para que o fosse buscar dado que tinha sido esfaqueado por X.</p>	<p>Previamente um filho de P4 tinha morrido num acidente.</p>
<p>eu fiquei sem nada na cabeça, fiquei sem nada na</p>	<p>P4 relata que não conseguiu pensar em nada,</p>	<p>Não conseguia pensar em nada.</p>

<p>cabeça, eu estava no quarto tinha a pistola, foi o que me lembrou foi a pistola. Morreu-me um... a minha ideia era: morreu-me um, outro não.</p>	<p>ao ver a pistola, guardou-a. Afirma que pensou que já tinha perdido um filho e não queria perder o outro.</p>	<p>Guardou a pistola. Receio da morte de outro filho.</p>
<p>Meti a pistola ao bolso, atravessei a aldeia toda, atravessei a aldeia toda, não dei uma palavra para ninguém, todo o mundo vai e não vai, eu não falei para ninguém, passei pelo meu filho, vejo-o cheio de sangue, então aí é que fui disparada, fui até ao café... estava o café e estava a casa dele, que ele vivia ao pé do café, estava toda a população ali, parecia que estavam a ver um circo, “aí ele não está aí, ele não está aí, ninguém viu nada”. Ele não está aqui, percorri à mãe “o seu filho?”, ele já estava maluquinha também, coitadinha, diz ela “o meu filho deve estar no café”, mas ela não se apercebeu de nada, que ela estava doente, coitadinha. E eu fui até ao café não vi lá</p>	<p>P4 relata que guardou a pistola e se dirigiu a o local onde o filho tinha sido esfaqueado sem interagir com ninguém. Encontrou o filho a sangrar e várias pessoas a observar. Questionou então a mãe do autor do esfaqueamento sobre onde estaria o seu filho e ela indicou. P4 entrou então no café onde estava X que tinha esfaqueado o seu filho, acompanhado por um primo.</p>	<p>Dirigiu-se ao local com a pistola escondida e sem interagir com ninguém. Encontrou o filho a sangrar.</p>

<p>ninguém, só vi lá duas pessoas, a ele e um primo dele, que deixou de ser GNR por beber, que fez tratamento e não conseguiu.</p>		
<p>Eu puxo pela pistola tranqui... não sei, estava tranquila, puxo pela pistola só, só fiz, foi assim do lado, apanhei-o do lado esquerdo que ele estava sentado num banco no balcão, alto, e eu vinha assim de além... foi, vinha assim de além, só lhe aponte assim a pistola “e agora? Achas que fizeste bem?”. Porque ele já tinha, já tinha... já teve outros problemas em Espanha e cumpriu lá, os mesmos problemas que fez ao meu filho, ele matava-me o meu filho, que eu sei que ele o matava, que já tinha tentado uma outra vez. “Achas que fizeste bem?”, ele levanta-se de repente naquela hora e ele convenciona-se que me vinha tirar a pistola, mas eu também me lembrou logo</p>	<p>P4 relata que se sentia tranquila quando entrou no café e apontou a pistola a X. Questionou-o sobre se achava correcto o que tinha feito, este enfrentou-a e dirigiu-se a ela para lhe tirar a arma, quando ele avançou na sua direcção, P4 disparou.</p>	<p>Sentia-se tranquila quando apontou a arma a X.</p> <p>O disparo surgiu como reacção ao enfrentamento de X e ao avanço deste para lhe tirar a arma.</p> <p>Está convicta de que X mataria o filho caso não tivesse morrido.</p>

<p>que era isso que ele vinha fazer, foi quando eu disparei</p>		
<p>É por isso que estou aqui a cumprir pena, mas tenho muito... e esta cadeira tirou-me, esta ou outra eu fosse, tirou-me 20 anos de vida, eu não sou a mulher que era antigamente, não sou. Mas o trabalho também é uma terapia grande para a gente, é. Claro o pessoal é todo impecável e ali onde estou agora, estou melhor porque tenho liberdade para sair para aqui, não sou acompanhada por uma guarda e... mas parti um pé e tenho estado de baixa e eu não aguento estar lá dentro no quarto, não aguento. Tenho de andar sempre a mexer-me, elas até me ralham que eu não curo bem o pé e não vou curar, não vou curar que eu sei que não vou curar bem o pé porque no sítio em que foi não vou cura. Mas elas têm sido impecáveis para mim, o</p>	<p>Refere que foi por este evento que foi detida e que o tempo de prisão a marcou fortemente e que a mudou enquanto pessoa. Em seguida refere que o trabalho na cadeia é importante e contribui para lidar com o encarceramento. Descreve depois alguns problemas de saúde que a impedem de trabalhar na cadeia neste momento. Refere também a boa relação com os funcionários da cadeia. Refere ainda que será presente a juiz dentro de uns meses para avaliação da liberdade condicional.</p>	

<p>peçoal, guardas e isso têm sido impecáveis. Tenho andado em baixo e triste porque agora tenho de estar ali, mas amanhã já vou trabalhar a ver se consigo.</p> <p>I- Não gosta de estar sem fazer nada, não é?</p> <p>P4- Não gosto de estar sem fazer nada, não gosto. eu tenho de agarrar numa vassoura, varrer por ali, ir para um jardimzinho que está à frente e entreter-me, mas eu noto que não estou pronta para ir, porque eu andava no campo, sempre trabalhei na minha vida, sempre trabalhei no campo e qualquer culuzinho que apanhe por baixo do pé, já me está a doer. E vou ter que falar com a chefe que não posso ir para o campo, que me dê um trabalho a varrer aí, que não ponha o pé em pedras, em sítios direitos porque eu não estou em condições de... o meu pé não está em condições de ir para as pedras, eu se apanhar uma</p>		
--	--	--

<p>coisinha qualquer já estou, já me dói demais. E havemos de nos entender eu e ela, ela por acaso até é muito minha amiga... e todas elas se dão bem comigo. Vamos lá ver, já vir para aqui, dizem que é meio caminho andado. Pronto e eu estou à espera daquela de em Novembro vou outra vez à juíza e estou com aquela esperança que me mande embora.</p>		
<p>I- Voltando um bocadinho atrás, quando tomou a decisão, quando pegou na pistola, já sabia o que é que ia acontecer ou não?</p> <p>P4- Não sabia, não sabia, não soube, eu fiquei... a minha ideia estava fixada no meu filho que me morreu e me ia apanhar outro, a minha ideia era naquilo que estava fixada, mais nada. Não tive noção, tive noção de a meter ao bolso e que ninguém me</p>	<p>P4 afirma que quando pegou na arma não previa o que viria a acontecer nem a utilização que daria à mesma. Refere que o seu pensamento estava focado no facto de já ter perdido um filho e no receio de perder o segundo.</p> <p>Relata que se dirigiu ao local sem falar com ninguém e que ao ver as feridas do seu filho, o seu cérebro ficou paralisado.</p> <p>Afirma que habitualmente era uma pessoa nervosa mas que naquele momento</p>	<p>Não planeou o homicídio.</p> <p>Pensamento focado no facto de ter perdido um filho e receio de perder o segundo.</p> <p>Cérebro ficou paralisado.</p> <p>Estava calma.</p>

<p>visse e tanto é que ainda tive um senhor que quando já estava o trabalho feito que me viu ir e disse-me “eu se sabia que você levava a pistola não a deixava ir” e eu tomei aquilo por ideia, a ideia dele, a tal, era que desgraça. Lá ia eu e que me esfaqueasse a mim, a ideia dele seria essa. Mas eu não disse nada, ninguém viu a pistola, ninguém falava para mim, eu não falava para ninguém, para a minha comadre, que é a madrinha dos meus filhos... cheguei aquela multidão ali, vejo o meu filho com um buraco, rasgado, o meu cérebro acabou de ficar paralisado, acabou de ficar paralisado até que quando entro para o café, não estava, não tinha, eu era nervosa, eu explodia e naquela hora não me deu para isso.</p>	<p>não estava.</p>	
<p>I- Sentia-se calma? P4- Senti-me calma, só</p>	<p>Afirma que quando apontou a arma se sentia calma e que não teria</p>	<p>Sentia-se calma quando apontou a arma.</p>

<p>puxei pela pistola, e até nem lhe atiraria se não visse a reação dele, se ele me dissesse “tem lá calma” ou “vamos conversar” ou assim, mas ele não, ele reagiu com más ideias, levantou-se de pé no banco, e “me matas, me matas”, que ele tinha sotaque espanhol, que ele fez para lá outro igual só que a um guarda da aduaneira, e se morreu ou não, não sei, sei que cumpriu lá cadeia e bastantes anos e veio despachado de lá para cá, disse um colega que já tinha avisado o meu filho, disse-lhe “Y tu põe-te a pau que ele qualquer dia puxa por uma navalha e esfaqueia-te”.</p>	<p>disparado se X não a tivesse enfrentado. Relata que X já tinha antecedentes criminais noutra país.</p>	<p>Não teria disparado se não a tivesse enfrentado.</p>
<p>O meu filho era simples, ele podia ter uma arrelia hoje com quem queira, no outro dia ele, aquilo tinha passado. Mas ele não, ele já lhe tinha tentado noutra vez, atirou-lhe com um cinzeiro, estava no café, e o dono do café era primo</p>	<p>Relata que os desentendimentos entre o filho e X já tinham antecedentes e que desta vez encontraram-se no café e que X terá provocado o seu filho.</p>	

<p>dele, agarrou-lhe num braço e pôs-lhe na rua e disse-lhe “nunca mais pões os pés aqui no meu café”. O meu filho também desviava-se um bocadinho dele, mas o café é do primo, esse dia estavam de férias, ele saiu dali dois ou três dias, o meu filho “ó minha mãe eu vou sair daqui dois ou três dias”. Foi para uma praia fluvial e esteve por lá dois ou três dias, nem a casa ia dormir nem nada para não encarar com ele, o dia que encarou com ele estavam na esplanada, estava um na ponta outro noutra, diz que a olharem de meia rédea, assim de lado um para o outro, o meu foi mais impulsivo, olhou para ele “o que é que foi X?”, o outro agarra num copo de cerveja que tinha na mão, foi lá botar à cara,</p>		
<p>foi aí que começou o meu filho tentou livrar-se, mas ainda agarrou numa grade de cervejas e atirou com ela para frente das pernas,</p>	<p>Relata que o filho e X se tentaram agredir mutuamente com vários objectos e que X começou a esfaquear o seu filho que</p>	<p>X e filho estavam alcoolizados.</p>

<p>ele puxa logo pela navalha os outros todos, tudo fugiu, diz que tudo fugiu, estava tudo um... parecia um circo, aquilo parecia um circo... e logo o meu filho agarrou numa cadeiras destas de esplanada e meteu-a aqui para se proteger da navalha, isto agarraram-se e estava uma parede e um carro, fora da esplanada, que a esplanada era interior e o meu filho ao pé da parede, ele ficou por baixo, agarrou com as mãos assim e ele conforme lançava a faca o meu filho ainda tinha força de levantar a barriga para cima senão tinha-o matado, ele estava ou com um bocadinho de droga ou bebido, o meu era bebida, mas era pouco porque senão ele não tinha a coragem de se jogar para não ser mais furado, que ele estava por baixo e com a faca zás a espetá-lo, a espetá-lo, fez-lhe um buraco, fez-lhe um rasgão.</p>	<p>se conseguiu esquivar de algumas facadas, P4 está convicta de que senão o tivesse feito, teria morrido. Afirma que ambos deviam estar alcoolizados mas está convicta de que o seu filho não estaria sobre um efeito forte do álcool senão não teria sido capaz de evitar as facadas.</p>	
--	---	--

<p>“ó senhora W”, uma vizinha minha, muita gente deitou a culpa a ela porque se eu não soubesse, que não era nada. Mas se não era daquela vez, era doutra e ele também estava guardado, não havia de ser para mim, porque ele era mal-educado, tratava mal as outras pessoas... e eu tive uma testemunha e tinha a outra, mas a outra como ele morreu não a deixaram falar.</p>	<p>P4 relata que uma vizinha a alertou para o sucedido. E que muitas pessoas criticaram a vizinha por a ter alertado, dado que foi isso que levou a que ela o matasse.</p>	
<p>Ele morreu, porque se o deixassem falar e se ele não tivesse morrido, eu tanto pedi a Deus que ele não morresse, eu não queria e sinceramente eu não queria que ele morresse. Eu quando soube, que estava no posto já da GNR, quando o meu homem estava-me a querer dizer “ele vai morrer” e eu disse assim “não morre não”, “olha que é capaz de morrer”, e eu disse assim “não morre não”, e ele com aquela coisa. Depois veio o advogado dizer</p>	<p>Relata que rezou para que ele não morresse e que desejava que ele não tivesse morrido. Afirma que só com a confirmação do óbito é que teve a noção dos seus actos. Apesar de ter desejado intensamente que X não morresse, P4 está convicta de que estava destinado que assim fosse.</p>	<p>Desejou que ele não morresse.</p> <p>Só com a confirmação do óbito é que teve noção dos seus actos.</p> <p>P4 está convicta que estava destinado que assim fosse.</p>

<p>“ainda se não tivesse morrido”, aí é que eu tive a noção daquilo que fiz, eu tive logo a noção daquilo que fiz, que eu tanto pedi a Deus, estava ali sentada, tanto pedi a Deus que ele não tivesse morrido, mas olhe esteve guardado para mim.</p>		
<p>Porque ele chamava, com licença, “paneleiros” aos homens, metia-se com as mulheres todas, que teve uma que era mais esperta que eles todos foram lá o advogado puxou por ela, mas ela também soube falar, foi a única testemunha que eu tive em condições. O dele, a testemunha dele, que era primo dele, até andava mal vestido, apresentou-se no tribunal com uns calções para aqui assim, todo para ali, e o Sr. Dr. Juiz disse-lhe “então mas já tinha bebido uns copitos?”, “ah uns copitos não, já tinha bebido para aí 5 litros”. Isso não era para tolerar, se fosse a mim não</p>	<p>P4 está convicta de que se não tivesse disparado, X a teria morto a ela.</p>	<p>Convicta de que se não tivesse disparado, teria sido morta.</p>

<p>toleravam isso, mas a ele toleraram... que eu fui carregada com uma pena de 16 anos, depois é que recorri e veio para 10 anos a pena. Porque ficou como legítima defesa, e foi, eu se não fizesse ele sacava-me a pistola e fazia-me...</p>		
<p>I- Foi isso que sentiu? P4- Foi isso o que eu senti, eu senti, então uma pessoa que vê uma pistola à frente dela tenta acalmar, não é? Não é “me matas, me matas”, não era assim, tentava acalmar, eu comigo tentava acalmar... “tem lá calma” ou “vamos conversar”, ou assim, tentava-me acalmar. Eu já estava... eu de ver o meu filho como o vi aí então é que... mas mesmo ainda assim, tudo, falei calma, “achas que fizeste bem?” “achas que o que fizestes fizeste bem?” e ele salta logo do banco, eu foi a minha ideia, quando ele salta do banco eu disse assim “fico já aqui eu”. E</p>	<p>Relata que se recordou de uma situação em que alguém apontou a arma a outra pessoa e que essa pessoa lhe tirou a arma e que isso reforçou o seu receio. Afirma estar convicta de que ele a mataria dado que já tinham existido desavenças com o seu filho no passado e que já existiam episódios de violência envolvendo X e familiares seus.</p>	<p>Receio reforçado por memória de uma história envolvendo o desarmamento de alguém e por historial de violência de X e dos seus familiares.</p>

<p>isso lembrou-me uma história que aconteceu lá também na aldeia, que foi um... houve lá um caso qualquer e foi um compor a luz que era o que estava encarregado da água da aldeia o contador foi abaixo, a mulher era professora dessa escola, que era na escola que estava essas coisas, o outro, o homem da professora que dava lá aulas agarrou na pistola e foi lá e ficou sem a pistola e o outro não lhe atirou porque não quis... ficou, tirou-lhe a pistola... e eu lembrou-me... e eu lembrou-me essa coisa, se me tira a pistola mata-me. E matava-me, se me tirasse a pistola matava-me, eu tenho a certeza que ele me matava. Eu não falava para ele, eu já sabia que ele já tinha tido mais desavenças mas ao meu filho, já tinham tido mais desavenças, aquela gente já era toda assim, era facas, era</p>		
--	--	--

forcadas...forcadas, não sei se sabe o que são forcadas, tem uns dentes assim compridos...

I- Sim, sim.

P4- E para a aldeia toda quando havia alguma coisa era esse que lá estava. Olhe houve uma vez uma tia que é dele, que era minha vizinha agarrou numa faca para vir atacar outra vizinha, eu vi essa faca, eu digo eu não me mostrei porque já numa altura tinham armado lá uma festa entre famílias, a mulher disse à irmã “juntai-vos as duas, levem uma merenda e deixai-o com uma merenda”, ele ouviu, o homem ouvir, coitado também uma boa pessoa, o homem ouviu, o que é que fez? Diz que estava a limpar a caçadeira, e procurou “está a limpar a caçadeira Sr. K?”, uma pessoa que lhe procurou, e diz ele “estou para matar um cão”, pronto e assim se ficou. À tarde sentiu-se aquele

<p>barulho e eu disse assim “ai Jesus que ali há uma desgraça”, e ela, a tia do que eu matei, punha-se ela “bate-me, bate-me! Mata-me, mata-me”, o homem coitado viu-se desafiado, com a coronha da arma deu-lhe aqui, olhe, lançaram-se no homem, aquela gente é assim, lançaram-se no homem espetaram com ele contra uma pedra grande, que se chamavam seixos, que são pedras lisinhas, espetaram com ele ali e o homem com a arma na mão e eu à distância, à distância, a esta distância do cano da arma...agarrado lá, ali, a segurar, a tentar segurar ali, que ele matava-as ali a todas e depois todos em cima dele, ali em cima do homem e eu disse assim “olha...”, não fiquei por isto, que a arma estava desviada assim aqui virada para uma parede, e eu á ponta da arma a segurar ali, a tentar-lhe segurar a arma, que eu não podia</p>		
---	--	--

<p>deixar-lhe a arma, que eles estavam todos a bater ao homem... e então dizem que ainda disparou um cartucho e eu serviu-me de lição, vi essa, não vi, senti essa história mas deixei-me ficar quietinha em minha casa e eu disse assim “armai-as, desarmai-as”. Fiquei quietinha no meu canto e depois é que vim a saber, depois veio a tal mulher dele, que se divorciaram, vieram a acabar por se divorciar, coitado que ele era uma belíssima de uma pessoa, ele não podia dar boleia a uma pessoa da aldeia para ir ali a 15 km, que é a vila, ela não autorizava o homem para dar uma boleia fosse lá a quem fosse, aquela gente era assim. E a outra irmã foi a que agarrou na faca, ficaram com ela, não maderam...</p>		
<p>I- Voltando um bocadinho atrás, quando entrou no café, tem a ideia que se ele</p>	<p>P4 está convicta de que se X não a tivesse enfrentado. Reforça essa convicção</p>	<p>Convicção de que se não tivesse sido enfrentada não dispararia. Reforçada por</p>

<p>não tivesse reagido assim não tinha disparado?</p> <p>P4- Não. Não, se ele tivesse reagido... porque já me aconteceu aqui um caso que estava no pavilhão 2 e está lá uma que não tem, não tem o juízo suficiente, pronto. E ela andava sempre a meter-se comigo, a chamar-me mal feita e que tinha este defeito e que tinha aquele e eu disse assim “olha que isto, eu tenho de me desenrascar com ela”. Agarrei, tinha uma bata ou um casaco, era um casaco, tinha um casaco, que lá não usávamos batas, agarrei meti um chinelo aqui debaixo do casaco, eu disse assim “eu vou-lhe dar uma lição”, que ela era perigosa, ela chegou-me a bater, ainda não há muito tempo ela cumpriu castigo por me ter batido. Meti aqui o chinelo assim debaixo do casaco, ela estava lá sozinha na cela e eu disse-lhe assim “e</p>	<p>por posteriormente, na cadeia, ter tido uma situação em que ameaçou uma pessoa e perante a atitude passiva dela, não foi capaz de a agredir.</p>	<p>situações posteriores.</p>
---	---	-------------------------------

<p>agora?”, e diz ela assim “porquê? Vens-me bater, é?” e eu mostro-lhe o chinelo e disse-lhe assim “venho, vês aqui o chinelo, é para te dar umas chineladas”, não tive coragem, ela ficou paralisada a mulher, não reagiu nadinha e eu não tive coragem. Não tive coragem, ele se reagisse de outra maneira, não acontecia o que aconteceu.</p>		
<p>I- Antes de disparar lembra-se do que lhe passou pela cabeça, o que é que podia acontecer, ser presa...?</p> <p>P4- Não me lembra nada, não me passou nada pela cabeça, não me passou nada. Nada, não se me passou nada pela cabeça, só me lembrava o meu filho que já tinha morrido, que ainda hoje eu tenho... (emociona-se)... morreu de acidente... só era esse filho que me lembrava, que não queria ficar sem outro, era só isso que me</p>	<p>P4 recorda-se que antes de disparar pensava no seu filho que tinha morrido e no receio do seu segundo filho morrer também</p>	<p>Pensamento focado na recordação da morte de um filho e receio da morte do outro.</p>

<p>vinha à lembrança. E eu sabia que ia ficar sem ele e vejo-o vivo...e o que está morto não me sai da minha cabeça...</p>		
<p>não sai... Tenho um neto que tem 22 anos, vai fazer 23, tinha ano e meio quando o pai teve o acidente, teve um acidente que foi um carro, deu-lhe uma pancada, atirou com ele quase da altura do teto, que era um ___ de uma carrinha que ia a trabalhar... deve conhecer quem é, esse chefe era deputado do L, era o ZZ, o sócio do WW, foi esse, esse senhor que nunca teve a capacidade de se chegar ao pé de nós, foi esse que o matou. E eu nem tive oportunidades, porque se tivesse oportunidades, ele nem a tribunal foi, porquê, porque era rico e eu era pobre. Mas ainda foi ao sítio, mas a culpa também foi do meu filho, desceu por trás da carrinha e ele ia-se a meter ao outro lado para passar, para deixar a</p>	<p>P4 descreve o acidente que resultou na morte do primeiro filho.</p>	

<p>mota numa quintazinha, a subirem para a carrinha... ele...um dedo dele agarrado ao carro que foram lá levar ao hospital... (emociona-se)... isto tudo mexe comigo e nunca se me esquece, nunca, só quando eu for para baixo da terra é que se me esquece isto tudo.</p>		
<p>Quando, quando... depois quando fiz o trabalho eu não queria que tivesse acontecido, mas também é como muita gente diz, se não fosse eu a ele, que era ele a mim.</p>	<p>Afirma que depois de ter cometido o homicídio, se arrependeu mas que está convicta de que se não o tivesse feito, ele teria matado.</p>	<p>Arrependimento após homicídio. Convicção de que teria sido morta se não tivesse matado.</p>
<p>Ele era mal-educado, metia-se com as mulheres casadas, com as solteiras... eu já uma vez fui a um S. João e os lá do café faziam assim uma sardinhada e o meu homem e os meus filhos, o meu filho que só tinha lá um, foi também, e eu não tinha espaço onde me sentar ao pé do meu homem e ele estava sentado lá ao lado, o meu</p>	<p>Descrição de um episódio em que numa festa regional, P4 acompanhada pelo seu marido e filho se sentiu insultada por um comentário de X mas que não reagiu pois temeu que tal resultasse em confrontos entre X e o seu filho.</p>	

<p>homem é deficiente, quase a 100%, ele não dá um passo e agora nem com as muletas, nem com nada, não consegue andar e eu disse assim, “vou-me assentar aqui ao pé do X”, e ele diz assim, “ao pé de mim no, vai ao pé do teu homem”, eu se não tivesse lá o meu homem ou os meus filhos eu explodia ali, mas visto que estava lá o meu homem e os meus filhos não quis guerra, porque senão eu já tinha a resposta para lhe dar, eu “olha o meu homem é deficiente, é aleijado, mas tu nem que fosse de ouro, para mim não servias”, era mesmo para lhe dizer mas calei a boca para não armar confusão, que estava lá o meu homem, estava lá o meu filho, que o meu filho reagia nessa hora... e já não andavam muito... pronto, lá tinham aquelas arreliazitas... mas naquele dia era mesmo para o matar, puxar por uma faca? E já o tinham</p>		
--	--	--

<p>avisado, ele não, dizia ele “ele não”, “estou-te a dizer”, um que tinha estado com ele na cadeia em Espanha, ele ”estou-te a avisar, ele quando tiver a mais pequenina oportunidade ele esfaqueia-te todo, porque se passou isto e isto”, foi ele que me contou. E esteve preso na cadeia, cumpriu lá a pena toda e foi expulso de lá para Portugal.</p>		
<p>I- Disse-me que depois de tudo acontecer, estava a desejar que ele não morresse? P4- Estava, estava. Arrependi-me. I-Qual é que era o seu maior medo, caso ele morresse? Era por sua causa? Por um lado já não era uma ameaça, não é? Mas, o que é que a incomodava mais no facto de ele morrer? P4- Era o peso na consciência que tenho, o peso na consciência que ainda tenho e nem nunca</p>	<p>P4 refere que se arrependeu e que desejava que X não tivesse morrido. Afirma que a pior consequência do homicídio é o peso na consciência pois ninguém tem o direito de tirar a vida a ninguém e que poderiam ter existido outras soluções.</p>	<p>Arrependimento pelo homicídio. Culpabilidade por tirar a vida de outra pessoa. Ponderação de alternativas à acção homicida surge após a consumação do mesmo.</p>

<p>me vai sair, porque matar? Chega-nos a hora para morrer, não há direito de tirar a vida a ninguém. E é isso que me punha lá a pensar, sei lá punha-me a pensar que podia ser de outra maneira... nem que tivéssemos saído de lá, nós que saíssemos da aldeia, vendia a minha casa na aldeia... tinha muitas pessoas que estavam do meu lado mas havia mais contra porque não devia ter feito, e não, pronto. Mas também se fosse o contrário eu também não gostaria, se fosse o contrário de me matar ele o meu filho eu também não gostaria, não gostava pois.</p>		
<p>I- O que é que sente em relação a essa pessoa hoje? À pessoa que morreu, o que é que sente em relação a ela? P4- Não sinto nada, não sinto raiva dele, nem... eu estava de pulseira eletrónica, em casa, e</p>	<p>Questionada sobre o que sente perante X, P4 afirma que não sente nada.</p>	<p>Nenhuma emoção associada à pessoa que matou.</p>

<p>passava lá pelo cemitério, e disse ao meu filho “deixa-me ir aqui ao cemitério” ao meu filho – que há muito tempo que eu ia sempre visitar a campa do meu filho, que é a primeira coisa que eu vou fazer, quando eu sair daqui, ia visitar a campa do meu filho – “deixa-me ir aqui” e fui à... (pausa emocional) e fui à campa dele, o meu filho agarrou logo em mim e tirou-me de lá para fora. Sinto... tenho aquele peso na consciência, pronto, que não queria ter porque eu fui sempre contra quem matasse e...</p>		
<p>I- Quando disparou o que é que pensou? Aquele momento quando ele se levanta e dispara o que é que lhe passa pela cabeça no momento? Quantos tiros disparou? P4- Dois. I- Quando dispara o segundo tiro o que é que lhe passa pela cabeça, lembra-se?</p>	<p>Afirma que não pensou nas consequências da sua acção antes do disparo e que só após ter atingido X é que pensou no que tinha feito e se consciencializou de que seria presa por isso, antes disso não ponderou esses factores.</p>	<p>Só pensou nas consequências das suas acções após o disparo. Só pensou na possibilidade de ser presa após atingir X.</p>

<p>P4- Depois arrependi-me de ter feito o que fiz. E só queria que ele não morresse era o que eu queria, que ele não morresse...</p> <p>I- Mas lembra-se, quando vê que o atingiu?</p> <p>P4- Ele ficou de pé, ele ficou de pé e deu assim uns passos, eu estava de pé e eu deu-me aquela ideia que ele que andou e que tinha ido para a casa de banho, mas depois vieram-me a dizer que não que caiu logo ali para o lado. E eu, primeiro, ainda pensei “bem, foi para a casa de banho limpar o sangue, ou assim”, mas não. Depois estava lá um GNR de férias, eu virei as costas, virei-me para ali e ele deu um tombo para ali, eu não olhei mais para trás. Depois aí tive a consciência do que me ia acontecer, que vinha a morrer numa cadeia.</p>		
<p>I- Mas antes não?</p> <p>P4- Antes não. Antes só</p>	<p>P4 relata que antes dos disparos só pensava no</p>	<p>Antes dos disparos só pensava no filho que tinha</p>

me lembrava o meu filho que era ele que ia morrer, já me tinha morrido um e que ia ficar sem outro. Era só o que tinha na ideia.	filho que tinha morrido e que o outro filho morreria.	morrido e que o outro filho morreria.
I-Muito obrigado!		